

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY”
UNIGRANRIO

MARIA ANSELMO DOS SANTOS

MULHER NEGRA E CABELO: DA RECUSA À ACEITAÇÃO

DUQUE DE CAXIAS

2017

MARIA ANSELMO DOS SANTOS

MULHER NEGRA E CABELO: DA RECUSA À ACEITAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Linha de Pesquisa: Gênero, Etnia e Identidade. Orientadora. Prof.^a Dra. Rosane Cristina de Oliveira.

DUQUE DE CAXIAS

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

S237m Santos, Maria Anselmo dos.

Mulher negra e cabelo: da recusa à aceitação / Maria Anselmo dos Santos.- Duque de Caxias, 2017.

129 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) –
Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de
Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2017.

“Orientadora: Profa. Dra. Rosane Cristina de Oliveira”.

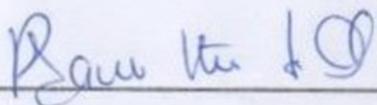
Maria Anselmo dos Santos

Mulher Negra e Cabelo: da recusa à aceitação.

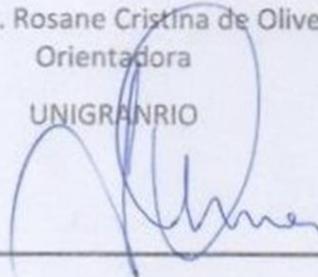
Exemplar apresentado para avaliação pela banca examinadora em

12/09/2017

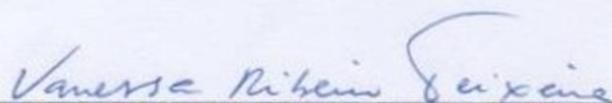
Aprovado pela banca examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Rosane Cristina de Oliveira
Orientadora
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Joaquim Humberto Coelho de Oliveira
Examinador Interno
UNIGRANRIO



Prof^ª. Dr^ª. Vanessa Ribeiro Teixeira
Examinador Externo

UFRJ

DEDICATÓRIA

Essa dissertação é dedicada às três mulheres negras que fazem parte da minha vida, que me ajudaram, consciente ou inconscientemente, na construção histórica da mulher negra que eu sou hoje.

Maria Eduarda Neves de Paiva, minha sobrinha neta que surgiu no meio da minha família no momento que eu começava a me redescobrir. No instante que eu renascia, nascia a Duda, com sua negritude, sua beleza, sua autoestima.

Meive dos Santos Valentim, minha sobrinha querida, que nunca se deixou embranquecer, apesar de todos os preconceitos sofridos na infância, na adolescência e na juventude. E venceu!!! Hoje é uma mulher negra linda, formada pela UFF (Universidade Federal Fluminense) em enfermagem, professora concursada da FAETEC, chefia um Posto de Saúde na Baixada Fluminense, RJ, onde dá seu apoio a meninas e mulheres negras e brancas com dignidade.



A terceira, Maiara dos Santos Barbosa, minha filha amada, para a qual, eu fui responsável, na infância, por desconstruir sua negritude; alisei seu cabelo na tentativa de embranquecê-la e, hoje, ela caminha lado a lado comigo, se redefinindo, se encontrando, tomando consciência do seu lugar nessa sociedade como negra proletária na defesa dos direitos humanos.

Figura 1: Meive, Maria Eduarda, Maiara
(Fonte: <https://www.facebook.com/maiara.barbosa23>)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à força maior que me impulsionava cada vez que eu pensava em desistir, força que muitos chamam de Deus. À minha mãe Manoelina Anselmo que lá do céu me dizia: Você pode, você vai conseguir!

Aos filhos queridos: Roberto dos Santos Barbosa pela paciência na configuração do trabalho, pela organização dos detalhes, pelos concertos nos computadores que teimavam em escangalhar na hora errada, pelo carinho comigo quando eu me descabelava e achava que não ia conseguir. À filha Maiara dos Santos Barbosa, pelo incentivo, pelas broncas quando eu desanimava, pelas leituras feitas e as considerações colocadas, por me ouvir, por me obrigar a ir até o final.

Aos professores do Mestrado por me proporcionarem ver o mundo de outra forma.

Ao meu pai e meus irmãos pelo incentivo, amizade e por entenderem a distância para concluir essa dissertação.

Ao Tulio Anselmo por fazer o abstract com carinho.

Por fim, ao irmão, amigo, Jorge Anselmo, por acreditar em mim...

RESUMO

Na busca pelo debate sobre a estética da mulher negra brasileira na contemporaneidade, esta dissertação estuda os cabelos crespos como elemento de discriminação, racismo, sofrimento e, ao mesmo tempo, de promoção de afirmação dessas mulheres. A proposta é avaliar como todo o processo sofrido pelo povo negro, desde o sistema escravista, está presente ainda hoje como inibidores e impossibilitadores da legitimação da beleza negra feminina, contribuindo para o sofrimento, o silenciamento e a negação de sua identidade. E verificar como os cabelos crespos podem se tornar símbolos de autoestima, de pertencimento identitário, de bandeira de luta do feminino negro em seus empoderamentos. Interessa, também, desconstruir o conceito eurocêntrico de valorização dos cabelos lisos, da beleza branca europeia, como beleza única, representante da raça branca superior negatizando outras belezas possíveis. A proposta é construir uma pesquisa qualitativa a partir de fontes documentais encontradas na internet, no portal Geledés, que avaliem a trajetória das meninas\mulheres negras e seus cabelos crespos, correlacionando com os conceitos dos teóricos analisados por esta dissertação.

Palavras Chaves: Mulher; Negra; Cabelo; Recusa; Empoderamento.

ABSTRACT

Looking for the discussion on the aesthetics of Brazilian black women in contemporary times, this dissertation studies curly hair as an element of discrimination, racism, suffering and, at the same time, promotion the self-affirmation of these women. The proposal is to evaluate how all the process suffered by black people since the slavery system is still present today as inhibitors and impediments of legitimizing black female beauty, contributing to the suffering, silencing and denial of their identity. And check how curly hair can become a symbol of self-esteem, of identity belonging and a black women's struggle flag in their empowerment. Proposing to deconstruct the Eurocentric concept of valorization of straight hair and European white beauty as the only beauty standard, representative of the superior white race, negativizing other possible beauties. The proposal is to construct a qualitative research based on documentary sources found on the Internet, on the Geledés portal, that evaluate the trajectory of black girls/women and their curly hair, correlating with the theoretical concepts analyzed in this dissertation.

Key-words: Woman; Black; Hair; Refusal; Empowerment.

Lista de Figuras

<i>Figura 1: Meive, Maria Eduarda, Maiara (Fonte: https://www.facebook.com/maiara.barbosa23).....</i>	<i>05</i>
<i>Figura 2: Logo do blog Blogueiras Negras. (Fonte: www.blogueirasnegas.org)</i>	<i>71</i>
<i>Figura 3: Amanda Beatriz estudante de direito (Fonte: www.blogueirasnegas.org).....</i>	<i>71</i>
<i>Figura 4: Allyne Andrade, membro da Associação de Mulheres Negras Aqualtune. (Fonte: www.blogueirasnegas.org).....</i>	<i>722</i>
<i>Figura 5: Karoline Maia. (Fonte: www.blogueirasnegas.org)</i>	<i>733</i>
<i>Figura 6: Menina negra discriminada. (Fonte: http://www.geledes.org.br)</i>	<i>744</i>
<i>Figura 7: Capa do Livro: Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz. Cristiane Sobral.</i>	<i>833</i>
<i>Figura 8-: Blogueira Rayza Nicácio. (Fonte: Jornal O Globo, 2015)</i>	<i>877</i>
<i>Figura 9 - Blogueira Thamara Laila. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015)</i>	<i>888</i>
<i>Figura 10 - Blogueira Priscila Barbosa. (Fonte: Mazé Mixo, Jornal O GLOBO Baixada, 2015).....</i>	<i>889</i>
<i>Figura 11 - Blogueira Vanelli Brasil. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015).....</i>	<i>889</i>
<i>Figura 12- Leticia Lisboa. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015).....</i>	<i>900</i>
<i>Figura 13- Logo Portal Geledés (2017)(fonte: https://www.geledes.org.br)</i>	<i>922</i>
<i>Figura 14- e-Book (fonte:https://www.geledes.org.br).....</i>	<i>95</i>
<i>Figura 15- Menina (fonte:https://www.geledes.org.br - 01/01/17)</i>	<i>99</i>
<i>Figura 16- Caso de Racismo contra criança (fonte:https://www.geledes.org.br - 25/11/16).....</i>	<i>101</i>
<i>Figura 17- Racismo na escola(fonte: https://www.geledes.org.br - 25/03/2017).....</i>	<i>102</i>
<i>Figura 18- Racismo na escola (Fonte: https://www.geledes.org.br - 07/04/2017).....</i>	<i>105</i>
<i>Figura 19- Lei 10.639/03 (Fonte: https://www.geledes.org.br - 26/02/2016)</i>	<i>108</i>
<i>Figura 20- MC Sofia, 11 anos: “Aceitem seu cabelo, sua cor”(Fonte: https://www.geledes.org.br - 21/10/2015).....</i>	<i>1099</i>
<i>Figura 21- “Faça Amor, Não Faça Chapinha” (Fonte: https://www.geledes.org.br - 09/12/2014)..</i>	<i>110</i>
<i>Figura 22- “Amo meu cabelo”, Ana Carolina de 6 anos (Fonte: https://www.geledes.org.br - 30/01/2014).....</i>	<i>110</i>
<i>Figura 23: Tamara Franklin. (Fonte: http://www.geledes.org.br).....</i>	<i>111</i>
<i>Figura 24: Mirna Moreira. (Fonte: http://www.geledes.org.br).....</i>	<i>113</i>
<i>Figura 25: Amara Brandão (Fonte:http://www.geledes.org.br)</i>	<i>116</i>
<i>Figura 26:Amara Brandão (Fonte:http://www.geledes.org.br)</i>	<i>117</i>
<i>Figura 27- Beleza Natural (Fonte:http://www.belezanatural.com.br)</i>	<i>118</i>
<i>Figura 28- MAKEDA Cosméticos (Fonte: http://www.makedacosmeticos.com.br)</i>	<i>119</i>

Sumário	
Introdução.....	11
Capítulo 1- Corpo, Identidade e beleza na contemporaneidade	17
1.1. Presença corpórea e os corpos negros.....	18
1.2. Identidade Feminina e Mulher Negra	30
1.3. Beleza corpórea e cabelo	46
Capítulo 2- Relações Raciais, o feminino e a estética	57
2.1. Construção social da negritude	57
2.2. A mulher negra e a beleza na sociedade brasileira	67
2.3. Empoderamento e cabelo.....	74
Capítulo 3 - Cabelo Crespo, mídia e aceitação: o caso do portal Geledés.	91
3.1. O caso do Portal Geledés	91
3.2. Meninas negras e o orgulho das madeixas.....	98
3.3. Mulheres Negras redescobrimo os fios	111
Considerações Finais	121
Referências Bibliográficas.....	125
Web Grafia	129

Introdução

Esta dissertação busca alavancar o debate em torno da estética da Mulher Negra brasileira na contemporaneidade, tendo como principal ponto a apropriação dos seus cabelos crespos como elemento importantíssimo para a conquista do empoderamento dessas mulheres.

Este debate foi gerado pela vivência pessoal, como criança negra, da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Nascida em Duque de Caxias e criada em Belford Roxo, foi possível vivenciar todo processo de negação/silenciamento/rejeição dos cabelos e fenótipos de negra. Forte exemplo desta tentativa de embranquecimento foi a valorização do alisamento do cabelo, ainda na juventude. E mesmo quando se entende como branca, o racismo da sociedade lhe persegue. No mesmo contexto, a independência financeira não obsta o sofrimento causado pelo machismo, tudo isso fez surgir a necessidade da reflexão e do estudo, onde se redescobre e se reconhece.

Por isso, essa dissertação começou a ser construída na tentativa de propor o debate social sobre as mulheres/meninas negras e seus cabelos crespos; como estes cabelos podem ser fatores de discriminação/racismo, de sofrimento/silenciamento e, ao mesmo tempo, de afirmação do feminino brasileiro. Tentamos fazer uma análise da ideia de corpo, identidade e beleza na contemporaneidade, como estes conceitos foram produzidos culturalmente, e como estão sendo construídos socialmente no espaço brasileiro. Analisaremos, também, as construções sociais da negritude e suas aplicações no Brasil, a menina negra e seus silenciamentos na escola, a mulher negra, sua identidade forjada, construída e reconstruída. Observaremos os cabelos crespos como símbolo de resistência, liberdade e beleza.

A hipótese a ser investigada nesse trabalho consiste em avaliar como a história de discriminação e racismo sofrida pelo povo negro no sistema escravista, que se alastrou, mesmo que de forma diferenciada, por tantos anos na História da Sociedade Mundial, atua como complicadora, inibidora e impossibilitadora da legitimidade da beleza negra, contribuindo para que crianças/jovens/mulheres negras sofram com todo tipo de preconceitos, quanto a sua cor, seu gênero, seu fenótipo, sua condição social, sua negritude. Investigaremos a importância da afirmação dos cabelos crespos na construção de uma autoestima e pertencimento identitário de mulheres negras.

Nesse sentido, a orientação dessa pesquisa é desconstruir o estereótipo que valoriza os “cabelos lisos”, como sinônimo de beleza universal, representativo de seres humanos superiores, “os brancos”; e, em contrapartida, os “cabelos crespos” como sinônimo de fealdade, subalternidade, opressão, sendo identitário dos povos “negros”. Buscaremos, desta forma,

desconstruir o conceito biológico e cultural de superioridade da raça branca pela textura de seus cabelos.

Dentro dessa proposta principal, buscaremos também outros objetivos: demonstrar, com a pesquisa, como o ensino da história, nas escolas e nos livros didáticos, foram influenciados pelo racismo hierarquizado das elites dominantes; reconhecer e combater preconceitos e discriminações existentes nas escolas e na sociedade; questionar criticamente os estereótipos negativos, quanto aos fenótipos das meninas/mulheres negras; discutir os conceitos de cabelo bom e cabelo ruim, defendidos socialmente; definir empoderamento feminino; discutir como a estética da mulher negra, seus cabelos crespos, podem ser símbolo de afirmação; reconhecer a trajetória das mulheres negras na sociedade brasileira na contemporaneidade.

Discutir os cabelos crespos como forma de pertencimento, autoestima e formação de autonomia das meninas/mulheres negras não é um caminho acadêmico fácil de se construir. Foi necessário fazer diversas escolhas e recortes. Optamos, então, por uma abordagem qualitativa, por ser um procedimento mais utilizado nas investigações dos fenômenos sociais e por possibilitar as interpretações desses fenômenos: incorporamos o método indutivo por se aproximar melhor do foco dessa pesquisa.

Outro desafio foi assumir um lugar de pesquisadora, quando o tema abordado diz respeito à história de vida pessoal. Enquanto mãe de uma menina negra, no trato diário com o seu cabelo crespo, repeti o discurso sobre o alisamento do seu cabelo ainda na infância. Por outro lado, no trabalho empírico como Orientadora Pedagógica, em escolas da rede Municipal de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, é árduo perceber que nem sempre se encontram respostas ao sofrimento visível nos isolamentos das meninas negras. A reflexão causada pelas histórias e memórias de mulheres negras gera uma identificação particular, bem como das meninas negras das escolas em que trabalho.

Vivemos na contemporaneidade uma “era digital” de grande importância para a interação social: os meios de comunicação transmitem opiniões, fatos, favorecem a trocas dessas opiniões. A internet facilitou o acesso a fontes documentais para pesquisas históricas, sendo um aporte quase inesgotável de informações. Nessa dissertação, faremos uma análise qualitativa a partir desse universo digital, sobretudo dos fatos narrados no portal Geledés, no que se refere a meninas/mulheres negras e seus cabelos. A proposta é utilizar o portal como fonte de pesquisa, juntamente com os teóricos analisados.

Dessa forma, faremos uma análise das matérias veiculadas pelo portal Geledés. Pensaremos como os assuntos informados, debatidos e analisados por eles sobre a beleza e

estética das mulheres/crianças negras têm contribuído para a autoestima e afirmação da estética negra, legitimando a beleza dos cabelos crespos e dando suporte para a bandeira de luta das mulheres contra o racismo, o sexismo e a construção de uma sociedade mais igualitária.

Para atingir esses objetivos, buscamos alguns autores que contribuíssem para embasar as análises feitas. Ao iniciar a pesquisa, no capítulo I, refletiu-se sobre corpo, identidade e beleza na contemporaneidade, discutindo como aquele foi produzido culturalmente na sociedade atual. Por ser o feminino e principalmente a mulher negra o nosso objeto de estudo, daremos relevância ao corpo das mulheres, isto é, este sendo produzido historicamente pelas diferenças culturais e sendo representado de forma especial em cada época social. Corpo-máquina, corpo-consumidor, corpo-beleza, corpo-metamorfose (que precisa ser corrigido a todo momento). Sendo este valorizado pelas aparências, pelos atributos físicos ocidentais, que discrimina as estruturas físicas do povo negro, estereotipando e negativando suas características. Assim, o corpo como construção da sociedade política, que é formado pela cultura, religiosidade, pela mídia, e nas relações sociais que se estabelecem na sociedade.

O corpo entendido como parte importante da construção identitária feminina. Identidade essa que é construída e reconstruída conforme as escolhas possíveis de serem feitas pelas mulheres na sociedade. Faremos uma abordagem histórica sobre as identidades que as mulheres foram obtendo ao longo da história da Humanidade. Quando se reflete sobre as identidades das mulheres negras se percebe as marcas de sofrimento e privações que lhes foram impostas historicamente e caminham pelo conflito entre assimilar as características físicas “das outras”, ou se resignificar assumindo seu corpo e seus cabelos crespos. Caberá, também, às mulheres brancas e negras, contestar e lutar, ao longo da história, para serem respeitadas, valorizadas e para poderem fazer suas escolhas identitárias.

A beleza surge como item da identidade feminina a ser problematizada, donde os cabelos servirão com prerrogativa do ser bela. A beleza será também vista como expressão de autoestima, que inclui, que a torna feliz, ou, como expressão de baixa autoestima, que exclui, que inferioriza, que causa sua infelicidade. Se é o padrão Europeu que dita as ordens da beleza, então os fenótipos das negras, com sua cor preta e seus cabelos crespos estão fora dos parâmetros estabelecidos, sendo símbolos de resistência quando são assumidos.

A beleza, como o corpo e a identidade, também foi construída culturalmente na sociedade: faremos, então, um histórico dessa construção social, do que é ser bela. Discutiremos a sociedade dominante que valoriza a beleza da mulher sendo “branca”, jovem, de cabelos lisos, corpo magro, o qual tem que ser conquistado a qualquer custo, sendo um produto a ser consumido.

No segundo capítulo, a proposta é discutir as Relações Raciais, o feminino e a estética negra, analisando a construção social da negritude no Brasil. Faremos um breve histórico sobre a história dos negros herdada da África e do sistema escravista ao qual os povos negros foram submetidos à força por tantos anos nesse país.

Kabelenge Munanga (2012), um dos teóricos que nos acompanha nessa trajetória da pesquisa, defende que ao se construir uma identidade negra se conclui que existe uma diferença entre “nós” e os “outros”, e que esta diferença se encontra na história de escravidão/sofrimento/desrespeito/discriminação/racismo, e na recusa à vitimização, em que negros e negras se afirmam, se fortalecem, se solidarizam, para resgatarem as suas histórias destruídas e suas culturas silenciadas.

Antes de Munanga, Frantz Fanon (2008) também vem afirmar que negros/negras, para construir realmente a sua negritude, precisam sair do estágio de alienação e tomar consciência das relações econômicas que ainda os oprime.

Na segunda parte, iremos analisar também os conceitos de beleza defendidos na sociedade contemporânea, dada a invisibilidade que esses conceitos trazem para as meninas/mulheres negras, ao defenderem a beleza branca, como única e universal. Em nosso entender, meninas negras aprendem desde a infância a se esconderem, a procurarem alternativas de embranquecerem para serem aceitas na sociedade. Ao avaliar que historicamente a beleza defendida pela sociedade dominante não é negra.

Lélia Gonzales e Nilma Lino Gomes são algumas autoras a quem este trabalho recorre para analisar a trajetória das mulheres negras no Brasil, por representarem exemplos na defesa da construção e reconstrução dessa beleza e identidade. Passeamos também por alguns Blogs na internet, percebendo que muitas jovens/mulheres negras estão se unindo, na tentativa de redescobrirem suas belezas, transformando o racismo sofrido em autoestima.

Chegaremos, enfim, aos “cabelos crespos”, e traremos a professora Rosangela Malachias, com suas reflexões, para tratarmos da promoção da afirmação das mulheres negras, acreditando que esta começa pela aceitação dos cabelos crespos e dos fenótipos negros.

Segundo Gomes, os cabelos servem para identificar os sujeitos negros e localizá-los no seu grupo étnico-racial, sendo os mesmos representativos na história de vida das meninas/mulheres negras. Desde a infância, as mães/cuidadoras se preocupam em cuidar, “lidar”, com os cabelos das meninas, sendo constituído num ato de carinho, de amor, de enfeite, em que transforma seus cabelos em tranças belas e empoderadas.

Mesmo com todo o cuidado dispensado aos cabelos das meninas negras por suas mães (sempre que podem ou na maioria das vezes), elas ainda sofrem preconceitos nas escolas, por

colegas e professores/as, que classificam as pessoas segundo os padrões estéticos eurocêntricos. Sendo assim, desde cedo, as negras são desrespeitadas pelos seus cabelos e fenótipos: tentam, na juventude, mudar seus cabelos, na esperança de que o alisamento os fará mais aceitos, chegando, assim, mais perto do conceito social de beleza.

Atualmente, na busca de se afirmar mulheres negras, estão quebrando tabus, procurando os salões étnicos especializados nos seus fios capilares, buscando no coletivo, nas escolas e universidades o lugar para discussão e a aceitação de suas particularidades estéticas. Criando portais e blogs, organizam-se, se solidarizando, se aceitando e aceitando seus cabelos crespos como sinônimo de beleza.

No terceiro capítulo, a determinação é contar a história do Portal Geledés: faremos uma análise dos assuntos narrados, debatidos e ponderados no mesmo; refletindo sobre as crianças negras e o racismo sofrido nas escolas brasileiras; depois estudaremos as mulheres negras e seus conflitos na sociedade, a partir dos fatos comentados no Portal, entre acomodar-se, assimilar a cultura dos brancos, resistir ou se assumir, sempre verificando a relação dos fatos com os conceitos defendidos pelos pesquisadores estudados.

De princípio, conhecer o Geledés – Instituto da Mulher Negra, sua história seus objetivos, seus principais fundadores e o Portal Geledés como um dos instrumentos utilizados por esse instituto como veículo de expressão pública das ações organizadas pelo Instituto e como instrumento de defesa das mulheres e dos negros e na luta contra todas as formas de descriminalização.

Buscaremos encontrar meninas negras com orgulho de suas madeixas crespas e volumosas. Nossa maior ambição é construir análises e propostas pedagógicas que possam servir de suporte para o trabalho de profissionais de educação, na desconstrução do racismo nas escolas, o qual tanto afeta no cotidiano de meninas e jovens negras. Para isso, faremos algumas pesquisas dos fatos narrados no Portal Geledés e confrontaremos com os estudos dos teóricos estudados nessa dissertação.

Aprofundaremos de forma qualitativa, com base nas investigações teóricas feitas nesta dissertação e nos discursos das mulheres negras no Portal Geledés que fortalecem os conceitos de que elas realmente sofrem os preconceitos de raça, de gênero e consequentemente de classe, mas que a aceitação dos seus cabelos crespos, dos seus fenótipos negros, da sua cor preta, juntamente com o empoderamento nas artes, na música, na educação e nas lutas organizadas em coletivos é o caminho para o empoderamento do feminino negro na sociedade brasileira.

Em nossas considerações finais, a ideia é estabelecer uma conexão entre mulheres/meninas negras, os estereótipos sofridos e vivenciados negativamente sobre os seus

corpos, que auxiliam na construção de uma identidade oprimida, silenciada e a aceitação de seus cabelos crespos como representativos de resistência e construção de um feminino negro forte e lutador.

Capítulo 1- Corpo, Identidade e beleza na contemporaneidade

“O corpo não é uma máquina como nos diz a Ciência. Nem uma culpa como nos faz crer a religião. O corpo é uma festa”.

Eduardo Galeano.

Neste primeiro capítulo, vamos apresentar os conceitos de corpo, identidade e beleza. A ideia é discutir como a presença corpórea foi produzida culturalmente e como está sendo construída na sociedade atual. Daremos relevância para o corpo feminino e para o corpo negro, suas construções históricas e dimensões sociais.

Seguiremos a discussão sobre a identidade na contemporaneidade, Zygmunt Bauman (2005) defende a identidade atual como fluida, na qual as pessoas precisam escolher suas identidades no leque de opções que se estabelecem na sociedade, com o cuidado de fazer suas escolhas e não ser escolhidos por elas. Verificaremos como essas identidades mudam, se transformam com o caminhar da vida. Buscaremos analisar a identidade feminina negra brasileira.

Cabe aqui pensar a identidade feminina, e a história das mulheres, com o intuito de refletir sobre a identidade que o sexo feminino apresenta na atualidade. Os homens tentaram, por séculos, e ainda tentam construir a ideia de que o feminino é inferior ao masculino, de que as mulheres devem ser “belas, recatadas e do lar”¹. Entretanto, as mulheres, historicamente, seguem resistindo, escolhendo suas identidades e se valorizando enquanto sexo que vai à luta sem perder a ternura e se quiser, se for sua escolha, também perdendo.

No que se refere às mulheres negras, essa dissertação se propõe a analisar as marcas de sofrimento e privações que historicamente seus corpos apresentam, e as imagens contra-hegemônicas que as mesmas erguem para conquistarem seus espaços na sociedade contemporânea.

Na sequência, discutiremos alguns conceitos de beleza e cabelo. Refletiremos sobre a memória e história da beleza construída socialmente, e seus vários conceitos estabelecidos historicamente; bem como a importância histórica dos cabelos como símbolo de beleza, de poder, de força.

Analisaremos como a mídia, ideologicamente, vem definindo o que é belo, percebendo como o corpo e o cabelo da mulher estão historicamente reféns deste conceito midiático de beleza e, nesse sentido, refletir como para o feminino negro brasileiro os cabelos representam

¹ Frase veiculada na revista “Veja” no dia 18/04/2016 para caracterizar a esposa do então vice-presidente da república, Marcela Temer, que provocou reações feministas na internet.

o conflito entre a aceitação dos seus fios crespos ou a assimilação dos lisos defendidos pela sociedade.

1.1. Presença corpórea e os corpos negros

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Simone de Beauvoir.

Le Breton, em seu livro *Antropologia do corpo e Modernidade* (2013, p. 18), apresenta-nos o seguinte conceito para corpo: “O corpo é uma construção simbólica, não uma realidade em si”. A partir daí, analisa o corpo como existência individual, física, sensitiva, psicológica, investigando sua construção através da interação social, na qual se percebe e se assume como participante de determinada sociedade. Por outro lado, também observa esta existência como corpo político, pertencente a um grupo social, com suas regulamentações e maneiras de ser e agir. Sendo assim, Le Breton considera o corpo como uma estrutura total e material do organismo humano.

Da mesma forma, o corpo feminino vem sendo produzido ao longo da história da humanidade e suas diferentes culturas, sendo representado por cada época social e modelo de corpo vigente. Le Breton (2007) defende que o corpo é adaptado pelo contexto social e cultural ao qual o sujeito está inserido, sendo passível de modificações devido ao contexto histórico.

Em cada época histórica, as sociedades foram estabelecendo suas marcas corpóreas. Dessa forma, o corpo foi representado pelas identidades pessoais, opiniões individuais e as próprias escolhas, e também pela percepção que o sujeito acredita que o “outro” tem do seu corpo. Para Maria Raquel Barbosa (2011), a história da humanidade está entrelaçada com a história do corpo humano. As sociedades e suas culturas vão determinando os seus padrões, valorizando determinadas características e deixando de valorizar outras.

Le Breton (2013) aponta que, para os ocidentais, a concepção de corpo mais aceitável é a biomédica, que conduz o ser humano à individualidade, modelo esse que veio do Renascimento, seguindo uma visão moderna, que ainda é predominante na sociedade globalizada atual. Existem outras sociedades que definem o corpo de outras formas, conectadas a teorias astrológicas, ao esoterismo, a medicinas mais tradicionais e mais ligadas à terra. Culturas estas que estão cada vez mais distantes dos seres humanos, sendo desvalorizadas pelos conceitos ocidentais.

Essa desvalorização das culturas mais tradicionais está acarretando um extermínio dessas visões de corpo, prevalecendo a visão individualista. Com a individualização, as pessoas

se tornam cada vez mais atomizadas, desligadas de seus grupos culturais, de suas referências familiares, da natureza. Sem as associações simbólicas, os indivíduos não encontram respostas culturais e se perdem em suas escolhas, tornando-se individualistas e solitários. Seguindo essa visão, o corpo é visto pelo lado biomédico, pelos novos avanços da medicina e da biotecnologia, na constante busca pelo corpo perfeito, atraente e saudável.

O corpo feminino vem sofrendo também suas transformações ideológicas, seguindo o caminho histórico-cultural. Na pré-história, a mulher de seios fartos e quadris definidos representava saúde e fertilidade. No século VIII, período medieval de grande influência da igreja, ter o ventre sobressaído lembrava a gravidez da virgem Maria, mãe de Jesus, sendo característica de mulheres belas. A pureza sendo mais valorizada que a beleza, ser virgem e delicada era a representação do belo. E, em contrapartida, o corpo feminino era visto como negativo, demoníaco.

Na era do Renascimento, o corpo feminino assume novos atributos, sendo considerado fruto de Deus e criado a sua imagem e semelhança. A mulher deve exteriorizar o seu corpo, não mais consagrado como pecaminoso e sim assumindo valores divinos, separado da visão de pecado. Nesse período ter o corpo farto era belo e representava a fertilidade, como se pode observar nas musas pintadas por Da Vinci e Rembrandt (Século XVI e XVII).

Mary Del Piore, em seu livro *Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil* (2000) e *Histórias do Cotidiano* (2001), constata que, até o século XX, as roupas das mulheres eram utilizadas como forma de controle das mesmas, sendo o sutiã um dos primeiros instrumentos indumentário deste controle, com a finalidade de tornar esse corpo feminino perfeito. O espartilho funcionava como “uma forma ou um estojo protetor e, sobretudo, corretor de um corpo feminino passivo e amolengado, considerado pelos médicos possuidor de postura ‘frágil’ e ossos tenros” (DEL PRIORE, 2001, p. 11). Por essa via de análise, o espartilho seria necessário para proteger, para corrigir o corpo feminino, considerado frágil, imperfeito, delicado, amolengado.

Considerado como uma vestimenta nobre na época da Revolução Francesa, o sutiã retorna no período napoleônico com tamanho reduzido, continuando a ser valorizado esteticamente, sendo considerado importante instrumento para o corpo feminino. Com o tempo, os espartilhos foram ficando mais fáceis de serem usados, causando menos desconforto no corpo feminino. Porém, muitos médicos discordavam do seu uso, diziam que deformavam os corpos e podiam até matar. Constata-se, então, como a estética era valorizada nessa época histórica, pois a mesma era considerada necessária para que as mulheres obtivessem, “um talhe

fino, valor erótico, social e simbólico muito conceituado no mercado matrimonial” (Del Priore, 2001, p.13). Dessa forma, as mulheres e seus corpos seriam considerados corretos.

Le Breton (2013) esclarece que a palavra “Corpo”, ao longo da história da humanidade, vem sendo simbolicamente polissêmica, isto é, tem sido representada de várias formas. Nas sociedades individualistas, o corpo é visto como inseparável do homem, tendo um rosto singular, delimitando cada ser individualmente, com seus valores e suas escolhas. Diferentemente, nas sociedades tradicionais, o corpo representa o homem que se mistura com a natureza, com o cosmo, com a comunidade, sendo inseparáveis e mantendo laços fidedignos. Em algumas sociedades do continente africano, por exemplo, o corpo também é considerado de várias formas: na parte rural, a pele e a carne não se limitam a individualidades dos seres humanos, que são compreendidos de forma plural, intrincada. A identidade individual é fundida com seu grupo, seu povo.

Nessas sociedades, o homem africano rural vive conectado com os cosmos, com a natureza em geral, com os seus ancestrais, com sua comunidade, é dessa troca que ele tira o fundamento da sua existência corpórea.

Nos estudos bíblicos também se percebe que o corpo não se separa do homem, seguindo a doutrina de que a alma é infundida no corpo diretamente por Deus. O corpo é suplemento da alma, esta que entra e sai do corpo, que respira e que abandona esse corpo no momento do último suspiro. “No universo bíblico o homem é um corpo, e seu corpo não é outra coisa senão ele mesmo” (Le Breton, 2013, p.34). No entanto, essa ligação do corpo com a teologia, com a igreja cristã no período Medieval, vai constituir uma ideia de corpo proibido, como forma de pecado que deveria ser escondido. A alma acaba prevalecendo sobre o corpo e está separada deste.

Por outro lado, a noção moderna de corpo vem representada pela individualidade do mundo moderno, que rompe com a visão da solidariedade entre o cosmo, o coletivo, a natureza e o homem. O ocidente vai apresentar esse novo corpo. Para Durkheim (1968 apud Le Breton, 2013), para fazer uma distinção entre um sujeito e outro, “é necessário um fator de individualização, e é o corpo que desempenha esse papel”. O homem é inerente ao seu corpo e separável dos outros homens, cada ser com sua vontade, escolhas, crenças, seus rostos e separado de si mesmo. Dessa forma, “o corpo torna-se um espelho, um outro si - mesmo, com quem coabitar fraternalmente, gozosamente”. (Le Breton, 2013, p. 248). Analisa-se, assim, o corpo como sujeito, como pessoa e não mais corpo objeto.

Na modernidade, o corpo se afasta das tradições populares e inicia-se a fase do individualismo ocidental, separando os indivíduos e distanciando o sujeito de si mesmo: o

corpo como propriedade, a mídia ditando a moda e construindo a imagem de um corpo único, esteticamente uniformizado. O corpo, antes ligado ao cosmo, ao coletivo, à natureza, dá lugar a um corpo individualizado, distanciado do universo, dos grupos, e de si próprio. É nesse período que o sistema capitalista se desenvolve.

O período renascentista, que marca uma época histórica da Europa que vai do fim do século XIII a meados do século XVII, se caracteriza na arte, na filosofia, na ciência, como um período de maior liberdade do ser humano e em consequência com o seu 'corpo'. Durante esse período, passa-se de uma contemplação da natureza para uma ação de transformação desta, com a ideia de dominar a mesma e, dessa forma, procurar conhecer o invisível do corpo. Nesse corpo individual, torna-se fácil discernir o homem do seu corpo, não no sentido religioso, mas sim longe do âmbito sagrado, procurando entender essa ideia moderna de 'corpo'.

A partir dessa nova ideia, emerge o indivíduo em escalas sociais: o comércio e os bancos aparecem na escala social e econômica com imensa importância, sendo representados pelos primeiros homens modernos dos grandes centros urbanos, que se preocupam apenas com seus interesses pessoais em detrimento do bem social.

Le Breton, defende: “Com o sentimento novo de ser um indivíduo, de ser si mesmo, antes de ser o membro de uma comunidade, o corpo se torna a fronteira precisa que marca a diferença de um homem em relação a outro”. (2013, p. 69).

Assim, cada vez mais se esvai a preocupação com a comunidade, com as tradições culturais, e o mundo se torna a fronteira do homem, o seu caminho a percorrer. Dessa forma, surge a individualização pelo rosto, considerado a parte mais especial do corpo. O retrato singular serve de inspiração para os artistas, é o momento da 'ideologia do rosto', o rosto como marca individualizada do ser. Rosto retratado primeiro pelas pinturas e, com o passar do tempo, pelas fotografias, constituindo assim uma identidade singular para cada ser, estabelecendo os documentos de identidade com fotos pessoais. O corpo individual sendo aqui representado pelo rosto, e tornando os seres únicos.

Por volta dos séculos XVI e XVIII, surge o homem da modernidade, separado de si mesmo, homem e corpo, afastado do cosmo, apartado dos outros, o homem individualista. Le Breton (2013), analisa Vesalius, anunciador do pensamento moderno de corpo, que faz seus estudos de anatomia valorizando o corpo e separando o homem deste. A ideia é dar mais valor ao saber biomédico, em detrimento dos saberes populares; saber anatomizado (reduzido em pequenas partes), que aproveita as particularidades do corpo, dilacerando-o, fragmentando-o para pesquisas médicas e estudos. Para Breton (2013 p.94), surge, nessa época uma dualidade

do corpo. Se para a cultura erudita, para os mais privilegiados, o corpo se encontra separado do homem, ontologicamente, superficialmente, para as culturas populares o corpo continua em seu lugar central, sendo o princípio fundamental de ligação entre o homem e à terra.

Le Breton, defende esse pensamento colocando o surgimento do pensamento mecanicista:

“Com as diferentes etapas epistemológicas marcadas pelos trabalhos de Copérnico, Bruno, Kepler e, sobretudo, Galileu, a sociedade “erudita” ocidental, infinitamente minoritária, mas atuante, passa do mundo fechado da escolástica ao universo infinito da filosofia mecanicista”. (2003, p.97).

A máquina fornece a fórmula desse novo sistema, valorizando um conhecimento útil, racional, isento de sentimentos, desassociando a natureza do homem e sendo a ele subordinada, com o objetivo de alcançar os resultados planejados. Descartes enfatiza os conhecimentos “ que sejam extremamente úteis a vida” (Le Breton, 2013, p.101), a preocupação com o saber apenas útil, mecânico. Sendo o trabalho braçal o que importa, a parcela dominante e pensante da sociedade muda, mas o grande contingente, o “povo”, continua à mercê dos que dominam. Estes conhecimentos reduzem movimentos e inquietações da humanidade a leis criadas e impostas de dominantes a dominados, leis que seguem as sociedades até a época atual.

Descartes estabelece a doutrina da alma oposta ao corpo, a dualidade cartesiana, o pensamento independente do corpo, este sendo apenas um acessório. Corpo e espírito assumem uma ambiguidade, na qual o espírito está ligado a Deus e o corpo é reconhecido como uma máquina que é falível, podendo errar, “dar defeito”. O corpo não é um instrumento da razão, e por isso, para os filósofos mecanicistas, é considerado insignificante quando separado da presença humana, do espírito. Barbosa analisa a ideia de Descartes: “Na realidade, o filósofo Descartes parece ter instalado definitivamente a divisão corpo-mente; o homem era constituído por duas substâncias: uma pensante, a alma, a razão e outra material, o corpo, como algo completamente distinto da alma”. (Barbosa, 2011, p.28).

Assim, Descartes, realmente constitui a divisão corpo-mente, segundo a qual o corpo físico fica a serviço da razão, servindo para estudos e experiências. Por sua vez, para os mecanicistas, a imaginação surge como algo inútil, improdutivo, irracional. O que importa são as ciências exatas, a matemática como a única forma de compreensão da natureza, validando o que se compreende mecanicamente, sem um olhar aprofundado para os conceitos. A imaginação e os sentidos humanos são considerados enganação, sendo importante o racional. Separando os sentidos da realidade. Para os filósofos Renascentistas, a natureza não é mais viva, e é Deus que rege toda a natureza de forma mecânica. Para Descartes, a filosofia só é compreendida separada do corpo: “Eu fecharei agora os olhos, taparei os meus ouvidos,

desviarei todos os meus sentidos, apagarei de meus pensamentos até mesmo todas as imagens das coisas corporais, ou pelo menos, já que isso dificilmente pode ser feito, eu as considerarei como vãs e como falsas”. (Descartes, 1965 apud Le Breton, 2013, p.114).

Defendendo, assim, a cisão entre os sentidos e a realidade, essa última será considerada, para Le Breton, como estrutura fundadora da Modernidade.

Dentro dessa visão de “homem - corpo”, considerado como máquina, emergem na sociedade novas formas de se viver, formas essas em que a grande parcela da população vive subordinada à burguesia. É o surgimento do sistema capitalista, segundo o qual os burgueses pretendem conquistar cada vez mais o lucro. O corpo da classe trabalhadora é uma máquina para essa conquista, justificando o trabalho em série, repetitivo, fracionado. Para Descartes (Le Breton, 2013, p.119), “o corpo, senão o homem todo inteiro, é uma máquina”, considerando-o como a máquina melhor aperfeiçoada, porque foi criada por Deus, o melhor dos artesãos. Defende-se, aí, a ideia de poder absoluto dos artesãos ao criarem suas máquinas, e de que o corpo do homem seria a máquina perfeita, e complexa, por ser criada pelo Deus soberano.

Michel Foucault (1975 apud Le Breton, 2013, p.121) esclarece a ideia de uma ‘tecnologia política do corpo’, movimento do período mecanicista em que a força do trabalho significava pensar com ação, sem desperdício, gastando pouco esforço, tentando criar indivíduos submissos, obedientes e eficazes em suas ações práticas, o corpo do homem sendo considerado objeto. Esse período, ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, além da concepção racional do mundo, alia-se à ideia de racionalizar apenas um membro do corpo humano, e se utiliza da repetição continuada do mesmo. Reconhecido como o período industrial, lê o corpo humano como máquina e simboliza uma época lucrativa na história da humanidade.

Para os filósofos mecanicistas, o corpo como objeto deve ser corrigido, transformado. Surgem, então, as próteses corretivas, na intenção de deixar esse corpo uma máquina mais confiável. Esse era o pensamento ocidental de ‘corpo’, sendo este objeto, banalizado, mecanizado.

Le Breton (2013) aponta que, entre os séculos XVI e XVII, nas sociedades ocidentais mudam completamente as formas de conhecimento, desvalorizando o cultural e dando lugar para um saber racionalizado, fragmentado. Segundo o referido autor, hoje o conceito moderno de corpo está cada vez mais distante da tradição ancestral, do cosmo, estando ainda mais forte a ligação ao corpo individualizado, anatômico, mecânico. “O contato físico com o outro, desconhecido, permanece, por exemplo, um tabu” (Le Breton, p.203). Essas sociedades escolheram a distância entre os corpos, o silenciamento, a descrição, o apagamento, corpos vestidos, que não se tocam. Verifica-se que as pessoas evitam se tocar, até os olhares são

singulares. Se, por acaso, acontecer um toque, é necessário um pedido de desculpas, por que tocar no outro é sinal de má educação.

Vive-se os corpos vestidos, sem proximidades. Em alguns locais privilegiados e regulamentados por regras sociais, esses corpos tomam outras representatividades, e podem ser expostos, nas praias, piscinas, academias: expostos sim, tocados nunca. O corpo belo, forte, esguio, que é exibido e liberado, representado nas academias de ginástica, nas novelas da TV, nas revistas, o corpo produzido pela anatomia biomédica, pelas cirurgias plásticas. A luta individual pelo corpo belo, jovem, saudável, atraente, e não o corpo vivido pelos indivíduos em seu cotidiano, que é constituído pelas suas lutas diárias de sobrevivência. Corpos plásticos, considerados libertos pela modernidade, mas que são simplesmente corpos jovens, saudáveis, magros, que induzem à sedução, e que, na maioria das vezes, não representam o que aparece na mídia, sendo plastificados pela medicina estética ou reparadora, por práticas de fisiculturismo, fitness, etc.

O século XX veio valorizar o corpo “ideal”, que seria o corpo esbelto, magro, fortalecido pela mídia e pelos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, televisão, revistas). Interessante observar como nesse período o corpo feminino aparece como a estrela principal, difundindo o culto ao corpo belo e magro que necessita ser consumido a qualquer custo. Ter um corpo, uma imagem bela, é um dom, uma dádiva de Deus.

Esse conceito de magreza como ideal de beleza para o corpo feminino veio se fortalecendo após algumas décadas do século XX, tornando-se uma obsessão constituir um corpo magro, mesmo que para isso as mulheres tenham que fazer sacrifícios (dietas e mais dietas, exercícios físicos e mais exercícios), renúncias (não pode comer isso, nem aquilo) e investimentos (cirurgias estéticas, próteses, ...). Assim, o corpo é que tem que entrar na roupa, se moldar a ela: o modelo é o manequim trinta e seis, trinta e oito. O corpo da mulher é que tem que servir a esses tamanhos, aquela que não se enquadra está reprovada, desvalorizada, estigmatizada e, com certeza, sofrerá preconceitos.

Del Priore (2000) contribui com esse debate, colocando o quanto a mídia vem fortalecendo a busca pela “beleza de produção”, propagando locais de aperfeiçoamento estético, desvalorizando a beleza como obra da natureza humana e contribuindo para a imagem da mulher turbinada, magra e leve, que deve ser sempre aperfeiçoada com cirurgias plásticas, próteses de silicones, dietas mirabolantes e musculações.

Historicamente, percebe-se nos anos 70 a valorização da beleza artificial, com os cílios e unhas postiças, maquiagens pesadas e perucas. Nos anos 80, se socializa o ser belo, sendo essa beleza apoiada em cremes, loções, e vários produtos fabricados e oferecidos pelas

indústrias de cosméticos. Já nos anos 90, a busca pelo ideal de beleza vem condenar, mesmo que aparentemente, o artificial, valorizando uma beleza mais discreta, com tons mais próximos da pele e batons mais claro, sem deixar de valorizar as inserções estéticas. Segundo Iannelli (2016), na sociedade pós-moderna vive-se o exibicionismo, o autocentrismo, a dificuldade de relações interpessoais, na qual o sujeito se define pela visão que o outro tem dele esteticamente, as pessoas vivem e se comportam através da visão que os outros têm dela.

Os corpos que não pertencem a esse modelo perfeito, passam a ser incômodos, compartilhando da não representatividade no social. São os loucos, os idosos, os deficientes mentais, os deficientes físicos, os enfermos de doenças que estão estampadas em seus corpos (câncer, aids, entre outras), são corpos que não servem de espelho, que causam o afastamento social. É Le Breton quem deixa isso claro: “Nesse sentido, torna-se legítimo perguntar-se se as etiquetas corporais admissíveis nos diversos momentos da sociedade não são rituais de evitamento” (2013, p.214). Mantendo a distância desses corpos, os indivíduos não precisam se incomodar com sua presença, não precisam se identificar com seus corpos estranhos, é justamente nesse afastamento que Le Breton coloca o surgimento de todo preconceito social. Por outro lado, esses indivíduos diferentes em suas singularidades vão ao longo de sua existência mantendo um afastamento, quer por não se darem conta desse distanciamento, quer porque as etiquetas sociais os afastam e limitam sua presença.

Os idosos fazem parte desses grupos que se afastam dos modelos perfeitos na modernidade, sendo afastados do convívio social, renegando todo o seu saber histórico, suas memórias e suas experiências de vida. O envelhecimento deixa marcas profundas nos corpos, e estas marcas vão ser maiores ou menores dependendo da classe social do idoso e do acolhimento que o mesmo possui no seio de sua família. A velhice transgride os valores modernos de beleza, corpo e juventude.

Nas mulheres, o envelhecimento é mais aviltante socialmente, pois estas, quando idosas, perdem a sedução que lhes era característica na sua juventude, o frescor, a vitalidade. Aos homens dizem que, com a idade, adquirem experiência, maturidade, energia, tornam-se sedutores com a idade avançada. Por vezes, são valorizados seus atributos da experiência, de vigor masculino, quando adquirem relacionamentos com mulheres mais novas. As mulheres, nesses mesmos relacionamentos, são vistas com maus olhares.

Dessa forma, avalia-se que a sociedade marca a velhice de forma desigual para homens e mulheres. Eles serão seres ativos, sua aparência física não o denigre com o passar dos anos, sendo sempre um sedutor em potencial. Elas terão o seu encantamento deteriorado pelos anos.

Quando se pensa a liberação desse corpo, coloca-se isso na conta dos ditos “loucos”, que não se preocupam com etiquetas sociais, que se liberam e se desprendem de todo pudor ocidentalizado, que falam e fazem de suas intimidades algo natural, sem limitações sociais, que perderam toda ou quase toda sua consciência psíquica, mas que são condenados socialmente por essas atitudes. Diante dessa imprecisão sobre a liberação do corpo emerge, hoje, outra forma social de representá-lo, na qual o sujeito se libera de si mesmo, desabrocha dessa linha definida pela sociedade moderna, escolhendo a sua forma de ser, de se vestir, de fazer sua atividade física. Le Breton aponta: “Nesse sentido, poderíamos dizer que a ‘liberação do corpo’ não será efetiva enquanto a preocupação com o corpo não estiver desaparecido” (2013, p.221). Nessa ideia dualista de corpo, é preciso separar o corpo do sujeito, para poder liberá-lo. Para esse retorno ao ‘corpo’, é necessário que os sujeitos se aceitem como são, amem seus corpos, sem deixar se impor pelos modelos estéticos ocidentais, aceitando suas idades, suas cicatrizes, suas seduções, etc.

Se por um lado apenas as pessoas magras, belas, sedutoras, bronzeadas, em forma, jovens e dinâmicas, terão seus corpos liberados e serão consideradas felizes e vencedoras por essa sociedade. Do outro lado, quem se encontra fora desse padrão estético mantém uma certa distância e se constitui em pessoa com baixa autoestima.

Le Breton (2013) apresenta o corpo como o outro eu. A ideia do corpo é o conceito que o sujeito faz de si mesmo, que ganha novos contornos a partir da década de 1960, esse novo corpo com práticas e discursos nunca vistos. Conceitos advindos de um tempo de repressão e cautela. Na atualidade, o corpo se impõe como assunto primordial no debate social, caminho a ser explorado na tentativa de observar todas as suas sensações. Corpo que se esforça para vencer seus limites e habilidades em competições, procurando sempre a boa forma e a beleza física. “O corpo é a morada do homem, seu rosto” (Le Breton, 2013, p.240). Sendo o corpo um objeto, que o indivíduo molda a sua vontade, com dietas, musculação, tatuagens, piercings, plásticas diversas, é vitimado pela busca da perfeição.

Barbosa (2011) defende que, com o desenvolvimento do sistema capitalista nos séculos XVIII e XIX, e o aumento da industrialização, o corpo humano se tornou um corpo produtor, que sobrevive a serviço da economia e da produção, e que precisa produzir em grandes quantidades, necessita se enquadrar nos padrões ocidentais de corpo belo e perfeito para servir ao consumo de bens materiais, consumindo sempre.

Defendendo que os seres humanos, na contemporaneidade, vivem distantes dos seus corpos e dos outros indivíduos, distância esta ocasionada pelo cotidiano globalizado, pela

cultura de massa, pela padronização do conceito ocidental de beleza, pela propaganda consumista da mídia capitalista. Como relata Tucherman,

Chegando ao século XIX, temos uma sociedade anônima, uma vasta população de gente que não se conhece. O trabalho, o lazer, o convívio com a família são atividades separadas, vividas em compartimentos a ela destinados. O homem procura proteger-se do olhar dos outros... (2004, p.69).

Vive-se em solidão no meio da multidão, e mesmo nos espaços privados as pessoas evitam se encostar, estão perto, mas evitam o contato físico, criando espaços próprios, individuais. Investem em seu corpo no intuito de transformá-lo em perfeição, decora-lo, tornando-o espaço de estímulo e aceitação do outro. A ideia é comprar a possibilidade de beleza e juventude eterna, que aparece nos meios de comunicação, do corpo perfeito que não se encaixa na maioria da população, na tentativa de ignorar as marcas que o constituem.

O corpo é para consumir e ser consumido. Gasta-se muito, quem pode, com plásticas, academias de ginásticas, massagens, cremes de beleza, dietas mirabolantes, salões de beleza, spas, estilistas, etc, criando, assim, a crise do corpo na contemporaneidade: crise cultural, crise de expectativa de julgamentos e aceitação social, o indivíduo quer transformar seu corpo conforme seu desejo na espera da aceitação do outro. Os sujeitos constroem sua subjetividade no olhar do outro, adquirindo sentido no que parece ser e não no que realmente é, o corpo tendo valor simbólico, valor de troca.

De forma diferente, no capitalismo mecanicista o corpo entrava no mercado como força de trabalho, sendo domado, preservado, repetitivo; na contemporaneidade, o corpo é uma mercadoria de superprodução que precisa consumir e ser consumido. Esse estímulo ao corpo perfeito levará à preocupação exagerada com o corpo, pois o mesmo está vinculado com a noção de sucesso, de liberdade, de prazer, de sexualidade, de bem-estar, de felicidade, entretanto, nem todos conseguem atingir estes objetivos, criando seres carentes, com baixa autoestima, isolados. Barbosa cita Turner: “Nesta sociedade de consumo o corpo é, por um lado objeto de idealização, mas por outro potencial alvo de estigmatização, caso não corresponda aos padrões expressos na própria publicidade” (TURNER, 1992, apud Barbosa 2011, p. 29).

Dessa maneira, o corpo fica dependente das novas tecnologias científicas, e o indivíduo depende da sua estética corporal para ter maior ou menor prestígio social. Com toda essa valorização da beleza, do corpo sadio, jovem, que não pode envelhecer, vive-se, então, a crise da contemporaneidade, na qual experimentamos o corpo fragmentado, que sempre tem um membro que precisa ser aperfeiçoado ou corrigido, contribuindo para um consumismo exagerado no gasto com o corpo.

Para Foucault, “na passagem da modernidade para a pós- modernidade, surge a separação entre o saber e o poder, elementos que, na modernidade, estavam interligados” (1994). A ideia agora é ser autônomo no campo político, social e estético, cada um seguindo seus próprios padrões, fazendo suas escolhas e construindo suas identidades.

De certa forma, essas escolhas corporais não parecem ser autônomas, pois existe na sociedade uma enorme quantidade e variedade de tendências, de moda, que estão ligadas a uma cadeia de produção e a determinados grupos de referências. Os indivíduos se identificam com os tatuados, os carecas, os de cabelos pintados, os surfistas, os black’s, com as maquiagens, com as cirurgias plásticas, com as tendências da moda, etc., fazendo com que homens e mulheres se sintam obrigados a ressaltarem o que é belo e esconderem o “imperfeito” em seus corpos, sem terem noção se suas escolhas são livres ou se fazem parte de um sistema de manipulação da mídia.

Segundo Cristina Paim e Marlene Strey (2004) na realidade, pode- se dizer que o corpo ocidental vive em plena metamorfose, segundo a qual os indivíduos procuram nesse corpo a verdade sobre quem eles realmente são, e a sociedade não consegue lhe dar essa resposta. Um corpo que precisa ser corrigido, reconstruído, aceitado. Dentro desse contexto social e histórico, no qual a sociedade está sempre mudando, os principais meios de construção das identidades pessoais (a família, a escola, o trabalho, a religião) parecem estar enfraquecidos, contribuindo para que os indivíduos se apropriem cada vez mais de seus corpos como meio de expressar o seu eu. Essa cultura que valoriza a imagem do corpo, sendo representada pela propaganda desta imagem, padronizando um determinado tipo de corpo estereotipado, necessita estar sempre em manutenção, tendo sempre a necessidade de consumir para manter ou modificar.

E ao pensarmos os corpos negros nessa sociedade contemporânea, de valorização das aparências, dos atributos físicos eurocêntricos é pensar no lugar em que ele ocupa hoje e ocupou no sistema escravista da história mundial e nacional. Segundo Joyce Gonçalves da Silva (2014), a sociedade que avalia as pessoas pelas suas características físicas, sua cor e sua condição social, estabelece as discriminações e opressões a partir desses critérios. Nesse sentido o corpo branco ou o corpo negro, inscritos nesse discurso, representam dominantes e dominados, opressor e oprimido. Silva analisa a relação do passado vivido pelos negros no sistema escravista, o discurso negativo sobre seus corpos que ainda persiste, e a exclusão social e econômica vivida pelo povo negro que se perpetua ainda hoje.

Os povos europeus ao se tornarem colonizadores pela força usam de toda sua dominação colonial para sobrepôr sua supremacia de raça branca, sua cultura, sua estética, para desmoralizar todos os outros povos, assim, os países colonizados, inclusive o Brasil, assimilam

conhecimentos e valores advindos desses países colonizadores, construindo uma sociedade que desvaloriza as características físicas, a história, a cultura do diferente. Essa seria uma forma de normatizar a vida em sociedade nas colônias seguindo o modelo Europeu de sociedade.

Segundo FANON (2008, p.104), “Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica”. Ao serem escravizados e transferidos para outro continente o povo negro perde suas referências, seus costumes e sua cultura precisam ser abolidos porque estavam em contradição com a civilização que lhes foi imposta pelo colonizador. Assim o povo negro e sua corporeidade precisa assimilar o ser branco, necessita organizar-se nessa nova sociedade imposta. Assim o colonizador vai retirando da formação identitária dos colonizados suas referências e difundido atributos culturais e corporais apenas como aspectos negativos ou exóticos.

Segundo Silva (2014), acredita-se que essa postura dos colonizadores atingiram a formação da cultura do povo brasileiro, fazendo com que os povos escravizados sofram com os preconceitos e estereótipos definidos como o que é certo ou errado como cultura e como regra para se viver em sociedade.

Para elucidar a cultura nacional brasileira, a elite da década de trinta, se apropria e ressignifica as produções artísticas e culturais do povo negro, com o propósito de melhorar a imagem do Brasil no exterior e fortalecer a ideia da mestiçagem brasileira. Assim transformava as manifestações culturais negras em Nacionais e descaracterizando-as enquanto culturas da ancestralidade negra africana. Essa valorização do Nacional fortaleceu a figura do mestiço brasileiro, a mistura das raças, mas não contribuiu para construir uma população de negros e mestiços com condições melhores de educação, saúde, direito, trabalho, lazer e com menos preconceitos sofridos.

A corporeidade dos negros sendo representada pela sexualidade, erotismo e malandragem. A sensualidade da mulata da bunda grande, a malemolência, a boemia, o jeitinho, o roubo, a preguiça do malandro mulato e assim não valorizando a intelectualidade de negros e negras. Esses estereótipos servindo para fortalecer a imagem do negro como sujeito desajustado, marginalizado, sexuado. Essas são as marcas estereotipadas do corpo negro, que contribuem para sua opressão e dominação, e conseqüentemente para que esse corpo seja avaliado e influenciado por esses estereótipos. Dessa forma, a expressão corporal de negros/negras representa um ato de resistência a tudo que lhe foi imposto.

HALL (2013, p.1) analisa que as características físicas por si só não são capazes de distinguir um grupo de pessoas ou determinadas culturas, porém se pensarmos na população negra, veremos que suas características físicas tornaram sinônimo de preconceito e

ancestralidade. As discriminações ao corpo negro são representadas justamente pelo seu fenótipo, sua cor, seu cabelo.

A expressão pessoal e coletiva do corpo negro é sentida nas inúmeras possibilidades de danças, no molejo do corpo, nas tradições ancestrais, nas melodias criadas e recriadas, esse mesmo corpo que possui uma enorme expressão cultural intrínseca é o corpo que sofre com a marginalização social imposta pela elite dominante e pela mídia. Dessa maneira, as expressões culturais advindas dos corpos negros não são aceitas, são estereotipadas, definidas muitas vezes como vulgar. Viver num corpo negro é ser invisibilizado, inferiorizado, mas também é resistência, é persistência.

Na atualidade o corpo negro ainda não se representa positivamente na sociedade brasileira, o discurso do corpo europeu colonizador ainda é mais valorizado por essa elite dominante, nem a globalização conseguiu destituir esses conceitos eurocêntricos de corpo estabelecido na sociedade. Ao corpo negro ainda se atrela a ideia de que tem condições inferiores de intelectualidade, tendência a trabalhos mais pesados fisicamente, sexualidade exacerbada, cabelos sujos e mal arrumados, pele suja, descuidados e fealdade.

Como representação corporal é poder, é luta, o povo negro vem mantendo resistência ao longo da história, apresentando sua corporeidade positiva, legitimando sua cultura, combatendo os estereótipos, fortalecendo sua ancestralidade africana.

Por fim, Barbosa (2011) defende que o corpo é uma construção social, política, cultural, religiosa, psicológica e não apenas orgânica, biológica. Corpo é meio de comunicação, presente no cotidiano, nas relações sociais, produzindo sentidos que representam a sua cultura, suas emoções, seus afetos, seu mundo simbólico. Na contemporaneidade se vive a revolução do corpo, o qual, cientificamente, pode ser sempre transformado, embelezado. Uma época mais aberta à diversidade e, ao mesmo tempo, mais ligada ao sucesso pessoal, ao prazer individual. O que importa é o que a moda dita, suas regras, a serem seguidas a qualquer preço, mesmo não tendo condições financeiras para tal. As identidades são formadas através das tendências escolhidas.

1.2. Identidade Feminina e Mulher Negra

“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância”.

Simone de Beauvoir.

Segundo Adriana Machado Iannelli (2016), a sociedade produz e reproduz valores no decorrer da história, e os indivíduos vão construindo e reconstruindo suas identidades conforme suas escolhas, dentro dessa variedade de valores expostos e impostos pela sociedade. Conseqüentemente, a forma de construírem os seus corpos será representada na forma de serem e serem vistos pelo mundo, sendo manipulados e controlados pelo que é ditado pela sociedade.

Hoje nos é oferecido apenas um modelo padrão estético, uma única possibilidade aceitável socialmente: o de um corpo magro. O culto ao corpo como forma de consumo cultural demonstra a construção de um estilo de vida comum. Dentro do repertório de escolhas existentes no mundo contemporâneo, os indivíduos constroem identidades e constituem grupos que compartilham hábitos, gostos e preferências culturais. Já como moda, promove e impõe um conjunto de regras e condutas sociais para garantir a coesão social, sendo um tipo de coação. (Iannelli, 2016, p. 187)

Assim, a valorização extrema com o corpo magro, belo, perfeito, constitui, na sociedade contemporânea, uma escolha identitária, escolha que vira status social. Dessa forma, os indivíduos vão construindo suas identidades.

O importante são as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões. (...) A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. (...) Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais (CUCHE, 1999, p.181-183).

Entendemos, com o pensamento de CUCHE (1999), que é através das trocas sociais que os indivíduos vão se posicionando na sociedade, fazendo suas escolhas e se vendo representados, percebemos que as identidades vão se construindo e reconstruindo no vai e vem da história social, econômica e política do país em que nasceu ou em que vive. Segundo Bauman (2005), existem dois tipos de comunidades nas quais os indivíduos vão se definindo em suas escolhas identitárias. A primeira define as identidades nacionais, na qual os membros da comunidade vivem juntos numa ligação absoluta, são as comunidades de vida e de destino, representadas pelo país em que o indivíduo nasceu e, conseqüentemente, vive. Do outro lado, estariam as comunidades por pertencimento, unidas por ideias ou por um conjunto de princípios: as identidades por pertencimento não são sólidas, e nem garantidas para a vida toda, elas são negociáveis e revogáveis.

Assim, as escolhas individuais, decisões, o caminho por onde quer ir, as determinações do próprio indivíduo, são essenciais para o pertencimento e conseqüentemente para sua identidade: o pertencimento são as escolhas individuais e não uma condição sem alternativa. Zygmunt Bauman (2005, p. 19) aponta: As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação as últimas.

O autor defende que vivemos numa época “líquido moderna”, na qual o mundo está fragmentado e mal coordenado, os indivíduos vivem muitos acontecimentos, cotidianamente frágeis e conectados. Algumas vezes, os indivíduos fazem suas próprias escolhas, outras vezes são levados pelas escolhas lançadas a sua volta.

Bauman, em seus últimos trabalhos, discutia, insistentemente, sobre o tema Identidade, um assunto de grande importância e em evidência. Esse conceito de Identidade Nacional existiu durante a maior parte da história mundial. Somente com a desintegração e a redução das vizinhanças, e o poder que a revolução dos transportes trouxe para as sociedades, é que se pôde pensar em um novo conceito de identidade, como pertencimento, como escolhas, como mudança de escolhas. Na identidade nacional, ao indivíduo era exigido fidelidade, sem oposição, com a ideia de construir e manter a nação, sem a menor pretensão de se discordar dessa nação, era naturalmente membro dessa sociedade de nascença. Essa naturalidade de pertença nem sempre era verdadeira, sendo, muita das vezes, dificilmente construída, conquistada com guerras e batalhas.

As afiliações sociais – mais ou menos herdadas – que são tradicionalmente atribuídas aos indivíduos como definição de identidade: raça... gênero, país ou local de nascimento, família e classe social agora estão...se tornando menos importantes, diluídas e alteradas nos países mais avançados do ponto de vista tecnológico e econômico. Ao mesmo tempo, há a ânsia e as tentativas de encontrar ou criar novos grupos com os quais se vivencie o pertencimento e que possam facilitar a construção da identidade. Segue-se a isso um crescente sentimento de insegurança. (Bauman, 2004, p.30)

As identidades atuais, ditas fluidas, constituem grupo móveis e velozes, que se movimentam e se transformam com muita rapidez e com novas tecnologias. Nos afastamos cada vez mais do próximo, o acesso fácil ao celular faz com que percamos a capacidade de interagirmos espontaneamente com as pessoas no cotidiano. Esse momento social em que as relações são transitórias e a segurança frágil, as identidades rígidas e inegociáveis não funcionam. Nesse novo mundo, globalizado, o Estado não tem mais poder nem vontade de manter unida e inabalável a ideia de nação. Bauman (2004, p. 35) esclarece: “As identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas”.

Vivemos uma época em que ser livre e desimpedido é a representação do sucesso, é fazer parte da sociedade flutuante, seguir seus estímulos, mesmo que isso leve a ser um indivíduo ansioso, individualista, solitário. Por outro lado, estar fixo, não optar por fazer escolhas novas, ficar preso em suas convicções, cria um ser distante da realidade social atual. Bauman acredita que os indivíduos devam fazer suas escolhas, dentro do grande leque de identidades que o mundo contemporâneo coloca em curso, definindo suas escolhas e não sendo

definido por elas. Nesse mundo globalizado os indivíduos estão sujeitos a serem afetados por novos acontecimentos a todo instante e em qualquer lugar do mundo.

Tilio (2009) argumenta sobre a “Identidade construcionista”, que representa um processo constituído na vida do ser humano, construído no simbólico, na linguagem, nos discursos e nos posicionamentos sociais.

Identities sociais não são fixas e inerentes às pessoas; elas são construídas no discurso durante os processos de construção de significados. Um conceito fundamental, portanto, aqui é o conceito de alteridade: aquilo que dizemos em nossas práticas discursivas depende da forma como enxergamos o outro. Conseqüentemente, a forma como nos vemos no mundo social também depende da forma como enxergamos o outro e de como o outro nos enxerga (BAKHTIN, 1929 [2002]).

Esse conceito de Identidade Construcionista é defendido por Tilio e Bakhtin, como sendo uma identidade não estática, não biológica, construída nos discursos, resultado de um processo na troca com o outro, com os grupos, com as exposições das ideias. Dessa forma, os discursos dependem de como enxergamos o outro e de como o outro nos enxerga, e que posicionamentos teremos no social a partir dessas interações. Assim, a forma como homens e mulheres entendem o mundo social, econômico e político, vai ser influenciada pelas suas identidades, pelas suas escolhas, pelas suas trocas. Este seria um posicionamento político perante a sociedade: fazer escolhas, ouvir o outro, se posicionar.

Bauman (2004, p.40) refere-se aos posicionamentos dos indivíduos nesta sociedade líquida moderna, onde prevalece, nos ambientes de trabalho, a visão de “quero me dar bem”, ‘eu’, indivíduo, querendo ser visto pelo meu superior como o mais bem preparado, o que merece o olhar de aprovação, afastado da solidariedade dos proletários que lutaram por uma sociedade melhor para todos.

O sistema capitalista construiu espaços de trabalho onde os empregados exercem funções cada vez mais fragmentadas, variáveis, criando relações individualistas que não possibilitam a união dos descontentes com a sociedade. Cada grupo de trabalhadores está isolado em suas próprias reivindicações, com seus próprios recursos e suas lutas diárias. Entre as pessoas que vivem projetos individuais, que se transformam com muita rapidez na sociedade globalizada, não há espaço para pensar no outro, para pensar na coletividade.

O autor também comenta que as identidades sofrem influências nas diversas hierarquias sociais, nas quais os que têm mais condições financeiras podem fazer, na maioria das vezes, suas escolhas identitárias e trocá-las quando bem interessar, escolhas amplas e planetárias. No outro lado, e em maiores quantidades, estão as pessoas a que lhe foram negados o acesso as variadas identidades, que não possuem o direito de manifestar suas preferências e que ainda são oprimidos por identidades impostas, das quais eles próprios não conseguem se

afastar e que servem para humilhar, estereotipar, desumanizar, estigmatizar... E, assim, se as forças individuais fracassarem por falta de condições econômicas ou convicções pessoais, uma outra identidade, que não seja a escolhida, pode ser fixada sobre a escolha perdida.

E ainda se pode falar de um espaço ainda mais desprezível, constituído por pessoas que lhes é negado o direito de reivindicar uma identidade, diferente daqueles que possuem identidades atribuídas ou impostas, são pessoas denominadas pelo autor de “subclasse”. Seriam compostas pelas mães solteiras, que dependem da ajuda do governo para sobreviver, pessoas que não conseguiram estudar, viciados ou ex-viciados em drogas, pessoas que vivem nas ruas, ou indivíduos de outras categorias que são eliminados dos ditos adequados e aceitáveis socialmente, e vivem com a ausência de identidade.

Bauman defende: “No presente estágio planetário, ‘o problema do capitalismo’, a disfunção mais gritante e potencialmente explosiva da economia capitalista, está mudando da exploração para a exclusão” (2004, p. 47). O que se aponta é que o capitalismo contemporâneo constituiu uma parcela de pessoas excluídas da sociedade, que sobrevivem na pobreza, na miséria, na marginalização e na humilhação, aumentando consideravelmente as desigualdades sociais.

O autor continua (2004, p.83), a identidade é um conceito contestado, no qual seu debate é sempre polêmico, e os indivíduos sempre ficam entre a liberdade de escolhas e a segurança de identidades permanentes. Nessa batalha, vive-se um vai e vem entre escolhas e pertencimentos seguros. É nesse conflito que os indivíduos, na contemporaneidade, precisam reconhecer o valor da solidariedade que os grupos marginalizados necessitam, juntos, resistindo a grupos de interesses que pretendem usufruir de tudo que lhes é de direito e desrespeitando interesses dos desfavorecidos.

Ao falar sobre a importância das identidades fluidas na contemporaneidade:

Fazer da “identidade” uma tarefa e o objetivo do trabalho de toda uma vida, em comparação com a atribuição a estados da era pré-moderna, foi um ato de libertação – libertação da inércia dos costumes tradicionais, das autoridades imutáveis, das rotinas preestabelecidas e das verdades inquestionáveis. (BAUMAN, 2004, p.56)

Agora, os indivíduos devem atrever-se, tomar a rédea de suas escolhas, passando da fase sólida do período pré-moderno para a fase fluida, na qual não se consegue a estabilidade contínua, pois tudo é fluido, muda-se de forma a todo momento, ninguém tem a resposta para o caminho certo, o ser escolhe e vai em frente sem ter certeza que será a melhor escolha. Os indivíduos vão se ajustando, no emaranhado de escolhas chamadas de identidades, flutuando nas opções mutáveis e de pouca duração.

As mulheres, durante muitos séculos, vêm sendo constrangidas a viverem em silêncios, aceitando uma sujeição, sendo dominadas, submissas, resignadas. Sendo consideradas perfeitas quando belas, recatadas e do lar. A seguir, analisaremos como a herança do silêncio contribuiu para formação identitária das mulheres.

Na Grécia, a posição feminina equivaleria a do escravo, só estes fariam os trabalhos manuais, ocupações desvalorizadas pelos homens. Em Atenas, ser livre era uma condição masculina. Não poderiam ser livres as mulheres, os estrangeiros, os escravos. Alves (1985, p.11) explicita a afirmação de Platão: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho”. Às mulheres caberiam as atividades de subsistência dos homens (fiação, tecelagem, alimentação) e os serviços pesados (extração de minerais, trabalhos agrícolas), sendo considerada sua função primordial a reprodução da humanidade, gerando, amamentando e criando os filhos.

Aos homens cabiam as atividades externas, o “fora de casa”, para os quais executavam as atividades nobres, filosofia, política e artes. Segundo Alves, Xenofonte (Soldado, mercenário e discípulo de Sócrates), no século IV A.C., afirmava que os “Deuses criaram as mulheres para as funções domésticas e os homens para todas as outras”. Essa ideia naturalista de Xenofonte marca profundamente os espaços entre homens e mulheres, e, ainda hoje, esse conceito vem sendo naturalizado nas sociedades contemporâneas. Para ele era necessário que a mulher “viva sob uma estreita vigilância, veja o menor número de coisas possível, ouça o menor número de coisas possível, faça o menor número de perguntas possível” (Alves. 1985, p. 12). Dessa forma, as mulheres estariam excluídas do saber, limitadas em seus conhecimentos, saberes estes tão valorizados na Grécia Antiga.

Somente as heteras ou hetairas, que eram algumas mulheres cortesãs e prostitutas sofisticadas da Grécia, tinham a liberdade de cultivar a arte, com o objetivo de torná-las companhias agradáveis aos homens.

Quanto aos Romanos, a legitimação jurídica através do seu código legal, “pater famílias” (pai de família), garante o poder do homem sobre as mulheres, filhos, servos e escravos.

Constatamos que, mesmo que diversas culturas procurassem, ao longo da história, justificar a sujeição e submissão das mulheres, elas estavam sempre procurando formas de resistência.

Um ato de resistência foi analisado por Alves (1985), quando, no ano de 195 D.C., em Roma, as mulheres caminharam para o senado Romano para protestarem contra a proibição das mesmas de usarem o transporte público, sendo obrigatório que elas se locomovessem a pé e o

transporte público privilégio dos homens. As palavras proferidas pelo senador Romano Marco Pócio Catão dizem tudo:

Lembrem-se do grande trabalho que temos tido para manter nossas mulheres tranquilas e para refrear-lhes a licenciosidade, o que foi possível enquanto as leis nos ajudaram. Imaginem o que sucederá, daqui por diante, se tais leis forem revogadas e se as mulheres se puserem, legalmente considerando, em pé de igualdade com os homens! Os senhores sabem como são as mulheres: façam-nas suas iguais, e imediatamente elas quererão subir às suas costas para governá-los. (Alves, 1985, p. 14).

Fica explícito, nessas palavras a submissão imposta pelo sexo masculino ao sexo feminino, sendo esta submissão assegurada por leis. Na citação acima, as mulheres romanas estão numa relação de inferioridade, de coerção, de silenciamento, mas, também de resistência ao poderio masculino.

Ao longo da história, verificam-se algumas culturas em que as mulheres vivem em igualdade com os homens, desmistificando a ideia que esse licenciamento dito e defendido por Romanos e Gregos seja uma condição biológica do sexo feminino. Alves cita, por exemplo, a convivência entre mulheres e homens na Gália e na Germânia tribais, onde viviam em regime comunitário, tendo o mesmo poder de atuação. Juntamente faziam a guerra, participavam dos conselhos tribais, trabalhavam conjuntamente na agricultura e na criação de gados, e na construção de suas casas. Sendo que as mulheres também tinham a função de Juízas, inclusive julgavam o sexo masculino. Ao longo da história alguns cronistas romanos, como Tácito e Estrabão, fizeram alguns registros nos quais se mostravam surpresos com a posição feminina nessas sociedades.

Alves também relata, que, no século XVI, os cronistas europeus, ao chegarem ao continente americano e africano, também se surpreenderam com o poder das mulheres entre os Iroqueses e Hurons (grupos nativos da América do Norte, que viveram na região dos Grandes Lagos, e que sobrevivem até hoje). Nessas sociedades, se vivia da caça e da colheita, e não havia divisão entre a economia doméstica e a social, as relações eram de igualdade entre homens e mulheres, estas participavam das discussões e das tomadas de decisões do grupo.

Analisaremos, nas próximas linhas, a realidade imposta defendida pelos homens e as conquistas lutadas e nem sempre conseguidas pelas mulheres no período da Idade Média. Nos primeiros anos da Era Medieval, as mulheres tinham alguns direitos, quer fossem garantidos por leis ou por regras sociais. Tinham acesso a quase todas as profissões, tinham direito de propriedade e de sucessão. As mulheres da burguesia poderiam participar das assembleias e, até, votarem. Segundo Alves, nesse período, existiu uma maioria da população adulta feminina.

Os homens iam para as guerras, faziam longas viagens, viviam recolhidos na vida monástica, contribuindo assim para essa expansão da população feminina.

A Guerra sempre foi um dos principais motivo para o afastamento do sexo masculino das sociedades e, conseqüentemente, da maior participação do sexo feminino nas atividades privadas e nas atividades econômicas.

Na falta dos homens, as mulheres assumiam os negócios das famílias, aprendendo sobre legislação e contabilidade, para executarem melhor suas funções e defenderem em juízo. Na cidade de Bigorre, na França, as mulheres poderiam votar, e, se fossem proprietárias, poderiam discutir e participar dos contratos da comunidade, isso a partir do século XI.

Nessa época, as mulheres também participaram das corporações de ofício, podendo ser aprendizes. Poderiam, inclusive, ser mestres em caso de morte dos maridos, por um determinado tempo, ou até que mantivessem relações sexuais com outro homem. Esse direito conquistado fez com que as mesmas obtivessem instrução profissional, direito que lhe foi negado nos séculos posteriores e que veio a ser uma das bandeiras de luta das feministas.

Pode-se observar que as mulheres, nesse período, exerceram várias funções profissionais, algumas consideradas masculinas (serralheria e carpintaria), e outras tais como: tecelagem, bordados, costuras, atividades comerciais (ao lado dos maridos), produção de alimentos (que eram, na maioria das vezes, sua principal fonte de renda ou complementação da renda familiar). Dessa forma, a Identidade feminina, nesse período Medieval, era de mulheres economicamente autônomas, comerciantes, ou com outras funções econômicas independentes do seu estado civil. Segundo Alves, nos anais de corporações e nos registros administrativos da época citada, essa afirmação pode ser confirmada.

Porém, as mulheres sempre tiveram seus salários inferiores aos dos homens, e os mesmos hostilizavam as mulheres em suas funções, acreditando que a competição contribuía para o baixo nível salarial masculino. Assim, em alguns períodos, ficava proibido o emprego para as mulheres.

Na educação, minoritariamente, se registrou algumas mulheres entrando na Universidade. Alves (1985, p.18) aponta que, em Frankfurt, no século XIV, quinze mulheres estudaram a medicina e exerceram a profissão, enquanto que em Bolonha algumas mulheres formaram-se em Medicina e em Direito. Alves destaca a escritora francesa Christine de Pisan (século XIV), poeta, escritora, feminista, mãe, viúva, independente economicamente, defensora dos direitos da mulher e dos direitos iguais para meninos e meninas: “Se fosse costume mandar as meninas à escola ensinar-lhes as ciências, como se fazem aos meninos, elas aprenderiam da

mesma forma que estes e compreenderiam as sutilezas das artes e ciências, tal como eles”. (Pisan apud Alves, 1985, p.19).

Christine de Pisan, escreveu *A cidade das Mulheres*, um tratado onde afirma que homens e mulheres são iguais por natureza. Condena a inferioridade que é imposta ao sexo feminino, e condena a dupla moral, que julga um ato como criminoso para as mulheres e o mesmo ato como pequeno defeito quando praticado por um homem.

A história prova que as mulheres tiveram espaço significativo na vida social e econômica do período Medieval. No entanto, a ideia mais representativa que se tem da Idade Média, no que se refere as mulheres, é a visão romântica da novela de cavalaria, em que as mulheres seriam seres frágeis e indolentes, que vivem de bordados à espera do seu príncipe encantado. Essa imagem contribui para fortalecer simbolicamente o feminino como dependente e frágil, excluindo a mulher autônoma, independente, que fazia parte do cotidiano desse período. Pior que tudo isso, essa representação contribui para legitimar a identidade feminina como romântica, do lar, frágil, dependente dos homens.

Mesmo as mulheres tendo grande participação no mercado de trabalho no período Medieval, isto não era valorizado e nem garantia de ascensão social. O que realmente era considerado poder era a posse de terras e a ascendência espiritual, que eram destinados a nobreza e ao clero.

Ainda nesse período histórico, não se pode deixar de citar as perseguições que foram lançadas contra as mulheres, as chamadas ‘caça às bruxas’. Nesse período extremamente religioso, a maldição de Eva acompanharia as mulheres. Sendo denegridas, tratadas como instigadoras do mal, responsáveis pela queda dos homens. Esse pensamento da igreja medieval que perseguia as mulheres, contribui para fortalecer a ideia do tabu sexual que considera, o corpo feminino como fonte de maldades.

A “caça às bruxas” foi um período que se iniciou na Idade Média, na Europa, sendo mais intenso no século XVI, com o início do Renascimento. Considerado como uma época de grande genocídio do sexo feminino, milhares de mulheres foram torturadas e assassinadas, um bruxo para cada dez bruxas, e pouco se conta dessa tragédia. O motivo das perseguições era a luta masculina para manter seu poder sobre as mulheres, pois as “bruxas” possuíam conhecimentos que lhes davam o poder de escapar do domínio masculino.

Médicos e religiosos se unem na perseguição às mulheres; a medicina sendo considerada uma instituição masculina, que tem o poder do saber e da cura. As mulheres curandeiras e parteiras acabam sendo perseguidas em nome da hegemonia da medicina, e da superioridade do saber masculino.

O discurso médico dessa época vai fortalecer essa ideia. Alves (1985, p.21) cita o discurso do médico Ambroise Paré, do século XVI: “Porque o que o homem tem externamente a mulher o tem internamente, tanto por sua natureza quanto por sua imbecilidade, que não pode expelir e pôr para fora estas partes”. Tentando, dessa forma, colocar o corpo feminino como prova de inferioridade das mulheres, acrescentando que estes são vergonhosos e disformes. Outros discursos caracterizavam as mulheres como histéricas, condição que as levaria à desordem moral.

Historicamente, no século XIV, se instaura o Tribunal da Inquisição, e profundas mudanças ocorrem no sistema feudal. Ganham força o mercantilismo, a formação dos Estados Nacionais, a Legislação Romana e, conseqüentemente, o afastamento das mulheres do espaço público. Até mesmo da religião as mulheres vão ser afastadas, todo poder da inquisição era masculino.

Pouco se tem de conhecimento histórico registrado sobre a resistência feminina nesse período, pois foram alijadas desse momento. No entanto muitas resistiram e sofreram todo preconceito de serem chamadas de “bruxas”, sendo mortas, torturadas, queimadas vivas. As bruxas não seriam consideradas diferentes das outras mulheres, elas teriam apenas exercido determinados malefícios que seriam inerentes ao sexo feminino, a natureza feminina.

Alves (1985, p. 24) reproduz a fala de Jacques Sprenger (inquisidor e teórico da demonologia, século XV) “Se hoje queimamos as bruxas é por causa de seu sexo feminino”. Esse cidadão se utiliza de textos sagrados para defender a inferioridade das mulheres, colocando que as mesmas são repugnantes, indecentes, obscenas, isso por serem descendentes de Eva, mulher que nasceu da costela do homem, sendo defeituosa, imperfeita, enganadora.

As mulheres foram nesse período condenadas pela medicina, pela igreja católica e protestante, e também por intelectuais e humanistas da época, sendo marcadas como seres inferiores e impuros, o que contribuiu para desvalorização do sexo feminino que se perpetua até os dias atuais. E conseqüentemente dificulta as escolhas individuais que as mulheres possam fazer.

Com a formação dos Estados Nacionais, centralizando o poder, as mulheres sofrem um retrocesso na esfera pública. Inicia-se o Renascimento, com a reintrodução da legislação romana, onde as mulheres perdem seus direitos civis, não podendo receber heranças, administrar seus bens e representar-se na justiça. Muitas profissões passam a ser exclusividade masculina, ao mesmo tempo em que o “trabalho” se torna o elemento de transformação do mundo pelo homem, o mesmo passa a ser depreciado nas mulheres, sendo desvalorizadas as mulheres que trabalhavam na esfera pública.

As mulheres de uma forma geral não deixam de trabalhar, por que a situação financeira não deixa que isso ocorra, apenas ficam alijadas de algumas profissões, e seus salários sempre inferiores aos dos homens. Um fato interessante, cita Alves (1985), a partir do século XVII e principalmente no século XVIII, as mulheres passam a exercer trabalhos em domicílios, contratadas por intermediários, no entanto, ainda hoje essa forma de trabalho é exercida, principalmente na indústria de confecção.

Esse alijamento do feminino no preparo profissional, também vai ocorrer na educação intelectual. Os homens terão um avanço em seus estudos acadêmicos e as mulheres serão subjugadas, até meados do século XIX não se tem registro de mulheres frequentando universidades. Desaparece as mulheres advogadas, médicas e cirurgiãs. Desvalorizando e desconsiderando o trabalho das mulheres parteiras, pois a obstetrícia seria um trabalho exclusivamente masculino. Na educação, menos escolas para as mulheres, e currículo de prendas domésticas, que não as preparassem para um futuro educacional.

Dessa forma, as mulheres sempre tiveram que contestar, e a educação e o trabalho sempre estiveram na pauta de suas lutas.

Nas Américas no século XVII, ainda influenciado pela religiosidade puritana e pelo respeito a razão e a ciência como meios fundamentais de se chegar ao conhecimento, inicia-se o sistema capitalista, nesse período a ideia de igualdade entre os sexos ainda era impossível de se imaginar. Mas, essa época foi marcada por lutas e insubordinações, no qual, o povo participa da esfera política. O próximo século será o das revoluções. Surge a ideologia liberal, onde sua base material é a propriedade privada, defendendo a liberdade do cidadão e a participação política dos mesmos.

Fica explícito a luta pela igualdade, na Declaração de Independência dos Estados Unidos: “Todos os homens foram criados iguais”, na esperança de que essa declaração abarcasse também o sexo feminino, uma mulher escreve ao seu marido John Quincy Adams (líder da guerra da independência dos Estados Unidos):

“... Espero que no novo Código de Leis... vocês se lembrem das mulheres e sejam mais generosos que seus antepassados. (. . .) Se não for dada especial atenção às mulheres, estamos resolvidas a nos rebelar e não nos consideraremos obrigadas a cumprir leis, diante das quais não temos nem voz, nem representação”. (Alves,1985, p.31).

Assim as mulheres defendiam que esperavam uma igualdade entre os sexos, e que não ficariam de braços cruzados se essas conquistas não viessem.

A resposta de seu marido foi:

“Quanto ao seu extraordinário código de Leis, eu só posso rir. Nossa luta, na verdade, afrouxou os laços de autoridade em todo o país. Crianças e aprendizes desobedecem, escolas e universidades se rebelam, índios afrontam seus guardiões e negros se tornam

insolentes com seus senhores. Mas a sua carta é a primeira intimação de uma outra tribo, mais numerosa e poderosa do que todos esses descontentes (...) Esteja certa, nós somos suficientemente lúcidos para não abrir mão do nosso sistema masculino”. (Alves, 1985, p.31).

A resposta de John Quincy Adams, além de irônica, veio deixar bem claro os limites da ideologia liberal, na qual, mulheres, índios, negros e homens brancos pobres estariam excluídos da ideia de igualdade defendida por eles em seu Código de Leis. Os homens brancos e pobres tinham uma esperança, desde que ascendessem financeiramente.

Na França, neste mesmo século, as mulheres também não conseguem os direitos políticos tanto esperados e reivindicados para o seu sexo. Lutam por seus direitos de cidadã, pela revogação de institutos legais que submetem as mulheres ao domínio masculino, por mudanças na legislação sobre o casamento que conferia direitos absolutos aos maridos sobre os bens e corpo de suas mulheres, reivindicações que não deveriam ser necessárias pois deveriam estar em consonância com os princípios gerais da Revolução Francesa.

Durante esse período revolucionário na história francesa, as mulheres tiveram grande participação na vida pública, escreveram manifestos, participaram de motins contra a carestia, formaram clubes políticos, participaram de eventos políticos, porém um decreto em 1795, fecha esse acesso, com a defesa de que as mulheres são naturalmente para viver a serviço do homem, desde criança até a idade adulta. A citação abaixo, deixa clara essa situação:

Toda a educação das mulheres deve ser relacionada ao homem. Agradá-los, ser-lhes útil, fazer-se amada e honrada por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida útil e agradável – são esses os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devem ser ensinados desde a infância. (ROUSSEAU, 1792 apud ALVES, 1985, P.35).

Rousseau, principal teórico da Revolução Francesa, defende abertamente que as mulheres devem ocupar os espaços privados, pois nascem para o lar, para o cuidado com os homens, as crianças e a casa, sendo esta a diferença natural entre os sexos.

Na Inglaterra nesse período, as reivindicações das mulheres não foram diferentes, Mary Wollstonecraft², defende que meninos e meninas são iguais no caráter e na inteligência, e que as mulheres seriam inferiores por falta da educação que não lhes eram oferecidas:

“Para que a humanidade seja mais perfeita e feliz, é necessário que ambos os sexos sejam educados segundo os mesmos princípios. Mas como será isso possível, se apenas a um dos sexos é dado o direito à razão?...é preciso que também a mulher encontre a sua virtude no conhecimento, o que só será possível se ela for educada com os mesmos objetivos que os do homem. Porque é a ignorância que a torna inferior...” (WOLLSTONECRAFT apud Alves, 1985, p.36).

Constatasse, que a identidade feminina durante os séculos XVIII e meados do século XIX, foi, subjugada, silenciada e reprimida por homens, e que mesmo assim mulheres por toda

² Mary Wollstonecraft é considerada uma das mais relevantes vozes do feminismo no século XVIII.

Europa e América se rebelaram, lutaram e morreram para que pudessem fazer suas escolhas profissionais, educacionais e sociais.

Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, o mundo sofre algumas modificações quanto ao sistema de produção em relação a organização do trabalho. Este novo sistema produtivo vai depender cada vez mais de mão de obra barata, sendo fábricas e máquinas utilizadas a todo vapor, e nesse momento as mulheres se tornam necessárias, e passam a sair de seus mundos privados para frequentarem os espaços públicos, dentro das fábricas e indústrias. Tendo que dividir com os homens e os menores de idade, condições difíceis de trabalho e jornadas intensas. Salários menores e tarefas mais subalternas para os mais jovens e as mulheres.

Os salários menores para as mulheres, eram justificados; porque estas teriam ou deveriam ter quem as sustentassem e seus salários seriam só complementar; juntamente com a ideia de que elas não tinham formação profissional, o que lhes foi negado por todo o período renascentista. Além da jornada extensa de trabalho na esfera privada, as mulheres carregam sobre suas costas a dupla jornada, quando retornam para suas residências.

O sexo feminino ainda sofria com os argumentos dos homens operários, de que os baixos salários das mulheres, levavam a rendimentos salariais baixo para todos. Com isso dificultavam a participação feminina nos sindicatos da época.

Apesar de tudo isso, as mulheres não cruzam os braços, não ficam submissas, rompem o silêncio, vão à luta, reivindicam, foram presas, mortas, queimadas vivas e provaram que são um sexo forte, que não aceita a exclusão e que querem participar de todas as decisões como cidadã desse planeta.

No século passado, nos anos 30 e 40, vive-se um período em que algumas reivindicações das mulheres foram atendidas, mesmo que seja apenas formalmente. Onde estas podiam votar e serem votadas, estudar, trabalhar institucionalmente, conquistas que lhes davam um pouco de cidadania. Com o surgimento da segunda guerra mundial, mais uma vez se torna necessário sua participação na esfera trabalhista, pois os homens teriam que ir à guerra.

E com o final da guerra, os meios de comunicação se empenham novamente em construir a imagem da mulher 'rainha do lar', pois os machos precisam retornar ao trabalho e cabe as mulheres o retorno ao espaço doméstico, privado.

E assim a história da humanidade vai sendo construída, onde homens e mulheres vão acreditando que o sexo feminino é naturalmente inferior ao masculino, sendo uma questão biológica, mulher apêndice do homem, predeterminada por natureza. Dessa forma a identidade feminina vai sendo moldada, sendo reduzida a inferior, a alienada, a subordinada, sendo

historicamente fortalecida pelo sistema patriarcal que domina em quase todas as culturas e que se perpetua nas religiões, nas leis, nos costumes de todas as civilizações. Sendo essa cultura de invisibilidade feminina retratada biologicamente, sociologicamente, antropológicamente, economicamente e psicologicamente, dificultando a construção da identidade feminina.

Nesse contexto, as mulheres estão sempre à procura de igualdade entre os sexos, na tentativa de eliminar esses conceitos defendidos e construídos por homens ao longo da história, na certeza que essas ideologias servem apenas para fortalecer o poderio masculino e que esses critérios na verdade são construídos socialmente e não naturalmente. Alves (1985), cita a célebre frase de Simone de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esclarecendo que ser macho ou fêmea é uma construção cultural, que vai condicionando homens e mulheres a cumprirem funções sociais que lhes legitimam a serem aceitos pela sociedade.

Desde cedo meninas aprendem a serem meigas, obedientes, passivas, prendadas, altruístas, dependentes, belas, recatadas, donas do trabalho doméstico, invisibilizadas, sendo emocionalmente sentimental, e incapazes para as ciências e para a vida intelectual, isso leva o feminino a ter dificuldade de transpor a imagem de desvalorizada, subordinada, silenciada, pois se internalizou nas meninas/mulheres esses conceitos. Por isso se torna necessário a construção pelas mulheres de identidades positivas do sexo feminino, de que vão à luta, que estudam, que escolhem suas profissões, que defendam seus corpos, cabelos, seus pontos de vistas, que se tornem seres iguais em seus direitos, mesmo sendo diferentes em suas singularidades.

Em relação a identidade das mulheres negras se percebe as marcas históricas de sofrimento e privação de suas escolhas identitárias, mas também representam resistência, fé, ancestralidade.

Isildinha B. Nogueira (2010) analisa que as mulheres negras trazem historicamente singularidades do corpo negro, que a cultura ocidental fez questão de negatizar, coisificar, excluir, destituindo de condição humana. Dessa forma a identidade das mulheres negras historicamente vem sendo formada por exclusão, sofrimento, naturalização, expressando exotismo, excesso e erotismo.

Ao analisar o processo de escravização de negros\as que vieram para as Américas advindos da diáspora negra do continente Africano, para o trabalho produtivo, percebe-se o rastro de negação e espoliação da identidade do feminino negro construída por violências profundas tanto psicológica quanto fisicamente, tais como: proibições, castigos, exploração, dores, fragmentações, separações físicas e culturais, mutilações, rejeições, abandono e morte. Porém, essas mesmas mulheres se recriam, se insurgem, resistem individualmente e coletivamente, para construir identidades que as representem.

Líliá Campos Pereira (2012) discute como era natural e normal, para os colonizadores, a condição sub-humana que negros\as chegavam nas Américas, que assim se justificavam o sistema escravista. Nas mulheres as opressões se estendiam ao trabalho como empregadas domésticas, amas-de-leite, objeto sexual e com papel primordial na reprodução biológica de escravos, não deixando de serem exploradas no serviço braçal, nas lavouras. Foram negados os direitos de criarem seus filhos, amamentarem, de constituírem famílias, também sofriam pela posição de gênero social, sendo mulheres, escravas, em uma sociedade patriarcal que também as exploravam sexualmente.

Se em outros países em que o povo negro foi escravizado, o que diferencia um “negro” de um “não negro” é a ancestralidade, no Brasil, em seu processo histórico, social, político e cultural, as diferenças são definidas pelos traços fenóticos, isto é, por meio dos traços físicos, cor da pele, textura dos cabelos. Dessa maneira as mulheres negras que possuem mais traços negros, será mais atingida pelo racismo e pela discriminação racial e social. Por outro lado, esse corpo negro marginalizado, também representa leveza em suas expressões culturais, exaltam beleza e firmeza em sua pele e formas físicas, e vivacidade nas atividades rítmicas.

A rejeição social do “ser negra” quanto a “aceitação” das suas características físicas e ancestrais caminham juntas na formação identitária das mulheres negras brasileiras. Por conta da criação do mito da democracia racial no Brasil onde se nega as desigualdades raciais e ao mesmo tempo preserva os estereótipos negativos ao corpo negro.

Gomes sinaliza:

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. (2005, p.57).

Assim a identidade da mulher negra passa pelo conflito existente entre a marginalização do olhar do outro, a autoimagem e a imagem adquirida pelo olhar do outro. O olhar da sociedade burguesa disseminado pelo discurso europeu colonial, restando a essas

mulheres ressignificar, construindo uma imagem contra hegemônica para se representar. Nesse caminhar contam com os aportes sociais do seu corpo e cabelos crespos para resgatar sua identidade e ancestralidade, buscando assim combater o racismo, o sexismo, a rejeição e tendo a pretensão de inserção na sociedade.

HALL (2013, p. 324) deixa em evidencia, “dentro de toda exclusão e opressão sofrida na colonização, restou às populações de descendência africana o seu corpo como forma de expressão e significação da diáspora”, assim o corpo negro representa a realidade atual, valores, memórias, tradições e posição social.

Quanto ao trabalho, se no sistema escravista as mulheres negras estavam diretamente ligadas ao trabalho doméstico, na pós-abolição essa condição não se deu de forma diferenciada, a mulheres negras continuaram exercendo a função de doméstica e cuidadora dos filhos da burguesia. Se dentro do lar o machismo imperava para brancas e negras, existia hierarquicamente a opressão racista que se estabelecia somente para as negras. A mulher branca sendo a patroa, que ditava as ordens, a negra a que obedecia e realizava o trabalho de cuidar das crianças e da limpeza da casa. Com essa característica a mulher negra conseguiu se inserir no mercado de trabalho do sistema capitalista, e embora algumas hoje estão em carreiras como médicas, engenheiras, professoras, juízas entre outras profissões, o que se verifica é que a sua grande maioria ainda está realizando trabalhos domésticos e recebendo baixos salários.

Os estudos mostram que ao longo dos anos as mulheres negras lutam pela sua conquista identitária, porém, não se pode deixar de avaliar todo processo histórico vivido por essas mulheres, que difere da história de vida dos homens negros e das mulheres brancas. No conflito existente entre os estereótipos racistas e machistas, que teimam em resistir nas sociedades contemporâneas, e as novas identidades construídas pelo feminino, que as mulheres negras buscam se redefinir.

Nesses conflitos sociais porque passaram historicamente, as mulheres negras sempre procuraram se organizar politicamente, Lady Christina de Almeida (2010) colabora com a reflexão sobre essa atuação. Defende que o feminino negro sempre esteve presente na luta e organização dos movimentos sociais, mas foi na década de 80 que sua representação política começa a ser reconhecida. Nessa década é que emerge diversas organizações de mulheres negras, sendo alternativa ao feminismo tradicional (não negro), que não se preocupava com as questões raciais. A proposta desse feminismo negro era explicar a opressão que viviam por causa da ideologia racista que a inferiorizavam nas relações sociais.

Assim as mulheres negras se organizavam e se organizam em movimentos feministas, no movimento negro, na organização das religiões de matrizes africanas, nas associações de

mulheres com nomenclaturas de Instituto, grupo, entidades e coletivo de mulheres negras, em seminários, congressos, encontros, com o objetivo de visibilizar a sua existência, de participar politicamente, e de reivindicar seus direitos enquanto mulher e negra. Nessa construção identitária é preciso ir à luta, conquistar os espaços escolares, fazer escolhas profissionais representativas, assumir seus corpos, cabelos crespos, sua cor, como marcas e não como assessórios. Defendendo a igualdade de direitos, mas sendo respeitadas em suas singularidades.

1.3. Beleza corpórea e cabelo

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.

Angela Davis, Bahia-Brasil/07/17.

Nesse momento, pensaremos a beleza como expressão de autoestima ou baixa autoestima, sendo espaço de exclusão ou inclusão social, de felicidade ou de sofrimento, de pertencimento ou de eliminação, verificando como o belo foi produzido historicamente e culturalmente, e como se estabelece na sociedade contemporânea. Vive-se o belo como algo construído pela sociedade de consumo que dissemina o que é bonito, ditando valores, modas e estilos de bem viver: sociedade na qual os indivíduos vão fazendo suas escolhas ou se adaptando às escolhas expostas, para serem aceitos e se sentirem identificados dentro da vida social.

Ao buscarmos a definição dicionarizada de “belo”, encontramos: “Que tem formas e proporções harmônicas”; “bonito”; “que produz uma viva impressão de deleite e admiração”, entre tantos outros significados. Mas, quando se procura pelo substantivo derivado do adjetivo de belo encontramos: “Qualidade do que é belo”; “Harmonia de proporções”; “perfeição de formas”; “Mulher bela”; “Bondade, excelência”. Essas definições vão fortalecer o conceito de que beleza está ligada ao sexo feminino e seu corpo, defendendo a harmonia de proporções e a perfeição de suas formas, o que contribui para o discurso de que mulheres devam ser sempre belas, afetar seu imaginário e as fazer buscar todo o tipo de recursos extras (regimes, academias de ginásticas, maquiagens, cirurgias plásticas, entre outros), para atingirem esse objetivo e assim camuflarem suas imperfeições.

Defendemos a ideia de Aureci de Fátima da Costa Souza (2004), de que o “belo” é uma convenção social, definida pela intelectualidade dos seres humanos, por sua educação e experiências vividas. Sendo assim, os seres humanos elegem o que é ou não é belo para si, segundo a cultura do seu grupo, da época histórica em que está inserido, da sua idade cronológica, da sua classe social ou cultural. Com isso, se conclui que o conceito de beleza não é uma qualidade intrínseca, imutável, pois causa diferenças de julgamento de valores. O que se

considera belo para um, pode não ser para o outro, tendo impressões diferentes. E, ao mesmo tempo, o indivíduo pode mudar seu conceito de beleza, o que define como belo hoje, pode não ser amanhã.

Buscaremos, em Souza (2004) e Ianelli (2015), resgatar alguns caminhos percorridos pelos sentidos sobre a beleza, verificando seus conceitos, permanências e deslizamentos, que foram estabelecidos e produzidos por cada época histórica, na tentativa de compreender sua natureza sócio-histórica-ideológica.

Ianelli analisa alguns conceitos de beleza utilizados historicamente: o filósofo Platão foi um dos primeiros teóricos a escrever sobre o tema em 390 antes de Cristo. Para ele, “A beleza existe em si, separada do mundo sensível. Uma coisa é mais ou menos bela, conforme a sua participação na ideia suprema de beleza” (2016, p. 178.). Platão considerava que a beleza estaria relacionada com o perfeito, com a verdade, com o bem. Para Aristóteles, a arte seria uma construção especificamente humana e estaria sempre ligada à representação da natureza, acreditando que a noção de belo estaria distante da natureza humana e da arte em si, entendendo muitas vezes como arte, o feio, o surpreendente, o estranho. Para ele, a beleza era vista na ordem, simetria e definição. De tal forma que a beleza era medida por sistemas geométricos, sendo ela uma mulher, um quadro, um círculo ou uma planta.

Analisaremos também que, no período da Idade Média, a beleza estaria ligada ao cristianismo, sendo relacionada diretamente ao supremo, “Deus”, e correlacionada ao bem, à verdade. Entretanto, deveria se buscar uma proximidade entre a beleza do mundo e a beleza suprema. No século XIII, São Tomás de Aquino vai trazer a ideia de beleza profundamente ligada ao bem, acreditando que o homem foi criado à imagem divina. Nessa ideia de belo criado à imagem de Deus, refletimos sobre o quanto os discursos foram formados e defendidos tendo como base os relatos bíblicos.

Deus criou o mundo, a terra sendo, acima de tudo, bela. O homem, Adão, sendo perfeito, foi a obra que coroou a sua criação. O supremo se preocupou com a beleza e variedade de sua criação, e transferiu às suas criaturas a possibilidade de contemplação do belo. Adão e Eva, segundo as escrituras cristãs, seres perfeitos, belos, sem pecados e em perfeita saúde. Entretanto, Eva, representante do sexo feminino, por contemplação da beleza do Éden³, toca a árvore proibida por Deus, movida pela curiosidade e lisonjeada pelas palavras suaves e melodiosas da serpente, pegando o fruto proibido e o comendo. Desde então, para muitos

³ Éden é o jardim criado por Deus, Gênesis 1.31.

religiosos, Eva, ao desobedecer a ordem do Supremo, tornou-se enganadora, sedutora, fútil, e causadora da desgraça dos homens.

Esse discurso acarreta a legitimidade da fala da igreja cristã, era o discurso oficial, pois representava a fala do poder dominante da época. E assim, por causa de Eva, as mulheres são causadoras de desgraças, encarnam a figura do demônio, das bruxas, e em nome disso, precisam ser reprimidas, silenciadas e subjugadas.

Nesse momento, a beleza da mulher torna-se símbolo de sedução. Beleza que seduz os sentidos, que entorpece a alma, que manipula a razão, que leva os homens a sucumbirem à tentação da carne feminina. Muitos outros relatos que vieram da bíblia também contribuíram para justificar essas argumentações contra o sexo feminino, como as histórias do rei Davi, rei Salomão, Sansão e Abraão, que podem ser encontrados nos livros bíblicos. Assim, os homens, vítimas das maldades femininas, para não serem sucumbidos, tornam-se o mentor principal das relações, pois as mulheres seriam seres inferiores moralmente, fisicamente e mentalmente. Percebemos que essa ideia de dominação masculina está impregnada nos discursos religiosos, culturais e sociais, sobrevivendo na memória dos discursos autoritários. Dessa forma, esses discursos fortalecem a ideia de que a beleza da mulher seria uma armadilha, no qual o espelho e a maquiagem servem para esconder ou camuflar, mascarando as várias faces femininas e favorecendo as traições e culpas.

E os cabelos? Que importância excessiva que lhes é dado por algumas mulheres. E o tempo perdido com a arrumação deles, com a contemplação no espelho. As mulheres quando se voltam para o exterior, valorizando sua aparência física, estão se afastando do sagrado, discordando da imagem dada por Deus. Tornando-se necessário para sua salvação o arrependimento, a penitência, a redenção. Esses argumentos são utilizados para legitimar o discurso cristão de que as mulheres são seres inferiores, que se utilizam de sua beleza para acorrentar o sexo masculino.

Com a mudança dos rumos na economia burguesa, com o fim do comércio com o Mediterrâneo oriental, os europeus foram buscar novas rotas comerciais. O que acarretou na descoberta de novas técnicas de navegação, e conseqüentemente a grandes descobrimentos, contribuindo também para o surgimento de novas formas de ver a vida, a estética, o corpo e a beleza. Emerge o Renascimento, que dá origem a novos vislumbres, construindo um novo contexto social, no qual se constitui numa renovação cultural e artística.

No período renascentista, as obras de artes são consideradas elitistas, exclusivistas, e seus maiores criadores, Botticelli, Da Vinci e Michelangelo, são elevados ao posto de gênios. Estes artistas viviam sobre a proteção dos “mecenas” (grandes protetores das artes, que

financiavam os artistas e suas obras), sendo a arte considerada apenas para satisfação pessoal estética de alguns, que pudessem pagar por ela. Com as novas ideias estéticas que surgiram nessa época, o relativismo⁴ aparece com grande importância, e o “belo” deixa de ser visto como algo em si e passa a ser visto como algo relativo, que tem valores diferentes em cada sociedade, em cada gosto individual. Surge então, a noção de gosto, e cria-se a simbologia da beleza ligada à geometria e aos números, configurando uma estética normativa com regras e valores definidos para se produzir e apreciar produções estéticas.

A beleza corporal passa agora a ser produzida, podendo o corpo feminino ser modificado, deixando de ser um dom divino para ser um gosto produzido. Afastando a beleza feminina do pecado e abençoando a mesma como a obra mais bela de Deus, a mulher é recriada com a missão de ser sempre bela e atraente, sendo neste período a beleza feminina glorificada. Sendo considerada uma obra divina, o discurso não se afasta do espiritual, mas agora, a figura feminina não está ligada ao mal e sim ao bem.

Souza comenta:

Na Itália, França, Espanha, Alemanha e Inglaterra, o conceito de estética defendido era o mesmo: pele clara, cabelo loiro, lábios vermelhos, face rosada, sobrancelhas pretas. O branco da pele era associado à pureza, à feminilidade, significando também distinção social, quando comparado à pele mais escura das camponesas, devido ao efeito do sol. Enclausuradas em casa, essas mulheres conseguiam manter suas peles cada vez mais alvas. Recomendava-se o uso de rouge nas maçãs do rosto, seios, ouvidos, queixo e pontas dos dedos para dar uma impressão saudável e atrair a vista. (2004, p.87).

Por essa via de análise, verifica-se a valorização do conceito hegemônico europeu do que seria a beleza feminina, sendo dessa forma estabelecida como reflexo da face divina, se revelando como obra perfeita do criador.

Os *cabelos* pretos eram desconsiderados, o que levava as mulheres a procurar formas de clarear, devido à grande importância do cabelo louro para o complemento da beleza feminina. A valorização de um corpo arredondado, gordura como sinal de formosura, a beleza apreciada era a das formas cheias. As formas de beleza da mulher valorizadas nesse período eram as que representavam a classe dominante da sociedade vigente, que contribuíam para distinção social, pois as camponesas seriam magras, pelo excesso de trabalho, má alimentação, e teriam sua pele queimadas pelo sol o que as deixavam cansadas, envelhecidas, e feias, por outro lado, as burguesas apresentavam a pele leitosa e branca.

Esse foi um momento histórico de glória, de honra para algumas mulheres, conquistando títulos de nobreza, prestígios, não sendo mais considerada a presença maligna e

⁴ Relativismo é uma corrente de pensamento que questiona as verdades universais do homem, tornando o conhecimento subjetivo

se constituindo agora no belo sexo, criada a perfeição de Deus. Belo, mas, frágil, passivo, dependente, pois era representado pela figura celeste do anjo e não por uma figura real. E dessa maneira continuava subordinado ao sexo masculino.

No século XVII há um retorno à desvalorização do corpo, inicia-se um período de racionalismo puritano, ser vaidoso com o seu corpo se torna um pecado, esse seria um período histórico de valorização das virtudes. O corpo deveria sempre ser coberto até os pés. Os *cabelos*, antes majestosos, tratados com rigor, agora ficam escondidos em coques baixos. A magreza como fonte de beleza está de volta, a mulher devendo ser contida, solene, digna, tendo vestimentas e gestos contidos.

Algumas mulheres, principalmente as francesas, por terem na memória o tempo em que a beleza era livre e magnificada pelos renascentistas, teimavam em não aceitar as novas formas impostas de beleza. Continuavam amando o espelho e as maquiagens. E os *cabelos*? Segundo Souza (2004), “No *Champagne*, os cabelos eram cortados na frente para ficarem levemente cacheados (à *doidivanas*) ou eram armados em cachos com laços de fitas (à *la Fontagnes*)”. Essas mulheres se negavam a aceitar os padrões de beleza feminino defendido e impostos na época.

No século XVIII, o tom que reinava era o vermelho, nos rostos e nos olhos. A maquiagem pesada mandava nos padrões de beleza, o tom natural estava proibido. Era o período Imperial, os *cabelos* eram verdadeiros monumentos, na França, Inglaterra e nas colônias americanas. O Estado, como aparelho ideológico desse período, não concordava com os excessos de maquiagem e a valorização excessiva com a beleza, criando, então, formas de controle, como ameaças verbais e castigos físicos. E as mulheres vivem em seus conflitos, entre o desejo de ser bela e o medo da repressão do Estado.

Dessa forma, a beleza retoma o sentido da sensibilidade, da espiritualidade, e da intimidade. Perde-se a pompa e valoriza-se a simplicidade, delicadeza, a naturalidade. Sendo sonhadora, valorizando o corpo cheio, roliços, rostos doces e delicados, sem excesso nas maquiagens. E os *cabelos*? Antes enfeitados como monumentos e cacheados, aparecem agora com mechas despenteadas com cuidado e pintados por um louro acinzentado, tendo laços de fitas ou simplesmente uma pluma.

Com fortalecimento da indústria e do comércio, a burguesia europeia ganha força, juntamente com o chamado Romantismo do século XIX. Movimento que enfatiza o nacionalismo, a realização individual por parte do cidadão, e identifica-se com a sentimentalidade do povo, valorizando a tristeza e a morte. O artista romântico, tendo a

tendência idealista ou poética, criando universos em sua imaginação e evadindo para os mesmos em suas fantasias.

A mulher torna-se o tema preferido dos românticos, sendo convertida em anjo ou santa, estando sempre virgens, pálidas, belas, fiéis. Não se alimentavam para atingirem a imagem da mulher com aspecto espectral, olhos melancólicos, rosto apático, sem mostrar qualquer emoção, tendo apenas o ar de sonhadora, apaixonada e inconsolável. E seus *cabelos*? Estes eram frisados, encaracolados, presos em coques deixando alguns cachos soltos enfeitando o rosto. No inverno, a cabeça era coberta por chapéus, com abas largas, enfeitados por fitas e rendas. Essas mulheres representadas pelo Romantismo, meio deusas, meio anjos, unindo na mesma mulher a figura de anjo e demônio, são mais fantasias do imaginário dos artistas do que a realidade propriamente dita da imagem feminina.

Verificamos que o conceito de beleza se altera com as mudanças econômicas, culturais e sociais, guardando sempre algumas características de épocas anteriores, essas que se modificam, ganham força, ou são esquecidas. No início do século XX, a beleza ligada ao sexo feminino deixa de ser relacionada com o pecado, mas passa a ser um discurso de que a mesma seria uma estratégia das mulheres para conseguirem subornar os homens e atingirem seus objetivos, sendo sedutoras. Dessa forma as mulheres continuavam a serem as enganadoras, usando artifícios (maquiagens, cremes) e a sua própria beleza para atrair e convencer os homens.

Esse foi um século de mudanças: a guerra provocando transformações no cotidiano e no social; o fascismo e o nazismo fazendo-se presentes. Os meios de comunicação de massa sendo fortalecidos e fortalecendo as notícias e propagandas.

Nesse novo mundo do século XX, as mulheres se dividem entre as que têm a imagem de donas do lar, que são estimuladas pela propaganda dos meios de comunicação, que se iludem com tantos aparelhos domésticos que contribuíram para fortalecer a imagem da rainha do lar; E as que se consideram modernas, feministas, que estudam, que procuram novas profissões e novas crenças para poderem conquistar a liberdade.

Nesse cenário, a ideia de beleza relacionada com o sexo feminino, passa a ser ligada à condição do sucesso. Para ter sucesso profissional, arrumar um bom casamento, manter a atenção do marido, a mulher precisa ser “bela”. A publicidade incentiva o ideal de mulher bela, este modelo de beleza sendo inatingível pela maioria das mulheres, causando desconforto, insegurança, tristezas e baixa autoestima. Deixando bem claro na sociedade, ser bela é uma característica feminina.

Surge uma geração consumista, incentivada pela mídia, que vislumbra uma vestimenta menos ornamentada e mais funcional, saias curtas, corpo magro, cabelos curtos (*à garçonne*) subvertendo a ordem estabelecida. Entre os anos de 1920 e 1930, há um avanço da profissão do cabeleireiro, pois o corte curto, reto, com franja marcada, está em moda. Os *cabelos* antes longos, que representavam símbolo de sedução e de feminilidades, são agora banidos.

Emerge as indústrias de cosméticos com as tintas para os *cabelos* brancos ou para torná-los louros. Cremes de massagens milagrosos para os *cabelos*, depilações, corpos e face. A publicidade incentiva as mulheres a serem louras, pois estas seriam as mulheres fatais, representadas pelas atrizes e vedetes do cinema.

Os anos da década de 40 são anos difíceis, causados pela guerra, a escassez de matéria prima para roupas, meias e acessórios, contribui, para que os costumes das mulheres mudem. A ideia era fortalecer a saúde das mulheres, para serem sadias, vigorosas e limpas. Dessa forma, a ideia de beleza defendida pelo estado dominante era a beleza do corpo como um todo, mantendo o mesmo saudável com hábitos e atividades físicas. A ideia de beleza estando ligada a saúde.

A década de 50, representada pelos anos após guerra, traz à tona valores conservadores. Maior número de casamentos, mais filhos por famílias, mulheres como modelos de esposas e mães. Ser chique era ser bela e ter a pele perfeita; volta o espartilho para erguer os seios e afinar a cintura das mulheres, maquiagem com grande importância nos olhos femininos, cabelos armados com laquê, unhas pintadas de vermelho. Valoriza a dupla imagem feminina, inocente/ingênua, e ao mesmo tempo poderosa/fatal.

Nos anos 60, a beleza será vista como transgressão de normas, como espaço de liberdade, de movimentos diversos. De um lado, a beleza jovem, sempre valorizada, minissaias, pernas compridas, *cabelos* longos com franjas, olhos sempre muito maquiados com cílios postiços, mais tarde, os comprimentos dos cabelos foram reduzidos para curtíssimos. De outro lado, existia a beleza livre e sexy, representada por Brigitte Bardott, *cabelos* compridos e rebeldes, preso algumas vezes em coques exagerados, olhos muito maquiados, batons claros. A expansão dos meios de comunicação permitia esse movimento dos padrões diferentes de modas e beleza.

O objetivo da propaganda era vender a ideia de beleza: para ser bela, só bastava querer e poder. A imagem de “mulheres belas” era exposta a todo tempo em jornais e revistas; o objetivo dos fotógrafos era enaltecer a beleza feminina. Esses anos foram considerados os mais irreverentes nos costumes da sociedade, com a transgressão e liberdade da juventude. O objetivo de beleza defendido era a juventude, ser jovem é o caminho para o sucesso.

Década de 70. A época em que os *cabelos* tornam-se símbolos de liberdade. Os cabelereiros sendo valorizados, criando cortes arrojadados feitos à navalha, corte *pigmaleão* sendo referência, júbas com volumes e cortes geométricos, sendo compridos para os homens. Os cabelos tornando-se para os negros, símbolo de libertação, sendo naturais, sem a preocupação com o alisamento à “moda dos brancos”, a beleza negra fazendo história, os Black Power arrasando. As mulheres negras sendo modelo de revistas e passarelas, mostrando seus *cabelos* afro para o mundo.

A sociedade passa por um período de valorização do corpo, no qual os meios de comunicação valorizam a imagem e a compra de produtos que melhorem essa imagem, há uma valorização do exterior. É nesse momento que surge uma memória com o intuito de moralizar os conceitos de beleza, sendo restabelecida a valorização da beleza interior. É a psicologia que vai trazer à tona essa discussão, defendendo que beleza é mais que um rostinho bonito, sendo um equilíbrio entre corpo e mente, que se precisa, primeiro, valorizar o que as mulheres têm interiormente, que é exteriorizado nos lábios quando sorriem, nos olhos quando transmitem paz e serenidade, e principalmente no coração que demonstra amizade, amor e companheirismo.

De um lado, o discurso de valorização do interior, da saúde mental, da busca pela saúde e paz interior e exterior; de outro, a fala da publicidade, da mídia, que defende o cuidado com o corpo, para que este seja belo e possa ser exibido. Discurso que atenda interesses econômicos, que precisam vender para lucrar. Nessa ideia de beleza só é feio quem quer, pois, o indivíduo possui várias formas de intervir nesse corpo para torná-lo espetáculo de exibição.

A ideia de belo que valoriza o interior das mulheres coloca como definição de beleza a inteligência, segundo a qual se reconhece positivamente o estilo de cada mulher, sua simplicidade, praticidade e o equilíbrio para se sentir bela. FAUX (2000) coloca como lema dessa década para as mulheres: “Seja você mesma, seja dona de seu estilo. Não há mulheres feias, há somente mulheres que não se conhecem”, defendendo que estas procurem suas identidades, se encontrem consigo mesmas, se cuidem, se amem.

O debate da beleza interior não apagou por completo a ideia de investimento, a qualquer custo, no corpo para ser belo. Algumas mulheres convivem com essas duas ideias, querendo estar nos dois patamares ao mesmo tempo, umas conseguem outras não.

Os anos 80 chega com todo esse movimento, o mercado de trabalho sendo cada vez mais ocupado pelo sexo feminino, a moda tendo que se adaptar ao novo momento. As roupas para esse mercado privilegiam o *tailleur* cinza ou preto, sapatos *escarpins* e unhas pintadas; longe do ambiente de trabalho, a maquiagem podia ser exagerada. Nessa década, o ideal era a busca pelo corpo perfeito, as atividades físicas estavam em alta, junto com os cremes

milagrosos, os silicones, as lipoaspirações, e os produtos alimentícios ganhando força nas linhas *lights e diets*. Tudo isso contribuindo para a competição entre mulheres, valorizando quem tem o corpo mais malhado, o *cabelo* mais liso, o rosto mais jovem. O discurso dominante visibiliza como ideal de beleza um corpo homogêneo, construído uniformemente por intervenções biológicas, que não se dá conta das diferenças culturais, econômicas e sociais. As mulheres precisando viver com o conflito entre ser eu mesma ou “ser a bela da revista”.

Em 1990, época de inquietude, de mudanças, corpos muito magros. O corpo usado como forma de expressão, usam e abusam das tatuagens e *piercing*. É o período da globalização, o que colabora para que a moda seja universal e as tendências atravessem os continentes. No final dessa década à um retorno ao natural, valorizando uma beleza mais serena e uniforme. As mulheres belas são as de pele quase que transparente, rímel marcando levemente os olhos, *cabelos* louros *degradê*, boca com batons vermelhos claros. O retorno ao natural vem acompanhado do discurso que valoriza a beleza interior, desprezando as maquiagens pesadas. O discurso da psicologia está de volta, para ser bela é preciso sentir-se bela, sendo feliz, tranquila e realizada, é preciso trabalhar a mente com a terapia oriental, a yoga tomando o lugar da aeróbica. A beleza tendo outros significados, paz interior, serenidade, encontro consigo mesmo. Sendo agora uma atitude mental e não uma conquista corpórea.

O século XX, finda com esses conceitos de beleza confundindo a sociedade e sendo confundido por ela. Uma época em que tudo se é permitido, período que o sexo masculino mais procura o cuidado com seu corpo em salões de beleza e cirurgias reformadoras. As mulheres vão do vermelho ao rosa-claro ou bege. O bronzamento natural ou artificial está em moda. O gasto elevado para ser belo e jovem continua. A beleza sendo realmente um produto a ser consumido, sendo ditada pelos interesses econômicos dessa sociedade capitalista.

Se pensarmos em corpo, beleza e mulheres negras, outros fatores vão aparecer nesse discurso, pois a construção social dessas mulheres foi norteadada por essas e outras causas. Segundo Joyce Gonçalves da Silva (2015), o padrão de beleza Europeu se encontra enraizado na sociedade atual, e para as negras essa estética não se aplica aos seus fenótipos. Para negras, construir um cabelo liso, para manter o padrão hegemônico, é construir um conflito entre a sua própria naturalização ou aceitação e conseqüentemente desvalorizar seus traços étnicos. O cabelo crespo sendo parte essencial do seu perfil estético, sendo singularizada a forma como cada mulher lida com o seu, o que irá determinar a sua aceitação ou negação, sendo uma questão identitária e não apenas vaidade.

Gomes (2006) coloca que os cabelos e a cor da pele se tornaram signos da corporeidade negra e são utilizados negativamente na sociedade brasileira para identificar a beleza feminina,

contrapondo com as características físicas da beleza branca defendida como a única e universal. Dessa forma, esteticamente falando, as mulheres negras, seus corpos e cabelos são símbolos de resistência.

Percorrendo o caminho da ancestralidade negra, veremos que na África os penteados representavam simbologias, indicando: status, estado civil, região geográfica, religião, classe social, identidade étnica, posição social na comunidade e até particularidade sobre a vida pessoal dos sujeitos.

Gomes defende:

O significado social do cabelo era uma riqueza para o africano. Dessa forma, os aspectos estéticos assumiam um lugar de importância na vida cultural das diferentes etnias. Várias comunidades da África Ocidental admiravam a mulher de cabeça delicada com cabelos anelados e grossos. Esse padrão estético demonstrava força, poder de multiplicação, prosperidade e a possibilidade de parir crianças saudáveis. (2003, p.82).

No período de luto, algumas mulheres viúvas usavam os cabelos despenteados com a intenção de não despertarem o olhar masculino; porém, outros penteados eram feitos com a intenção de atrair o sexo oposto. Os cabelos despenteados também podiam representar depressão, perda de sanidade ou da moral.

Em algumas sociedades africanas, segundo Aline Ferraz Clemente (2010), os penteados representam acontecimentos sociais, em ocasiões fúnebres, o “kolese”, é um penteado feito com duas tranças nas laterais da cabeça. O “Koju soko”, é utilizado para casamentos, que tem como significado olhar para o marido, feito com várias tranças umas no alto da testa e outras na nuca.

A cabeça raspada faz parte da estética africana, obtendo, na maioria das vezes, significado religioso, representando ritos de passagem. Representa também transformação quando a pessoa ocupa um novo papel na comunidade. Essa relação com os cabelos e seus penteados ainda hoje pode ser observada em certos clãs tradicionais.

Se os cabelos representavam uma riqueza para os africanos, a ideia de alisar os fios crespos e cacheados passa a indicar aceitação à colonização e submissão ao racismo, mantendo assim os paradigmas sociais impostos pela sociedade dominante que valoriza apenas como belo, bom e elegante, o cabelo liso e comprido, sendo o cabelo crespo considerado feio, ruim e desarrumado. Para ser “igual” e “belo”, segundo a estética branca, os negros precisam perder suas características raciais e culturais e assumir os estigmas negativos atribuído aos cabelos crespos.

A desvalorização dos cabelos e da cor da pele como beleza é um caminho para exclusão racial e social, levando a sentimento de rejeição, aceitação, resignificação e negação

à ancestralidade africana e ao pertencimento étnico racial. Esses desafios por que passam as mulheres negras, tornam difícil captar suas falas, que muitas vezes são ditas no silêncio, no racismo naturalizado, camuflado. Sendo o cabelo um veículo de comunicação, e estando estampado no rosto das mulheres, com frequência será alvo de preconceitos racistas e de preocupação por estas com o cuidado e aparência.

Bianca Santana (2014) discute se o processo de alisar o cabelo seria um ato de acomodação, de aceitação da subordinação, de não provocar as ideologias vigentes. Assim, as mulheres negras poderiam se sentir mais bonitas, aceitas socialmente, teriam menos trabalho com os cabelos no cotidiano, esses discursos soam como defesas para alisarem os cabelos, mudarem a aparência e imitar as brancas.

Hooks afirma:

Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, de ter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco (...) Certo número de mulheres afirmou que essa é uma estratégia de sobrevivência: é mais fácil de funcionar nessa sociedade com o cabelo alisado. Os problemas são menores; ou, como alguns dizem, 'dá menos trabalho' por ser mais fácil de controlar e por isso toma menos tempo. (2005).

Dessa forma, o alisamento dos cabelos seria uma acomodação à sociedade contemporânea, ou seria também uma forma de resistência a todo processo de dominação, colonização, exclusão, rejeição por que passam as mulheres negras. Santana parte do princípio que conscientemente ou não dos padrões que a estão subordinadas, relacionados aos cabelos lisos ou crespos, o feminino negro cria estratégias para se estabelecerem nessa sociedade, algumas vezes acomodando-se e outras resistindo.

Seria também resistência a negação do padrão estético branco hegemônico, assumir o cabelo crespo e enrolado; deixar o cabelo em sua cor natural, quando o padrão é o louro platinado; usar o cabelo curto na juventude e longo na maturidade, quando o padrão é o inverso.

Silva (2015) evidencia que não se pode esquecer o fato de que para cada imposição sofrida pelo povo negro, houve uma resistência, seja ela física, concreta, ou camuflada por subterfúgios e o sincretismo. Assim o debate travado entre submeter\acomodar\resistir\ressignificar, permitiu que os corpos negros e sua cultura sobrevivessem.

O uso do cabelo natural por mulheres negras surge contrapondo os estereótipos da burguesia dominante, estando em consonância com um novo entendimento de ser negra e fugindo da padronização hegemônica. Se alisar os fios representava aceitação da colonização e submissão ao racismo, recusar esse alisamento, essa contenção dos cabelos, tornou-se um propósito indiscutível para os movimentos negros que pregavam a aceitação dos fenótipos, da cor e dos cabelos crespos como forma de eliminar os paradigmas sociais.

Capítulo 2- Relações Raciais, o feminino e a estética

“De vários modos, continuamos a experimentar, no século 21, um racismo muito mais perigoso do que o racismo institucional do passado. Trata-se, de um racismo que está arraigado nas estruturas”.

Angela Davis.

Nesse segundo capítulo refletiremos sobre as questões raciais, analisando a construção social da negritude no Brasil, especialmente da mulher negra e da sua autoestima. A formação da sua identidade como mulher, negra, bela, que valoriza a sua estética, seu cabelo, seu corpo, seu fenótipo, sua história.

De início, analisaremos como os negros, enquanto ‘raça’, se identificam na sociedade contemporânea e como a sua história, herdada da África e do sistema escravista, está presente na sua identidade Negra atual, tendo como principais teóricos, para esse estudo, Frantz Fanon e Kabengele Munanga.

No segundo momento, faremos uma análise do que seriam os conceitos de belo, defendidos no primeiro capítulo, para chegar aos conceitos de beleza da mulher negra na atualidade. Traçaremos esse caminho com a ajuda teórica de Lélia Gonzalez e Nilma Lino Gomes, entre outras autoras e autores.

Refletir sobre a invisibilidade das mulheres negras no sistema escravista, a valorização colonizadora da estética branca como a única existente, o silenciamento da sua história, a escolha, consciente ou inconsciente, de negação da negritude, a falta de representatividade positiva e negra para as crianças e jovens na atualidade.

Por outro lado, analisaremos como hoje, no século XXI, as mulheres negras vencem barreiras, se conscientizam e lutam para construir uma sociedade menos sexista e racista e como elas mesmas buscam o seu fortalecimento pessoal como mulher negra.

Por fim, discutiremos os *cabelos* e sua importância histórica, cultural e estética para as mulheres negras. Além disso, pensaremos sobre como o lidar com o *cabelo* tem representação simbólica para as crianças negras e suas mães/cuidadoras. Analisaremos como o *cabelo* da mulher negra é símbolo e espaço para o racismo, a resistência, a consciência e a afirmação, construindo a consciência de que o empoderamento feminino negro começa pela aceitação e valorização dos seus fenótipos, dos seus cabelos.

2.1. Construção social da negritude

A mulher negra não é só pra ser corpo, beleza, dança...

“Negro é lindo”, mas lindo também porque pensa,

Porque escreve, porque debate, porque luta.

Conceição Evaristo.

Refletindo com Munanga, no seu livro *Negritude - Usos e Sentidos* (2012), sobre o que seria hoje uma identidade negra, encontramos a ideia de identidade objetiva, que seria aquela determinada pelas características culturais e linguísticas do grupo. E a identidade subjetiva, que seria aquela formada pela maneira como o próprio grupo se define, auto definição, ou como é atribuída por outros grupos.

Na construção da identidade negra, se percebe a diferença existente entre “os negros” e os “outros”, diferenças formadas pelas vivências sociais e culturais por que passaram o povo negro em sua história. Embora nem todos os negros tenham consciência de sua história cultural.

E as identidades subjetivas podem ser percebidas quando analisamos os grupos de vivências religiosas, pois nos terreiros de candomblé, nos templos evangélicos, nas igrejas católicas, cada grupo vai tendo sua identidade coletiva representada.

Existem também grupos que vivem em comunidades de militantes negros, que cotidianamente combatem o racismo, tentando criar homens conscientes da sua negritude, de seu valor, da sua história. Então, para se construir a identidade, é necessário que alguns fatores interajam, mesmo que de forma diferente, são eles a língua, a história, e o psicológico. Tentaremos fazer uma reflexão sobre esses três fatores, tendo como base as ideias defendidas por Munanga e Fanon.

Frantz Fanon (2008), em seu livro *Pele negra máscaras brancas*, reforça a importância da língua materna na formação identitária dos seres humanos, e informa como a perda dessa linguagem na diáspora africana facilitou o processo de distanciamento da identidade de negros e negras. Interessante ressaltar que, no Brasil, sobretudo nos terreiros de Candomblé e Umbanda, algumas características culturais do berço africano continuam sendo preservadas e transferidas para as crianças em suas manifestações religiosas, tais como as línguas, a valorização da natureza, as danças, os ritos, os mitos religiosos.

Biologicamente, é comprovado que brancos e negros não têm reações psicológicas diferentes, mesmo que esse argumento seja eternamente defendido por racistas. O que Munanga e Fanon afirmam é que, historicamente, negros/negras viveram em estruturas sociais comunitárias diferentes das vividas pelos brancos, e isto sim os diferencia e não explicações biológicas, como tentaram provar os colonizadores.

Talvez, o mais importante dos três fatores seja o histórico, pois são as raízes culturais que unem um povo, tecendo suas histórias, costurando com a ancestralidade, dando segurança ao grupo e transferindo os saberes para as gerações futuras. É dessa união que emerge a

consciência histórica. E foi também por essa razão que os colonizadores tentaram a todo custo destruir a memória histórica dos negros/negras escravizados e colonizados. Ainda hoje no Brasil, pontualmente nas religiões de matrizes africanas, essa consciência histórica é mantida, são fortalecidos os mitos de origem ou de fundação, conservando a oralidade, e atualizando-os através de ritos e outras práticas religiosas. Nas comunidades onde essas bases religiosas africanas se perderam historicamente, a consequência é danosa, podendo se observar a diluição de toda consciência histórica.

Nesse caminhar, negros/negras que buscam uma identidade, seja pelo caminho religioso ou pela construção de uma consciência crítica de que é oprimido economicamente e discriminado racialmente, vão buscar na história simbólica do continente africano a sua ancestralidade perdida e esquecida. Assim, todo processo histórico vivido por negros/negras tem sua legitimidade nas memórias herdadas, nos lugares que tiveram que percorrer, nos acontecimentos vividos, nas memórias vindas do continente africano ou no período da escravidão imposta pelos colonizadores. Pertencer a esse coletivo negro é assumir essas memórias como suas, individuais e do seu grupo.

Então, o que seria a identidade negra? O que é negritude? Não é simplesmente ter a cor da pele negra, fator biológico. Não é ter efetivamente a consciência da existência de diferentes pigmentações de pele, brancos, negros, amarelos. A negritude se refere a toda história dos grupos humanos que o mundo ocidental ‘branco’ juntou, escravizou, colonizou e chamou de negros. Considerando o seu continente de origem, a África, como um deserto cultural.

Munanga esclarece:

Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objetos de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. Lembremos que, nos primórdios da colonização, a África negra foi considerada como um deserto cultural, e seus habitantes como o elo entre o Homem e o macaco. (2012, p.20).

A negritude é, então, uma tomada de consciência de todos os herdeiros, brasileiros e de outros países do mundo, que foram vítimas do sistema escravista estabelecido pelos ocidentais, e deve servir como afirmação e fortalecimento da solidariedade entre eles, para possibilitar o mínimo de resgate de suas civilizações destruídas e a redescoberta de suas culturas silenciadas.

Em meados do século XV, com a chegada dos primeiros europeus ao continente africano, a África, continente mais antigo da humanidade, já existia enquanto sistema social e político. Tendo em alguns povos, um conselho popular em que as várias camadas sociais eram

representadas, as monarquias eram assim constituídas. Em muitos povos era valorizado as condições ecológicas, socioeconômicas e históricas, e não o desenvolvimento técnico e tecnologias de guerra. Nesse mesmo século, a América é descoberta, com muitas terras para serem exploradas, surge então a necessidade de mão de obra barata. Ligando a necessidade de mão de obra pelos europeus, e a colaboração dos comerciantes de escravos africanos, a África torna-se, então, um reservatório humano de mão de obra barata e com pouco risco.

Inicia-se, então, o tráfico de negros escravizados para as Américas, sendo uma necessidade econômica para os colonizadores. No século XIX, a África é colonizada efetivamente pelo ocidente que tenta destituir todas as suas instituições políticas. No entanto, alguns reinos ainda resistiram e resistem até hoje, mesmo que de forma diferente.

Os brancos europeus desprezam os negros africanos, sua história, sua cultura, se considerando superiores a estes, e se apossando de suas riquezas. O preconceito étnico surge com força entre as duas sociedades que se confrontam pela primeira vez, alia-se a tudo isso a necessidade econômica da mão de obra africana, fortalecendo a ideia dos europeus de que os negros não tinham habilidades intelectuais, sendo considerados seres primitivos, humanos inferiores. Dessa forma, a colonização ocidental seria justificada como Missão Civilizadora, que elevaria os africanos à condição de ocidentais civilizados.

De um dia para o outro, negros e negras, tiveram que se estabelecer em outros lugares: sua casa, sua família, seus costumes, sua língua, sua geografia, suas referências, tudo ficou para trás. Negros/negras passaram a ser considerados objetos, vivendo em uma civilização que não conheciam e que lhe foi imposta por meio da força bruta. Para manter a dominação, a sociedade colonizadora se utiliza de vários fatores, entre eles, a imposição da sua língua, da sua religião cristã, da sua cultura europeia. O colonizado sobrevive sendo oprimido por meios diretos (força bruta) e indiretos (preconceitos raciais e outros estereótipos).

Na sociedade escravista residem os colonizadores e os colonizados. Os colonizadores seriam os estrangeiros, do país colonizador (metrópole), os europeus de população branca vindos de outros países da Europa e os não europeus (geralmente asiáticos). Todos estes exercem, posição de superioridade sobre os colonizados, sendo que os que vieram da metrópole exercem um poderio maior sobre estes, tendo o domínio econômico, político e espiritual. Os colonizados seriam os autóctones (assim chamados os indígenas ou nativos) e os negros que viam da África escravizados. Esses povos foram separados arbitrariamente pelos colonizadores, delimitando espaços entre eles, afastando famílias e povos. Além disso, os opressores humilhavam e desorganizavam as instituições sócio religiosas: mesmo sendo minoria, os colonizadores tinham a força bélica e se utilizavam dela para controlar os escravizados.

Munanga defende: “Aí, toda e qualquer diferença entre colonizador e colonizado foi interpretada em termos de superioridade e inferioridade. Tratava-se de um discurso monopolista, da razão, da virtude, da verdade, do ser, etc.” (2012, p.27). Dessa forma, os colonizadores se defendiam legitimando suas ações na *missão colonizadora*. Poderiam se apropriar das terras e de todos os recursos dos países colonizados, explorar seus povos como mão de obra escrava, pois essa seria a responsabilidade dos colonizadores para ajudarem os negros e indígenas a saírem da condição de selvagens, tornando-se semelhantes aos europeus, seres superiores. Legitima-se, então, a ideia de que brancos são seres superiores e negros seres inferiores.

Os europeus, com a chegada na África nos séculos XV, XVI, e XVII, construíram uma imagem negativa dos negros, justificada de maneira errônea pelo clima, traços físicos, religiosidade e simbologia da cor. A pigmentação escura da pele do negro só poderia ser explicada pelo clima quente tropical da África, sendo essa justificativa desconsiderada, porque os povos que viviam no Equador, nunca se tornaram negros. Outras foram a de que o solo, o ar, a alimentação e a água africana contribuíam para a cor dos negros, essas eram as explicações fundamentadas na teoria de que o clima é que formava a cor negra.

Outra imagem negativa vinha da ordem religiosa, nascida do mito camítico⁵. Dentro da simbologia de cores europeia, o preto representa uma mancha moral e física, e simboliza o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome, a corrupção, enquanto a cor branca simboliza a vida e a pureza. Seguindo essa ideia, a igreja católica vai representar o preto como o pecado e a maldição divina. Deus aparece como um homem branco e o Diabo como um moleque preto com chifre e rabo. Dessa forma, os europeus acreditavam que o normal era o ser humano ter a pele branca. Na tentativa de ‘salvar’ os negros, eles tentavam a todo custo evangelizá-los, desrespeitando sua religiosidade, e como o negro se rebelava contra a religião cristã, o branco só teria uma alternativa, escravizá-lo. Assim sendo, a escravidão não causava nenhum problema moral e nem ético aos colonizadores.

Para justificar a inferioridade dos negros pelos traços físicos, Georges Cabanis (Munanga, 2012), médico fisiologista do século XIX, defendia a ideia de que “as diferenças físicas intelectuais e morais correspondem às diferenças físicas entre as raças”. Dessa forma, as características anatômicas de brancos e negros serviam para justificar a superioridade ou a inferioridade de uma raça sobre a outra, institucionalizando-se o racismo biologicamente. Essa

⁵ Entre os Hebraicos, os negros seriam descendentes de Cam, filho de Noé, que sendo amaldiçoado pelo seu pai, quando desrespeitou o mesmo que o encontrou bêbado e com postura indecente, onde o filho negro desrespeita o pai, sendo amaldiçoado por este.

ideia era defendida por grandes filósofos daquela época, que acreditavam que a cabeça e o cérebro dos negros tinham dimensões menores que dos brancos; traços morfológicos, como proporções do rosto, cor da pele escura, cabelo crespo, eram traços de inferioridade.

Com essas imagens negativadas do povo negro, os colonizadores justificavam e legitimavam todo o processo de colonização e escravidão a que submetiam toda a civilização africana, mostrando claramente, nas suas concepções, as diferenças entre colonizador e colonizado, valorizando o branco em detrimento do negro, e tornando esses conceitos como absolutos, definitivos, criando formas para que esses conceitos fossem eternos.

Silva (2015) entende que os conceitos sobre os corpos humanos foram constituídos na sociedade historicamente e vivenciados culturalmente. Os europeus no contexto histórico do século XIX se puseram a estudar a anatomia e a fisiologia tendo nas teorias racialistas parâmetros de avaliação do olhar do branco sobre o corpo negro, das diferenças humanas entre raças ditas superiores e inferiores, servindo inclusive para justificar a dominação pelos povos que não eram europeus.

No conflito existente entre as questões raciais e sociais surge a proposta da identidade nacional brasileira, a construção do corpo brasileiro, sendo formado pelas aspirações político cultural da superioridade da raça branca e a degeneração das imagens dos corpos mestiços e negros. Dessa forma o corpo deveria ser controlado, disciplinado, seguindo normas sociais estabelecidas pelo modelo hegemônico branco.

A ideia dos intelectuais brasileiros desse momento histórico, período compreendido entre 1930 e 1945, era a nacionalização, para isso se concretizar julgavam necessário modernizar o país e acabar com os caracteres genéticos da população negra. Através da eugenia⁶ e da educação se propunham colocar o Brasil na modernização, construindo uma nação “civilizada”, para isso, acreditavam que precisavam estabelecer uma raça superior, expelindo as raças ditas inferiores e branqueando socialmente a população brasileira.

Aos sujeitos negros restavam os conflitos entre os vestígios do mito da democracia racial e a valoração da ancestralidade africana, dificultando sua identificação coletiva nessa nação. A forma sutil, velada e violenta que o racismo imperou no Brasil transformou o branqueamento numa maneira inconsciente do povo negro se rejeitar, negando seus fenótipos e o legado dos seus antepassados.

O negro se vê alienado e desvalorizado em tudo que o identifica, seu continente de origem, sua região de nascença, a forma biológica do seu corpo, sua mente, sua língua, sua

⁶ Teoria que busca produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseada em leis genéticas – dicionário informal

religiosidade, sua música, sua dança, sua arte, etc. Assim sugere-se que o negro é preguiçoso, justificando o trabalho pesado, desumano e sem remuneração das colônias; o negro é “retardado, perverso e ladrão”, precisando ser protegido e defendido de si mesmo. Retira-se do negro escravizado todas as qualidades humanas: todos são iguais, sem distinção. São retiradas a sua liberdade, a sua cultura, sua história, colocando-os todos à margem da sociedade e transformando-os em objeto. Anula-se a possibilidade do negro reclamar, estudar, deixando-o, por fim, sem cidadania.

As crianças negras aprendem o que os colonizadores querem ensinar, sua herança social, suas memórias, suas ancestralidades lhes são negadas por esses senhores. Os livros contam histórias de lugares e pessoas que as crianças desconhecem: falam sobre a neve, sobre o inverno, sobre a geografia da metrópole distante, o professor e a escola estão afastados do seu cotidiano. Quando se alfabetiza, a criança negra aprende a língua do colonizador, porque a sua é considerada inferior e a do colonizador vai ajudá-lo a embranquecer. Os negros e negras ‘precisam’ assimilar⁷ a cultura dos brancos.

Negros e negras iniciam um processo de auto rejeição, se questionando, depois de passarem por tantas pressões psicológicas e físicas. Será que somos mesmos burros? Inferiores? Preguiçosos? Por que nos deixamos dominar por uma minoria estrangeira? E muitos acabam aceitando a sua condição de submissão, escravidão, de colonizado. Pensando na solução para não ser inferiorizado, para fazer parte da vida social, o negro resolve consciente ou inconsciente assumir a língua do branco, a cor do branco, a vestimenta, numa tentativa de assimilar a cultura do colonizador e embranquecer-se.

Embranquecer-se primeiramente para, depois, reivindicar o seu lugar de direito e de fato na sociedade. Como? Trocar a cor da sua pele é impossível. Então, esse embranquecimento acontece pelo amor ao branco, admiração à cor do branco, aceitação do processo de colonização, e a recusa a si mesmo, sua cor, seu cabelo, sua história, seu fenótipo.

É a partir do domínio da língua do colonizador que acontece o rompimento da fronteira de assimilação, pois é através da linguagem que criamos e vivenciamos os significados, onde negros e negras se percebem brancos. Dominar o idioma do outro é o primeiro passo para assumir sua identidade cultural.

Outra forma de embranquecimento é encontrada no que Munanga chama de *erotismo afetivo* e se dá pelo clareamento da população, através das relações sexuais entre brancos e

⁷ Assimilação cultural: na política colonial praticada na África, é o processo pelo qual o negro colonizado devia adotar a cultura do branco colonizador, para nela se integrar. Essa política não passou de uma mistificação, pois o negro assimilou a cultura do branco, mas o oposto não aconteceu. (Munanga, 2012, p. 84).

negras, e brancas e negros, na tentativa de clarear a pele preta e construir uma geração menos negra.

Segundo Camila Moreira de Jesus (2012) o termo branquitude estando associado a ideia de aproximação dos negros ao branco como referência, termo muito utilizado pela Frente Negra Brasileira nas décadas de 20 e 30 com a proposta de evidenciar a aceitação social dos negros aos brancos como parâmetro. Os caucasianos historicamente foram se (auto) representando como seres ideais da humanidade, obtendo dessa forma privilégios que se legitimam por séculos e se perpetuam como status e direitos que se mantem até os dias atuais. Segundo a autora, branquitude seria um lugar de vantagens e superioridade fundamental dos brancos na sociedade, sendo um produto da história e uma categoria relacional que foi socialmente construída, se tornando um conceito complexo e podendo variar regionalmente.

Assim, embranquecer é assimilar os valores culturais do colonizador; o negro vai assumir sua língua, sua alimentação, suas vestimentas, sua cultura em geral. Diante desse processo de assimilação, é Fanon que se sente obrigado a constatar: “para o negro, há apenas um destino. E ele é branco”. Fica claro que, pelo inconsciente coletivo, os colonizados tomaram para si todos os arquétipos dos europeus. Fanon afirma que o preto é escravo da sua inferioridade, e o branco, escravo da sua superioridade, defendendo, ainda, que, para sair desse processo de se identificar com ‘o outro’, ‘o branco’, o negro precisa se desalienar, tomar consciência das realidades econômicas e sociais, tomar consciência da sua negritude.

Enfim, começamos a trilhar os caminhos da negritude.

Negritude seria, então, uma tomada de consciência dos negros sobre a agressão racial que sofreram e sofrem dos brancos, sobre as marcas negativas que esse racismo deixou no seu povo, e o quanto prejudicou o seu processo identitário. Nos dias atuais, a luta dos negros/negras não tem a intenção de dividir os oprimidos do sistema econômico atual, mas existem problemas particulares dos negros/negras e só eles podem resolver, apesar de contarem com a solidariedade de outros grupos conscientes. A recuperação de sua identidade, de sua autoestima, passa primeiramente pela aceitação do seu corpo, do seu cabelo, do seu fenótipo, da sua cor.

Munanga reflete sobre a recuperação da negritude:

A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua *negritude* antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade. (2012, p.19).

Nessa luta pelo encontro da identidade, deve-se ter a consciência de que o que une negros e negras é a escravidão que seus antepassados viveram, e que ainda se encontra presente na sociedade contemporânea, pois negros e negras constituem a maioria da população pobre,

sem estudo, sem trabalho, sem condições mínimas de estrutura social, econômica e psíquica, tendo os maiores índices de violência física e social. Essa afirmação da negritude se inicia pela aceitação de seu corpo, seu cabelo, se transformando em instrumento de combate, como muito bem fala Munanga, “negritude como combate”.

Nesse cenário, é preciso pensar a negritude como identidade de um grupo, sendo esta ideológica, pois, a partir daí os membros do grupo se definem ou se diferenciam na distinção com outros grupos, criando solidariedade entre os membros do grupo e sendo fortalecida pela unicidade. Se torna necessário pensar, aqui, a manipulação da identidade, segundo a qual grupos que dominam as sociedades economicamente/historicamente/socialmente criam formas de manipular outros grupos, considerados inferiores, na intenção de afastá-los, dividi-los e, assim, melhor dominá-los.

Nesse momento, faz-se necessário repensar três tipos importantes de identidade negra, analisando com base nos conceitos defendidos por Munanga, são elas: 1- Identidade mítico religiosa, já falamos aqui sobre sua importância na perpetuação da história herdada da África mãe, que é conservada nos terreiros de religiões de matrizes africanas; 2- Identidade de grupos oprimidos, grupos que lutam historicamente, oscilando entre a consciência de raça e de classe; 3- Identidade política de uma ‘raça’ afastada historicamente da participação política numa sociedade que ajudou a construir, esta identidade começa a ser construída com a tomada de consciência da jovem elite negra que está se mobilizando politicamente e a qual coloca em debate conceitos de cultura, raça e ideologia.

É interessante observar que nem todos os negros/negras que participam desse processo vivem plenamente os valores culturais da negritude, mas todos sofrem preconceitos racistas, sejam eles negros ou mestiços, e tentam, de alguma forma reaver, os valores culturais, mesmo que apenas simbolicamente. Ressaltando que se faz necessário a consciência ideológica e política para que realmente se construa a identidade negra, a negritude.

Verifica-se que este conceito de Identidade Negra é complexo, envolvendo fatores culturais, históricos, econômicos, psicológicos, linguísticos, políticos e ideológicos. Alguns consideram esse conceito como sendo uma forma de racismo do negro para com o branco; outros como um movimento político-ideológico; outros questionam se, por causa da mistura de raças no Brasil, é possível falar de uma identidade de negros, se essa não seria uma questão biológica e que, dessa maneira, se estaria afirmando as diferenças de raças biológicas; outros ainda indagam se a negritude não se estaria dividindo também toda a luta dos excluídos da sociedade.

Avaliando essas questões na perspectiva de Munanga e Fanon, algumas se tornam necessárias comentar. Primeiramente, a negritude é realmente uma reação negra a toda forma de racismo sofrida historicamente; segundo, para os racistas, sempre existiram diferentes ‘raças’, de forma a criar hierarquia na espécie humana, e, em nome de uma superioridade inventada, fazem atrocidades históricas contra as ditas raças inferiores. Entende-se, então, que o conceito de ‘raça’ serve a uma realidade política e social, e não biológica. É através da aplicação político-social desse conceito que os grupos dominantes, nas sociedades contemporâneas, continuam a exercer domínio e a excluir os negros/negras da participação política e econômica, e, conseqüentemente do pleno exercício da cidadania. Por último, Munanga afirma: “Ser negro é ser excluído” (2012).

A militância negra apropria-se da negritude na sua formação identitária e recusa veemente a identidade do opressor. É pela inferiorização do ‘corpo’ que se inicia o processo de alienação de negros/negras, antes mesmo de se atingir a mente, o espírito, a cultura e a história. É por isso que assumir a negritude é assumir seu corpo, seu cabelo, sua cor, sua cultura, caminhando para o combate à opressão.

Se é pela negação do corpo que se inicia o processo de inferiorização, será também pela negação da assimilação europeia, pela busca de novos caminhos, com insurreição, com luta coletiva, derrubando barreiras, reconquistando a si mesmo, atacando toda forma de opressão, que negros/negras conquistarão sua dignidade autônoma, sua cidadania. É na sua aceitação pessoal e coletiva que negros/negras se afirmarão culturalmente, moralmente, fisicamente e psiquicamente.

Se torna, então, necessária a volta às raízes na coletividade, lutando contra a dominação colonizadora e contra a alienação burguesa atual, para construção de uma evolução política e econômica. Nesse caminho, negritude seria assumir uma personalidade negra, ter consciência negra. Munanga nos fala de três objetivos principais da negritude: busca da identidade negra, protestar contra a ordem colonial e lutar pela emancipação dos negros/negras. As questões urgentes consideram a necessidade de restituir a cultura negra, seus personagens, que ficaram adormecidos no tempo e no espaço, seu continente africano com suas histórias e valores culturais, e rejeitar a toda forma de assimilação europeia que sufocou a identidade de negros/negras. Munanga cita Césaire, para definir negritude: “a negritude é o simples reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação de seu destino, de sua história, de sua cultura”, (2012, p.52).

Para fugir de toda assimilação imposta, é necessário rejeitar todas as máscaras brancas que negros/negras usaram como uma personalidade emprestada pelos brancos. Para Fanon, “a

desalienação do negro implica uma urgente tomada de consciência das relações socioeconômicas” (2008).

É nessas relações socioeconômicas que hoje vivemos novos meios de dominação e alienação do povo negro e de todos os povos oprimidos, através do consumismo exagerado, veiculado e propagandeado pelos meios de comunicação, constituindo uma arma poderosíssima, pois impõe, através da mídia, da moda, das artes, e outros meios, a assimilação desenfreada da cultura das sociedades dominantes da contemporaneidade.

Na sociedade globalizada atual, valorizamos nas crianças e jovens a aprendizagem do inglês, nos cursinhos e nas escolas, como língua principal. Damos grandiosa importância aos estudos de intercâmbio, de mestrado e de doutorado nos EUA, e, conseqüentemente, a uma valorização, no Brasil e no mundo da cultura, da música, do cinema, da vestimenta, da identidade dos Norte Americanos. Serão eles os colonizadores da atualidade? Estaremos nós, assimilando a cultura desse país em detrimento da nossa? Essas questões precisam ser analisadas e refletidas, foram aqui mencionadas, mas, esse debate ficará para uma outra pesquisa.

No que se refere ao retrato das mulheres negras ao longo dos tempos, percebe-se como, por séculos, valorizou-se a estética branca, de acordo com a qual as negras preferem alisar seus cabelos, clarear a pele, utilizando produtos químicos fabricados por brancos e consumidos por negras, pois a beleza universal é somente branca, e para ser bela a negra precisa embranquecer-se. Por isso, discutiremos agora a questão da mulher negra brasileira e sua beleza.

2.2. A mulher negra e a beleza na sociedade brasileira

“The only thing that separates women color from any other is the opportunity”.

Viola Davis, 2015.

Repensemos, a partir de agora, o conceito de beleza, atentando, especificamente, à beleza da mulher negra. Inicialmente, retornaremos ao conceito de ‘beleza’ defendido por Souza (2004), no primeiro capítulo dessa dissertação, segundo o qual a mesma defende que o ‘belo’ é um acordo social, defendido pela intelectualidade, educação e experiências vividas pelos seres humanos, sendo eleito como belo de acordo com a cultura, a época histórica, idade cronológica e a classe social. Entende-se, então, que o ‘belo’ tem conceitos diferentes e os mesmos mudam por vários fatores, como o tempo, o conhecimento histórico, a mudança de valores éticos e estéticos.

Ao nos propor pensar, refletir e escrever sobre a ‘beleza da mulher negra’, deparamo-nos com a escassez de embasamento teórico sobre o tema e nos questionamos: será que isso ocorre porque, historicamente, as sociedades dominantes valorizam a estética branca como a universal? A única existente? Será que as mulheres negras se escondem na tentativa de embranquecerem para serem aceitas como ‘belas’?”

Nesta pesquisa, recorro, principalmente, aos escritos de Lélia Gonzales⁸ e Nilma Lino Gomes⁹, mulheres negras brasileiras que são exemplos na história e na luta das negras, em defesa da beleza das mulheres negras na sociedade contemporânea, não deixando de ser importante os outros autores pesquisados e estudados.

Na defesa da construção da beleza das mulheres negras, a partir da aceitação da sua corporeidade, Gomes ressalta:

Na construção da sua identidade, na sociedade brasileira, o negro, sobretudo a mulher negra, constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso e dialético de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo”. Continuando, “O saber corpóreo é acompanhado de uma tensão e de um conflito entre padrões estéticos de beleza e fealdade, que, no Brasil, passam por uma discussão étnico-racial (2011, p.151).

Vivemos em um país em que negros/negras passaram por mais de 300 anos de escravidão, onde a beleza branca europeia era tida como única forma de beleza e a pele negra era sinônimo de fealdade, estereótipos esses que se perpetuam até a atualidade. Nesse sentido, ainda hoje, no Brasil, no conflito entre o padrão de beleza ideal (defendido historicamente e estabelecido até os dias atuais) e o padrão de beleza corporal real estabelece-se como beleza oficial a branca caucasiana, enquanto que, na realidade, vivemos num país de negras e mestiças, que juntas representam o padrão real de beleza feminina brasileira.

Para discutir essa questão da beleza negra brasileira, vamos repensar algumas questões importantes. Aprendemos, desde que esse país se libertou da escravidão, nas escolas públicas e particulares, que negros/negras foram escravizados por pertencerem a uma raça inferior e por serem preguiçosos, vadios e insolentes; por isso, era preciso apanharem, serem chicoteados e outras violências. Segundo outros discursos, negros/negras foram escravizados por serem dóceis, submissos e não resistirem ao processo de escravidão. Esses discursos ficaram registrados na história oficial brasileira.

Ao se pesquisar nos dicionários da língua portuguesa a palavra ‘negro’, encontraremos definições que só fortalecem os discursos acima citados.

⁸ Lélia Gonzales, mulher negra brasileira, historiadora, antropóloga e filósofa. Feminista, fundadora do Movimento Negro Unificado, 1935/1994.

⁹ Nilma Lino Gomes, mulher negra brasileira, Pedagoga, antropóloga, foi ministra das Mulheres, da Igualdade racial, da Juventude e dos Direitos Humanos do Brasil.

Negro: 1. Sujo, encardido, preto; 2. Muito triste, sinistro; 3. Melancólico, funesto; 4. Maldito, sinistro; 5. Perverso, nefando. (Novo Dicionário Aurélio).

Negro: 1. Indivíduo de etnia negra, 2. A cor negra, 3. De cor bem escura, 4. Sombrio, 5. Triste, funesto; 6. Calamitoso, perverso. (Minidicionário Soares Amora).

Da mesma forma, se analisarmos expressões cotidianas da população brasileira, também veremos que as mesmas contribuem para fortalecer os estereótipos de preconceitos e discriminação, consciente ou inconscientemente, contra negros/negras. Citando algumas delas: “a minha situação financeira está negra...”; “seu passado te condena, ele é negro...”; “...o quadro negro que a situação econômica do país se encontra...”; “você está denegrindo a imagem de nossa família”.

Essas definições acarretam, desde cedo nas crianças, a vontade de não pertencer a esse grupo de cor negra, pois em si já abarcam preconceitos, conceitos, opiniões e ideias concebidas. E assim, os dominados, não-brancos/não-brancas e negros/negras, desde a infância procuram esquecer ou utilizam de subterfúgios para se enganarem e aproximarem simbolicamente o mais perto possível dos brancos dominantes.

Vamos, então, analisar, historicamente, o papel da mulher negra na sociedade brasileira. Sabe-se que as mulheres negras e indígenas foram violadas no período colonial pelos senhores brancos, e que essa violação marca até hoje a construção identitária dessas mulheres, permanecendo vivo no imaginário da sociedade atual e adquirindo novas formas. A opressão sofrida pelas negras na escravidão, diferenciada e marcada pelo seu gênero feminino, ainda hoje não é reconhecida pela sociedade, assim como também não é reconhecido o efeito dessa opressão na identidade das mulheres negras.

Pós-escravidão, as mulheres negras ainda vivem uma realidade com poucas mudanças, com menor índice de escolaridade, trabalhando por mais horas, encontrando-se no último patamar da escala social, estando abaixo dos homens negros e de mulheres brancas, sendo as que mais carregam as desvantagens racistas e machistas da sociedade brasileira. Por outro lado, constituem, na maioria das vezes, a espinha dorsal de suas famílias, criando seus filhos sozinhas e tendo as chamadas ‘duplas jornadas’, trabalhando, muitas vezes, como empregadas domésticas de mulheres liberadas e madames, no comércio, ou como mulata de exportação.

Ao se falar da fragilidade feminina, que se justifica na proteção dada pelos homens às mulheres, não podemos aplicar esse mito às mulheres negras, que sempre tiveram que trabalhar duro, seja como escravizadas nas lavouras, como mucamas e mães de leite na casa dos senhores de engenhos, nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que fizeram parte

da “raça humana” considerada objeto pelos brancos/brancas europeus. Não, o mito da fragilidade feminina não se representa nas negras.

Quando as mulheres brancas colocam a importância de se romper com o mito da “rainha do lar”, da musa cantada em versos e prosa, de novo, não é com as negras que se fala. Pois estas, não são rainha de nada, são as antimusas da sociedade brasileira. Não representam o modelo estético de mulher, porque ele é branco. Lélia Gonzalez fala muito bem sobre como essa sociedade racista e sexista, fala e pensa sobre as mulheres negras:

É por aí que a gente entende porque dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beijos em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar a gente dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato da gente ser preta. (GONZALES, 1984, p.234).

Utilizando de sua linguagem singular, Gonzales reforça que, duplamente, o racismo e o sexismo produzem efeitos violentos sobre a constituição humana das mulheres negras.

Outro ponto a ser pensado, quando se trata da garantia de empregos e salários iguais para mulheres e homens, as negras estão sempre fora dos anúncios, “exige-se boa aparência”. Como? Se, para essa sociedade segregacionista, o cabelo, a cor e o fenótipo das mulheres negras são sinônimo de fealdade. Também representam subproduto do homem, não saíram da costela de Adão. Fazem parte de outra cultura, onde o mito de Adão e Eva não existe, sua cultura foi roubada, marginalizada, folclorizada, transformada em coisa primitiva e diabólica.

São ignoradas pelo sistema de saúde, que analisa todas as mulheres como pertencentes de uma mesma etnia, desconsiderando suas especificidades nas questões de saúde. Porém, quando vão parir, sofrem do mito da boa “parideira”; desde a escravidão, utilizam esse discurso para não terem o mesmo cuidado hospitalar que uma mulher branca teria.

Dessa forma, as mulheres negras, não representam o sexo frágil, as rainhas do lar, as musas dos poetas; seu fenótipo as afasta do item da boa aparência, não foram feitas da costela de Adão, a cultura de seus ancestrais foi violada. Quando doente, não pensam em suas especificidades, estando nos últimos índices da escala social, não são representações positivas para as meninas negras. Nesse sentido, Gomes afirma: Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). (2005, P.43).

Ao discutir a beleza negra feminina, deparamo-nos com a situação das meninas negras. Não é apenas a questão racial que está em jogo, mas a questão da beleza, o lugar social da mulher, o valor do seu corpo negro, o seu cabelo crespo. As meninas negras são invisibilizadas num contexto que valoriza a beleza branca, o cabelo liso, a pele clara. A mulher negra ou é a mulata “boa de cama”, “a da bunda grande”, ou é a doméstica, sem qualificação profissional.

Ao tratarmos da beleza negra, falaremos dos atributos físicos e culturais próprios da mulher negra: sua pele, seu corpo, seu cabelo, e suas escolhas na forma de se representarem enquanto mulheres negras. A estética negra se refere, então, às percepções das formas de beleza negra.

No blog *Blogueiras Negras*¹⁰ algumas mulheres negras fazem seus depoimentos sobre o que é a beleza negra feminina no Brasil atual. Citaremos alguns depoimentos que nos ajudam a pensar a questão da beleza negra.



Figura 2: Logo do blog *Blogueiras Negras*. (Fonte: www.blogueirasnegas.org)



Figura 3: Amanda Beatriz estudante de direito (Fonte: www.blogueirasnegas.org)

¹⁰ O Blogueiras Negras é um portal colaborativo, coordenado e produzido por uma equipe de coordenadoras que são responsáveis pela seleção de textos, manutenção do portal, editorial e organização do mesmo.

Amanda Beatriz, estudante de Direito, fez essa análise sobre o que seria o ideal de beleza negra:

Por negra ideal se entende aquela que foi totalmente aceita porque é dotada de características fenotípicas em conformidade aos padrões eurocêntricos. É a preta alta, de lábio fino, nariz estreito, cabelo liso, rosto delgado e tom de pele claro (na maioria das vezes); uma negra considerada exótica em relação aos padrões vigentes. Essa sim, é a que tem espaço garantido nas páginas de beleza étnica da internet. (Amanda Beatriz, 10/04/2014).

Beatriz discute que ainda hoje, em pleno século XXI, a beleza negra que é valorizada ainda é a que mantém alguns padrões eurocêntricos. E onde ficam as negras que apresentam fenótipos que a mídia não valoriza? Allyne Andrade, membro da Associação de Mulheres Negras Aqualtune, advogada e feminista negra, também se utiliza do blog *Blogueiras Negras* para afirmar:

Sou uma mulher negra, uma mulher negra e gorda. Ser bela para uma mulher negra é um lugar já de desconstrução de tudo que a sociedade nos diz. A beleza no Brasil é um conceito racializado. Para a sociedade, a Gisele Bundchen é linda, a Naomi Campbell é uma negra linda. (Allyne Andrade. 26/07/2016).

Andrade coloca em debate a ideia de que a beleza negra não tem espaço no conceito de beleza contemporâneo, sendo a ‘raça’ branca a única beleza aceita. A branca é linda, a negra vem a ser “uma negra linda”. E como ficam as negras nesse contexto? Se escondem, se silenciam em seus redutos privados? Se inviabilizam na sombra das mulheres brancas, para tentarem embranquecer?

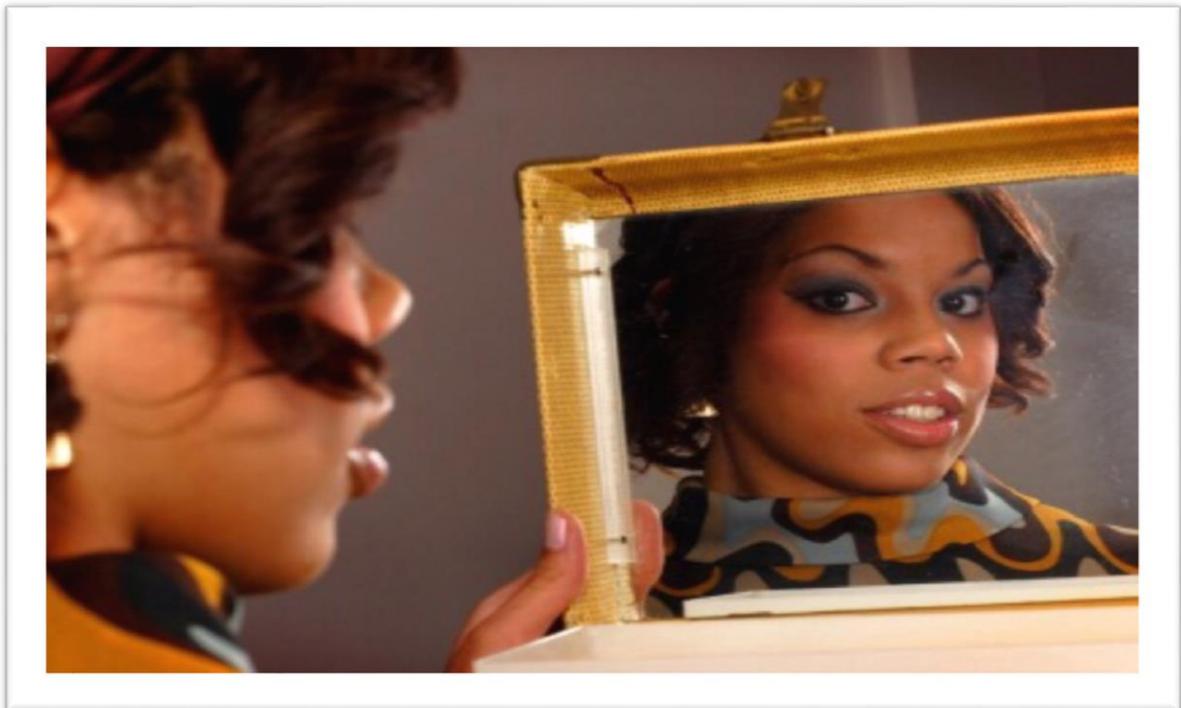


Figura 4: Allyne Andrade, membro da Associação de Mulheres Negras Aqualtune. (Fonte: www.blogueirasnegras.org)

Mulheres negras foram invisíveis na história, invisíveis para suas filhas, invisíveis para si mesmas. Como romper essa barreira e assumir seu potencial intelectual e estético se as negras não estão representadas entre as mais belas, mais inteligentes ou mais criativas? Para uma mulher negra se considerar bela, se legitimar como bela, é um grande desafio. Karoline Maia foi criada numa pacata “quebrada” da zona leste de São Paulo. Desde que se descobriu mulher negra, passou a ver o mundo de outra forma, deixando, também, seu depoimento no blog *Blogueiras negras*:

Se você cresce querendo ter outro cabelo, outra cor de pele, querendo que sua boca e nariz sejam pequenos e finos, a beleza presente atrás de tanta autodepreciação fica mais difícil de ser encontrada. Mas quando encontrada e bem usada, pode ser transformadora. A autoestima também é um mecanismo de mudança, com ela, somos capazes de ultrapassar barreiras aparentemente impossíveis e criar estratégias individuais e coletivas de transformação. A autoestima transforma e o racismo não quer que saibamos disso. (18/03/2016).

Karoline Maia entende a dificuldade de meninas e mulheres negras vencerem a autodepreciação estética, que é embutida no seu imaginário pelo racismo. Entretanto, afirma que, quando as negras encontram ou reencontram sua autoestima, um novo mundo se inicia, uma nova pessoa se rebela e descobre novas possibilidades. Maia continua: “Ver pessoas negras desfilando seus afros, sua pele escura, suas bocas grossas e narizes largos, cheios de confiança e satisfação, mostra mais uma vez que o racismo está perdendo o jogo”. Eis o feminino negro assumindo sua cor, sua pele, seu cabelo, seu fenótipo, se aceitando e aceitando sua história, sua cultura.



Figura 5: Karoline Maia. (Fonte: www.blogueirasnegas.org)

Então, temos agora a missão de refletir sobre o poder dos cabelos das mulheres negras.

2.3. Empoderamento e cabelo

*“Sou Zezé, sou Lecy
Mercedes Batista, Ednanci
Aída, Ciata
Quelé, Mãe Beata e Aracy*

*Pele preta nessa terra
É bandeira de guerra porque vi
Conceição, Dandara
Pra matar preconceito eu renasci”*

Pra matar preconceito: Raul DiCaprio e Manuela Trindade

Consideremos uma matéria veiculada pelo portal Geledés, do dia 24/03/2017: *“Professora da creche lavou os Cabelos de todas as crianças, menos da menina negra de 4 anos”*. Como começar a escrever sobre empoderamento e cabelo sem comentar essa notícia? Segundo o portal, o caso aconteceu no dia 20/03/2017, numa creche pública no bairro de Samambaia, no Distrito Federal. Segundo a mãe, sua filha de 4 anos é aluna da citada creche e, no último dia 20, a menina teria chegado em casa chorando, dizendo que a professora teria



Figura 6: Menina negra discriminada. (Fonte: <http://www.geledes.org.br>)

lavado o cabelo de todas as coleguinhas menos o dela, porque era ‘duro’. De acordo com a mãe, a criança não quer mais ir para a creche porque tem ‘cabelo duro’, quer alisar o cabelo.

A mãe, indignada, registrou ocorrência na delegacia. A diretora da instituição diz que não houve discriminação, racismo, preconceito ou bullying, mas um mal-entendido. Afirmando que todos os educadores da unidade de ensino citada são capacitados, informa que a escola estava conversando com a família, e que já trocou a monitora da turma.

O portal informa que, de acordo com Ministério Público do DF, só nesse ano de 2017 já receberam dez denúncias de racismo e discriminação, e que, em 2016, ocorreram 129 denúncias. Transcrevo a fala da professora da Universidade de Brasília (UnB), Suzana Xavier, que trabalha com o tema diversidade, explicando que o problema é o racismo velado, encoberto.

Infelizmente, o racismo não só é banalizado, como ele é negado todos dias. As pessoas tem comportamentos racistas, né? Não verbalizam, geralmente é velado e até tem pessoas que dizem não ser racistas quando na verdade são porque não conseguem reconhecer, dizer-se racista. [...] Mas racismo no Brasil é uma coisa que tá implementada e que a gente tem que combater.

A professora ainda argumenta que o cabelo representa a identidade para o negro, afirmando que a discriminação na infância poderá causar traumas na criança, os quais podem acompanhar-lhe por toda a vida e interferir no seu desenvolvimento.

Deixar o cabelo da criança como ele é, valorizar esse cabelo, valorizar a diferença, diversidade é isso, nós não podemos trabalhar com o conceito de que vamos aceitar e tolerar, mas o conselho que nós damos é acolher e valorizar. (Suzana Xavier, Geledés, 20/03/2017).

A partir da polêmica apresentada acima, (não querer lavar o cabelo da criança negra, porque é duro), vamos, nesse momento, nos debruçar sobre o cabelo negro, buscando entender o caminho percorrido entre o racismo velado, que a sociedade tenta esconder, o valor que a mulher negra estabelece ao cuidar dos cabelos das crianças negras, e o empoderamento de mulheres e meninas negras quando assumem seus cabelos ao natural, e se afirmam mais felizes e amadas por si próprias.

Segundo Gomes, os cabelos crespos têm significados culturais, sociais e políticos para os negros, pois os mesmos servem para identificar e localizar os negros/negras no seu grupo étnico racial.

Usa-se, frequentemente, entre mães/cuidadoras negras, o termo “lidar com o cabelo”; esse termo tem vários conceitos simbólicos, e pode ser visto de vários ângulos. “Lida”, historicamente, refere-se ao trabalho pesado dos negros/negras na escravidão. Estando o termo associado ao trabalho, e este sendo concebido como fardo, exploração, e cabelo com o qual se deve “lidar” dificilmente será visto como símbolo de realização pessoal. Para as negras/negros, esse termo remete ao período de escravidão, no qual exerciam trabalhos coagidos, eram coisificados, e sua cultura era silenciada a todo tempo, na tentativa de anulá-la.

Na escravidão, ‘lida’ sugeria o trabalho forçado nas lavouras, na casa grande, na mineração; sugeria, também, toda forma de agressão e chicotadas embutidas sobre o corpo de negros/negras. Uma forma de violência ao povo negro era a que impunha a raspagem dos seus cabelos. Os cabelos, para algumas etnias africanas, tinham um significado especial,

representava identidade e dignidade. Então, raspar os cabelos era uma mutilação, considerado uma violência ímpar.

Essa ligação identitária dos negros/negras com o seu cabelo crespo caminhou junto com a história da sociedade, apresentando novos valores, sendo muito valorizado nas populações negras. Assim, a cor da pele e o cabelo crespo, para os brasileiros, simbolicamente, representam uma linguagem, que transmite a informação sobre o pertencimento de negritude, e a afirmação de que são ou não são brancos.

Uma outra noção importante quanto ao “lidar” com os cabelos, é a valoração histórica que as mulheres negras têm em tratar, manipular, cuidar, arrumar e enfeitar os cabelos de suas crianças¹¹. Meninas negras, desde pequeninas, vivem com suas mães, irmãs mais velhas, ou a mulher adulta que “toma conta” delas, cuidados que indicam manipulação dos seus cabelos, na infância. Essa manipulação não se resume ao “pente quente” e às químicas de alisamento, mas ao carinho, ao trato, ao cuidar, ao pentear.

Com certeza, em muitos casos, o primeiro penteado são as tranças. No entanto, muitas vezes, sua preferência é negada pelas mulheres quando relatam suas memórias da infância, tal como podemos encontrar em vários depoimentos pessoais dispersos em conversas informais, em livros, em blogs, em portais, que falam das tranças na infância.

Gomes (2002), cita algumas expressões, sobre as tranças na infância:

- Eu odiava! Minha mãe fazia quatro tranças e juntava de duas a duas no alto da minha cabeça! (N.U., 26 anos, cabelereira étnica)
- Puxava tanto meu cabelo para ele ficar ajeitadinho que até esticava os meus olhos. Parecia uma japonesa preta! (J., 23 anos, cabelereira étnica)
- Não, nem sempre fui bem com o meu cabelo, não... desde criança, não. Porque era aquele problema de puxar, trançar, aquela coisa toda. Não tinha alisamento, então, na hora de mamãe pentear o cabelo, era um drama. Aí, depois, já mocinha, é que eu fui me cuidando, aquela coisa toda é que mudou. Mas de criança, não, eu chorava, não gostava de pentear o cabelo porque doía, puxava daqui, puxava dali, mas depois... depois ficou bom. E está até agora... (S.A., 51 anos, auxiliar de escritório). (Gomes, 2002, p.4).

Segundo Gomes (2002, p.4), “O uso de tranças é uma técnica corporal que acompanha a história do negro desde a África”. Apesar de sua ligação histórica com a África mãe, Gomes avalia que seus significados e técnicas foram ressignificados no tempo e no espaço. Nas sociedades contemporâneas, as mães trançam suas filhas para que não sofram o preconceito de serem as descabeladas, as sujas, outras trançam lembrando o ato cultural de cuidar do corpo, do cabelo.

¹¹ Sendo este, com certeza, um dos fatores da mãe da criança da creche citada nesse trabalho, ter ficado tão indignada, pois para ela, o cuidar do cabelo de sua filha é um ato de amor, de carinho.

Interessa, nesse momento, um olhar especial para as tranças das meninas negras, os vários desenhos que as tranças configuram, os ornamentos coloridos que as enfeitam e as tornam lindas, nos fazendo pensar na forma alegre, colorida, diferente, das negras adornarem-se. Assim, podemos perceber as diferentes formas estéticas da mulher negra e a relação intrínseca entre negra, cabelo e identidade negra.

Entendemos, então, que a prática de ‘lidar’ com o cabelo de nossas meninas é uma forma de manipular o corpo, e que é um comportamento da cultura negra brasileira. Percebemos, também, que muitos conflitos acontecem nesse caminho, um deles citado acima, referente à reclamação das crianças sobre o dolorido que o pentear causa.

Esses conflitos também passam pelos sentimentos de feiura, beleza, rejeição, aceitação, negação da sua cor e de seu cabelo, e, finalmente, ressignificação. No seu primeiro espaço social fora da família, ‘a escola’, esse conflito se estabelece, referendando estereótipos racistas e intensificando experiências negativas das meninas negras com seus cabelos e seus corpos. Na escola, a situação se acentua, a escola exige padrões de conhecimentos, de comportamentos e estéticos. Para estar nos bancos escolares é preciso se uniformizar, ter boa aparência; na maioria das vezes, esses conceitos tentam camuflar a ideia de preconceito, ficando este velado. Reitera-se a proposta de cuidar do cabelo, o que para as famílias negras já é natural, mas surge apresentando sentidos bem diferentes, nestes casos, cabelos crespos e enrolados simbolizarão feiura, inferioridade.

Assim como Nilma Lino Gomes, a professora Rosangela Malachias¹² estará também nos ajudando na análise, pensando a temática do ‘cabelo bom’\‘cabelo ruim’, que as escolas brasileiras deixam fluir no seu cotidiano. Segundo elas, nas escolas acontecem episódios, não muito raros, de preconceitos que classificam as pessoas segundo alguns padrões estéticos. Os exemplos de nomes pejorativos para os cabelos de negros/negras são inúmeros: “ninho de gaúcho”, “cabelo de Bombril”, “cabelo Fuá”, “cabelo pixaim”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! Esses apelidos querem dizer que os cabelos crespos são símbolo de inferioridade, sendo associado à artificialidade (esponja de Bombril), ao meio ambiente (ninho de passarinho, teia de aranha enegrecida pela fuligem). “Fuá” e “pixaim” são adjetivos que não representam apenas que o cabelo é ruim, acrescenta-se a isso, os significados de intriga, fuxico, caspa, doença de pele produzida por piolhos.

Definição de cabelo, que vem reforçar as bases de classificação quanto as raças humanas:

¹² Rosangela Malachias, mulher negra, doutora em Ciências da Comunicação.

O cabelo constitui uma das bases tradicionais para a classificação das raças humanas, devido ao seu crescimento, à sua forma, à sua aparência. Conquanto a estrutura geral dos cabelos seja semelhante, é fato reconhecido que algumas variações podem ocorrer entre os diversos grupos étnicos. Comprimento, cor e tipo são as características identificáveis a olho nu; tais particularidades se correlacionam com os dados obtidos mediante a análise microscópica dos cabelos, o que possibilita ao etnólogo distinguir os grupos raciais dessa ou daquela região. Certas diferenças microscópicas, se confirmadas estatisticamente em um bom número de amostragens, constituem informações específicas suficientes para determinar a origem racial. Com o progresso das investigações antropológicas e etnológicas no século XX, definiu-se uma tendência geral em classificar os cabelos nas seguintes categorias: (1) liso, (2) ondulado, (3) crespo, (4) frisado ou encrespado, (5) lanudo e (6) encarapinhado, isto é, distribuído em maior ou menor grau em pequenas espirais fechadas. Com base nesse sistema, pode-se dizer, por exemplo, que os chineses e os indígenas americanos possuem o cabelo liso; as raças negras africanas, frisado ou encrespado, lanudo e encarapinhado; as raças brancas europeias, ondulado e crespo etc. (Delta Larousse. Extrato do verbete “cabelo”, apud MALACHIAS, 2007).

Com essa definição, fica claro como o conceito biológico se mistura com a concepção cultural da sociedade.

Gomes, em outro momento, também nos ajuda a pensar: “Existe, no interior do espaço escolar, uma determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos, nos discursos, nas relações pedagógicas, nos cartazes afixados nos murais da escola, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si...” (2002, p.5). A representação do negro no espaço escolar, na maioria das vezes, é ausente e silenciada. Interessante ressaltar que, mesmo que as famílias cuidem dos cabelos das meninas negras, antes de irem para escola, o arrumar da família não representa, muitas vezes, a estética que a escola determina como arrumada e penteada.

Com certeza, os termos pejorativos servem para marcar os constrangimentos sofridos pelas meninas na escola, marcas que ficarão eternizadas em suas histórias de vida. É quando deixam o aconchego do seu primeiro grupo social, a família (e amigos), que se deparam com esse outro grupo, o qual deveria abrir as portas para o mundo social, mas que se caracteriza, indevidamente, como preconceituoso, que rejeita crianças e adolescentes negras, depreciando seus corpos, sua cor e seus cabelos. Gomes resalta: “Uma coisa é nascer criança negra, ter cabelo crespo e viver dentro da comunidade negra; outra coisa é ser criança negra, ter cabelo crespo e estar entre brancos”. Avalia-se, a partir dos teóricos estudados, que, muitas das vezes, é na escola que as crianças negras terão o primeiro contato verdadeiro com etnias diferentes, surgindo assim a oposição entre ‘nós’ negros e os ‘outros’, os brancos.

Quanto mais as meninas negras se afastam de suas famílias e se inserem em outros grupos sociais, mais se intensificam as discriminações e os esforços negativos quanto ao seu corpo e cabelo. Interessa ressaltar que alguns discursos defendem que a questão não é a cor da pele e sim a localização de negros/negras na classe social. Contudo, Gomes defende que as práticas cotidianas nas escolas, as avaliações, as expectativas quanto às aprendizagens das

crianças e adolescentes negras demonstram que não importa o seu status social, e sim a sua classificação racial.

Gomes e Malachias concordam em afirmar que, há mais ou menos duas décadas, o currículo oficial brasileiro tenta, mesmo que discretamente, incorporar leituras críticas sobre a situação das meninas negras e seus cabelos na escola, e alguns docentes já trabalham as questões raciais de forma crítica nos ambientes escolares. A Lei federal 10.639/03 inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras determinações. Essa lei propõe que os estabelecimentos escolares públicos e privados trabalhem a história e cultura do afro descendente de forma crítica e reflexiva, contribuindo para o fim da discriminação racial. No entanto, a realidade mostra que, apesar de termos algumas leis e de alguns docentes estarem fazendo sua parte, ainda temos muito a caminhar, e nossas meninas negras, como comprova o caso citado do portal Geledés, continuam a ser discriminadas pelos seus cabelos, sua cor da pele e seus fenótipos.

Assim, a afirmação ou rejeição são fatores que contribuirão para autoestima ou para baixa autoestima, a partir das quais as meninas e adolescentes negras vão se construir ao longo de suas trajetórias para se tornarem mulheres negras com suas identidades assumidas. As escolas representam um papel importante, podendo contribuir para construir estratégias pedagógicas diferenciadas que discutam a importância do corpo e do cabelo crespo, na construção da identidade negra.

O debate sobre o compósito cabelo crespo\cor da pele na construção da identidade de mulheres negras e, principalmente, a importância dos cabelos na maneira como a negra se vê e como ela é vista pelo outro, constitui uma forte marca identitária. Mesmo em negras que conseguem ascensão econômica, intelectual e social, representando na maioria das vezes preconceito e inferioridade.

Gomes ressalta algumas questões que estão em pauta, quando o assunto é o cabelo crespo:

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (GOMES, 2012, p.3).

As questões levantadas por Gomes nos fazem refletir sobre o conflito existente no Brasil entre negros e brancos, tendo os negros sofrido por mais de 300 anos como escravos, sendo dominados economicamente, socialmente e politicamente, e brancos representando o polo dominante dessa relação. O cabelo do negro/negra sendo considerado ‘ruim’, expressão de conflito racial. Restam, então, as seguintes opções aos negros: mudarem seus cabelos para saírem do lugar de inferiores, e não internalizarem a inferioridade, ou assumirem seus cabelos de forma criativa, ousadas.

Na tentativa de serem aceitas ou de camuflarem o sistema, tentando ficar cada vez mais próximas da beleza eurocêntrica, dos cabelos lisos, as mulheres negras brasileiras, por um longo período (e algumas ainda persistem nesse caminho), manipulam seus cabelos buscando dominá-los, alisando-os com os mais variados tipos de alisamentos, como touca de gesso¹³, pente de ferro, vários tipos de escovas progressivas, entre outros meios mais antigos e mais modernos. É notório que esse processo de alisar o cabelo faz parte da proposta de serem aceitas nos espaços sociais e de serem mais competitivas no mercado de trabalho, onde são valorizados os padrões estéticos mais próximos da beleza branca. Muitas mulheres negras passam por um processo profundo de negação dos seus cabelos crespos, por isso a pequena representação midiática de mulheres negras com seus cabelos crespos.

E quando as mulheres negras resolvem assumir seus cabelos naturais, eles acabam servindo como signo de linguagem, representando um reconhecimento das raízes africanas, usado para resistir, denunciar, comunicar e informar sobre as relações raciais, sendo algo mais, sendo criativo, ousado, servindo, para muitas, como forma de expressão de um estilo negro de vida.

Entre tantas formas negras de expressar seus estilos de vida, através dos cabelos, destacamos: os *Dreads*. Segundo o dicionário é um estilo de cabelo, também chamado de *dreadlock*, que consiste em bolos cilíndricos de cabelo que aparentam ‘cordas’ pendendo do topo da cabeça, seu uso é muito antigo, tornando impossível datar o seu começo. Malachias comenta sobre o preconceito sofrido pelas pessoas que adotam os dreads:

Talvez por fugir drasticamente dos padrões de beleza adotados pela maioria da população ou talvez pela associação do estilo ao consumo de maconha, o usuário de *dreads* sofre imenso preconceito na maioria dos países.

O adepto desse estilo normalmente tem severos problemas para conseguir emprego, e quando o trabalho exige relação direta com o cliente é praticamente impossível conseguir a vaga. (2007, p.49).

¹³ Touca de gesso é um processo químico com a seguinte composição: líquido para permanente; creme para hidratação e farinha de trigo. Depois de aplicado no cabelo seco aguarda o endurecimento da pasta que deve ficar com a consistência de gesso. Depois de retirado os fios ficam alisados.

O uso dos dreads é polêmico, podendo ser considerado desarrumado, e passar bem longe dos padrões de beleza defendidos pela sociedade atual. A forma mais tradicional é recomendada para que seja feita em cabelos crespos, pois, de outra forma dificilmente conseguirá se manter. Além desse método, pode-se recorrer à utilização de ceras ou agulhas, podendo ser feitos em qualquer tipo de cabelo.

As *tranças africanas*, também chamadas de rasteira, raiz, nagô, agarradinha e de carreirinha, são muito utilizadas nas cabeças das meninas negras. É uma técnica que acompanha as relações entre mães/meninas negras desde a África. Na atualidade, podemos encontrar muitas mulheres negras resignificando o seu uso em suas cabeças, dando graça e colorido.

Algumas mulheres também, nesse caso, pouquíssimas, optam por rasparem os cabelos. Ficar “*careca*” carrega algumas mensagens simbólicas e nem sempre compreendidas. Raspam-se os cabelos para retirarem todos os resíduos de química de uma só vez, e retornarem logo ao natural. Ou ainda, em rituais religiosos do candomblé, como esclarece Malachias (2007), “raspar a cabeça tem significado iniciatório e de purificação. A cabeça (ori) representa o iniciado, mas, fundamentalmente, representa a identidade de seu orixá, portanto, é o centro da força vital, que significa axé”; A cabeça sem cabelos também é representada por mulheres doentes de câncer que passam por quimioterapia, e com muita coragem muitas assumem suas “*carecas*”; outras mulheres, assumem raspar seus cabelos, por opção estética, acreditam que são donas do seu corpo, dos seus cabelos e se consideram belas com suas carecas.

A Repórter do Jornal O Globo, Luiza Barros¹⁴, analisa os cabelos das meninas/mulheres negras na atualidade:

Basta um olhar atento nas meninas que andam pelas ruas para perceber: após anos e anos de um regime despótico, a chapinha já não dita tanto as ordens como antes. Longe de ter surgido como tendência de passarela, o retorno dos cabelos cacheados, crespos e volumosos é o reflexo de uma geração desencanada que faz a busca pela própria identidade falar mais alto do que as prescrições da moda ou da sociedade. (Barros, 2015)

É notório nas redes sociais, nos salões de beleza, nas ruas da cidade, nas escolas, a mulherada assumindo seus Blacks, seus cachos, seus cabelos com volume, os cabelos crespos deixando de ser um estigma de feiura, transformando-os em símbolo de beleza negra.

Emergem os salões de beleza denominados salões étnicos com o objetivo de tratar e valorizar os cabelos crespos, sendo sua clientela as negras de cabelos crespos, cacheados e volumosos. Abriremos, então, um espaço para tratarmos dos salões étnicos, pela função social

¹⁴ Luiza Barros repórter do Jornal o Globo, escreve para as versões online e impressa do caderno ela.

que eles representam, na autoestima das mulheres negras, na superação do complexo de feiura e inferioridade. Gomes faz um pequeno relato histórico sobre o surgimento dos salões étnicos:

O surgimento desses salões também se localiza num contexto histórico. Apesar dos salões populares que atendem a clientela negra ser uma realidade no Brasil há muitos anos, tais espaços não se autodenominavam étnicos ou afros e nem eram vistos enquanto tal. Eram salões de bairro, de fundo de quintal. Os espaços de beleza considerados étnicos surgem junto com a efervescência dos movimentos sociais, no final da década de 70, fortalecem-se nos anos 80 e nos anos 90 tornam-se mais visíveis e divulgados, sobretudo, nos grandes centros urbanos. Aos poucos esses espaços migram para o interior, porém, até hoje, não representam um número expressivo. Há questões sociais, regionais e econômicas que interferem nessa situação. (2012, p. 9).

Encontramos esses salões com maior frequência nos centros urbanos, mas eles também se instalam em regiões mais populares, estando localizados perto de bares, mercados, lojas, academias. Dessa forma, esses salões podem ajudar na circulação de ideias, mostrando seu trabalho para a sociedade, aparecer na mídia e, assim, contribuir para o debate político. Nesses espaços, a principal questão é o trato com os cabelos crespos, mas não é só sobre eles que esses espaços falam. Segundo Gomes, “o cabelo sozinho não diz tudo”, e tocar no cabelo do negro é tocar no corpo, ele representa uma identidade, a negritude. Cabelo e corpo não se separam e fazem parte da simbologia étnica.

Desta maneira, esses salões étnicos “podem” representar espaços onde se pode refletir e debater, incorporando em seus ambientes, discussões políticas e ideológicas, discutindo questões raciais, tratando da diversidade étnico/racial e muitas das vezes construindo projetos sociais. Nesses espaços, o corpo e o cabelo das negras deixam de ser estigma de vergonha e se transformam em representatividade positiva, comprovando que ser negra está estritamente ligado com a sua dimensão estética, com o seu corpo, com o seu cabelo. Gomes (2012) ressalta que não são somente os salões étnicos os únicos espaços de reflexão da negritude: a casa, a rua, as escolas, o trabalho, o lazer, os locais públicos e privados também fazem parte dos ambientes que proporcionam ou deveriam proporcionar o debate das questões raciais, sexistas e classistas que tanto impedem o empoderamento das mulheres negras brasileiras.

Cristiane Sobral¹⁵, autora do livro *Só por hoje deixa o meu cabelo em paz*, Cristiane Sobral também entra no debate sobre como a autoimagem das mulheres negras tem sido construída ao longo dos anos: “Essa autoimagem muitas vezes colocou a necessidade para uma aceitação social de utilizar um cabelo que fosse um cabelo preparado quimicamente para se aproximar dos cabelos lisos” (Geledés, 24/03/2017). A escritora afirma, assim, o que já

¹⁵ Cristiane Sobral, poeta e atriz brasileira, escritora de poemas que tratam da aceitação do cabelo crespo como formação da identidade da mulher negra.

debateamos nessa dissertação: em nosso país os padrões de beleza foram construídos para que os cabelos crespos fossem negados, sendo considerados esteticamente negativos.

Foi disseminada a crença de que os cabelos crespos são cabelos ruins, são cabelos que não crescem, são cabelos que não tem paciência, que não tem brilho. A crença de que o cabelo é ruim e de que é o cabelo que jamais vai poder ser aceito numa entrevista de emprego, numa balada, ou em uma festa de casamento é a negação da própria identidade (Geledés, 24/03/ 2017).

A escritora defende a aceitação do cabelo natural, não como uma imposição ou obrigação, mas sim como uma mudança na educação, na mídia, na própria identidade pessoal das mulheres negras. A aceitação do cabelo crespo, para Cristiane Sobral, *“é um ato de amor, uma maneira de gostar mais de nós mesmas”*.



Figura 7: Capa do Livro: *Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz*. Cristiane Sobral.

Analisando o pensamento de Sobral, da aceitação do cabelo natural não como uma imposição, mas como uma mudança de atitude nas escolas, na mídia, nas próprias mulheres, remetemo-nos, novamente, às pesquisas de Gomes (2003), refletindo sobre como as escolas

públicas e privadas estão tratando as questões da estética negra. Gomes sinaliza: “Lamentavelmente, a escola não aparece entre esses espaços de revalorização da estética, do corpo negro e do cabelo crespo”. (2003, p.5). Ao se analisar a forma da escola trabalhar com o corpo e a estética negra, percebe-se o desafio que é para os educadores lidarem com essa questão; segundo Gomes, essa deveria ser uma questão a ser trabalhada nas formações de professores.

Gomes (2003) ainda pontua: como os professores estão lidando com o corpo e cabelo das crianças e jovens negras/negros nas escolas? Duas questões se colocam relevantes para nossa pesquisa nesse momento. A primeira nos leva a perguntar: como as meninas negras estão se comunicando por meio do seu corpo e cabelo nas escolas? Como se apresentam esteticamente? Qual tem sido a sua postura na escola? E os profissionais de educação? Como historicamente os professores enxergam as meninas/jovens negras? Seus cabelos? Seu cheiro? Sua estética? Será que a grande maioria dos professores já internalizaram questões negativas contra a negritude, tornaram-se cegos, surdos e mudos sobre o que as meninas negras querem dizer em seus movimentos, suas ações, seus silêncios?

Dessa forma, o corpo representa nossa fala, nossa linguagem, falamos através dele. Professores trabalham no dia a dia com seu próprio corpo, somos seres corpóreos. No cotidiano de seu trabalho, os docentes se envolvem com seu próprio físico, sua mente e de seus alunos, de seus colegas de profissão. Esses corpos são tocados, são sentidos. Nessas trocas diárias, se envolvem com a lógica científica, mas também se relacionam pelo toque, pela visão, pelos odores, pela escuta. Na sala de aula acontecem as trocas, as interações se intensificam com o outro, com os sentidos.

Voltaremos, então, a analisar a questão da aluna da creche, exposta no portal do geledés e já citada no presente trabalho. A professora, ao lavar o cabelo das crianças, se envolveu com os seus corpos, com os seus cabelos, de perto sentiu seus cheiros, escutou os seus sons. Como esse corpo pequenino da menina negra deve ter ficado em seu silêncio? Pode não conseguir explicar o racismo manifestado, mas, com certeza, internalizou a dor de ter os cabelos crespos, considerado pela escola como duro, pixaim, difícil de manusear.

O preconceito racial sofrido por essa criança contra a sua estética, seu cabelo crespo, juntamente com muitos outros que nossas meninas sofrem no dia a dia das escolas, fica guardado em suas memórias. Mesmo quando passam para fase adulta e já superam o preconceito introjetado, as marcas do racismo continuam presente nas memórias. Na maioria das vezes, os (as) professores (as) não percebem, consciente ou inconscientemente, que, por causa desses preconceitos, as meninas negras se afastam da aprendizagem, dos trabalhos em

grupo, tornam-se tímidas, outras vezes violentas, incorporando complexos de inferioridade e de baixa autoestima. Além do cumprimento da Lei 10.639/03, torna-se necessário que as escolas discutam essas questões, que os cursos de formação de professores trabalhem com essa temática, que as Secretarias de Educação façam capacitações com seus docentes.

Seja por caminhos que muitos chamam de branqueamento, alisamentos, ou pelas novas formas contemporâneas de manipulação dos cabelos, percebe-se hoje a existência de formas mais positivas para lidar com o cabelo crespo. Gomes (2003) analisa que os salões de beleza étnicos, seus cremes mais acessíveis, os implantes e as tranças, contribuíram para uma estética negra dos cabelos crespos mais “aceitável” socialmente e, conseqüentemente, para uma diminuição nos apelidos pejorativos e preconceituosos, nos espaços públicos e nas escolas. No entanto, alguns questionamentos ainda são feitos por Gomes (2003): essa diminuição nos apelidos pejorativos se deu pelas novas técnicas de se tratar o cabelo crespo, mais acessíveis e baratas? Ou é uma forma nova do negro contemporâneo lidar com a diferença racial presente no seu corpo e no seu cabelo crespo? E nas escolas, realmente está acontecendo uma diminuição do preconceito contra os cabelos crespos?

É a própria pesquisadora que nos responde:

Se pesquisarmos mais a fundo, encontraremos a ação da comunidade negra organizada em movimentos sociais, dos grupos culturais negros, das comunidades-terreiro como partes importantes no processo de denúncia contra o racismo e de afirmação da identidade negra. Encontraremos também famílias negras que, atenta aos dilemas de seus filhos e filhas, enfatizam de forma positiva e de diversas maneiras a herança cultural negra. (2003, p.6).

Infelizmente, não é a escola que está produzindo representações positivas sobre as mulheres negras e seus cabelos crespos, mas sim os movimentos culturais, sociais e religiosos que saíram em defesa de sua negritude. Esses grupos e suas famílias cobram das instituições escolares uma posição responsável em defesa das questões raciais. Porém, é preciso ir mais além do que a instituição escolar, é preciso que negros/negras conquistem seus espaços na sociedade como um todo, no mercado de trabalho mais especializado, nos meios de comunicação, na publicidade, nas escolas de educação básica, nas universidades.

Ao pensarmos na conquista dos espaços públicos e privados pelas mulheres negras, entendemos que esse empoderamento começa pela aceitação dos seus fenótipos e, conseqüentemente, pelo pertencimento de seus cabelos crespos. O que seria então empoderamento? Sabemos que surgiu, enquanto conceito, nos anos setenta, como bandeira de luta do povo negro nos movimentos dos Direitos Civis nos Estados Unidos e pela valorização da raça negra na conquista da cidadania. Segundo Ana Alice Costa (2012): “Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus

próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir”.

Dessa maneira, o empoderamento das mulheres negras compreende mudanças radicais de estruturas que reduzem as mulheres negras a condições subalternas de gênero e raça, esse empoderamento acontece nas mudanças individuais e no coletivo.

Costa (2012) cita, segundo Stromquist¹⁶, os parâmetros do empoderamento:

- construção de uma autoimagem e confiança positiva;
- desenvolvimento de habilidades para pensar criticamente;
- a construção da coesão do grupo;
- a promoção da tomada de decisões;
- a ação.

A autora analisa que para atingir o empoderamento, as mulheres precisam conquistar alguns níveis de igualdade, satisfação pessoal, acesso aos recursos, consciência crítica, participação e controle. O bem-estar passa pela associação a uma autoimagem que lhe seja positiva, construindo acessos e recursos que lhe possibilitem pensar criticamente, fazer parte de grupos e a agir de forma autônoma, possibilitando a construção da autonomia de outras mulheres negras. Assim, a afirmação do feminino negro se constitui como um desafio em nossa sociedade racista e sexista, significando uma mudança na subordinação de negras a brancas, e a homens negros/brancos, garantindo autoridade, controle sobre seus corpos, cabelos, seu direito de ir e vir. Dessa forma, se empoderar é se legitimar como uma nova forma de poder, com formas diferentes de concepções democráticas, construindo novos grupos coletivos, com autonomia e com tomadas de decisões.

Gomes (2003) vem declarar que o processo de legitimação das mulheres negras é muito mais complexo, instável e plural:

Apesar das marcas negativas deixadas pelas experiências de discriminação, o negro se reconstrói positivamente. É claro que esse processo não se dá no isolamento e varia de pessoa para pessoa. Existem diferentes espaços e agentes que interferem no processo de rejeição/aceitação/ resignificação do ser negro...] (p.8).

A autora argumenta que a construção da negritude é possível, apesar das marcas negativas que negros/negras carregam em suas trajetórias, de discriminação racial, preconceito contra sua cor, seu cabelo, seu fenótipo. Para as mulheres negras, também pesa o fato de ser mulher nesse país historicamente machista. Essa construção positiva das mulheres negras não se dá no isolamento, podendo ser articulada a partir de variadas formas: por um ou mais membro

¹⁶ Stromquist, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educación. In. Leon, Magdalena. Op. cit. p.105.

da família, nos espaços políticos, na ação de docentes nas escolas, numa amizade, em relações íntimas, nos salões de beleza, na mídia em geral, ou em outros lugares possíveis.

Verificando que mulheres negras não estão sozinhas nesse caminhar, Gomes (2003) destaca o importante papel dos salões de beleza étnicos, a partir da realização de uma pesquisa etnográfica realizada pela mesma nos salões étnicos de Belo Horizonte, que apresentam no seu interior e na sua constituição locais de resistência, significativos e afirmativos de empoderamento feminino negro, valorizando os cabelos crespos, a beleza negra e possibilitando a autoestima. Segundo Gomes (2003): “Eles são espaços da comunidade negra. As pessoas que por ali circulam e as que ali trabalham enfrentam, cotidianamente, o desafio de ‘lidar’ com as questões concernentes à construção da identidade negra”. Nesses salões, as tensões e as questões sobre os cabelos e beleza das negras são problematizadas, discutidas, afirmadas, rejeitadas, negadas, encobertas, aceitas, ressignificadas e recriadas, contribuindo para o empoderamento.

A instituição escolar, como processo educativo, também tem muito para contribuir, pesquisando e refletindo sobre o corpo e cabelo negro, debatendo e analisando o preconceito e a discriminação existente na escola, construindo projetos pedagógicos alternativos que valorizem o corpo e cabelo na construção da afirmação positiva de ser mulher negra. Educadores e educadoras precisam estar se conscientizando, se empoderando, para fazerem parte da virada sobre essa injustiça histórica contra o feminino negro.

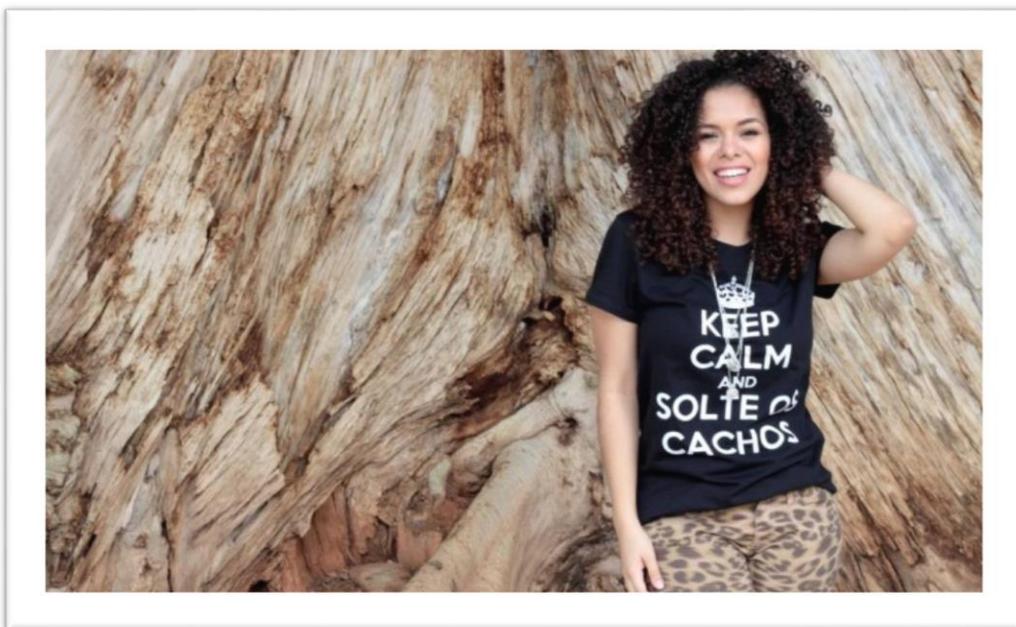


Figura 8: Blogueira Rayza Nicácio. (Fonte: Jornal O Globo, 2015)

Na mídia, jornais, passarelas, revistas, televisão, blogs e portais da internet, a mulher negra e seu empoderamento tem pedido passagem, algumas vezes mais ousadas, outras com

mais cautelas. A blogueira Rayza Nicácio¹⁷, argumenta, sobre os cabelos crespos: “Não sou contra o uso de química. Acho que a pessoa deveria conhecer o seu cabelo para daí ter a possibilidade de escolher. O problema é que as meninas crescem ouvindo que o cabelo não fica bom do jeito que ele nasceu”. (Jornal o Globo, 07/2015).

Linda e empoderada, Nicácio é clara ao dizer que o problema não é o uso de química, e sim o fato de adultos fazerem alisamentos nas crianças sem deixarem, ao menos elas conhecerem os seus cabelos e fazerem suas escolhas.

Em 14 de novembro de 2015, o jornal *O Globo-Baixada*, publicou uma reportagem com várias mulheres blogueiras negras da Baixada Fluminense, RJ. Na matéria, elas falam do processo de aceitação ao assumirem seus cabelos black, trançados e coloridos. As histórias são parecidas: quando crianças, o preconceito sofrido pelos cabelos e fenótipos; os relaxamentos ou alisamentos; os elogios recebidos com os cabelos lambidos pelas chapinhas. Até que um dia se rebelaram e quiseram conhecer seus cabelos, quiseram definir como eles deveriam ficar. São elas que falam como estão agora:

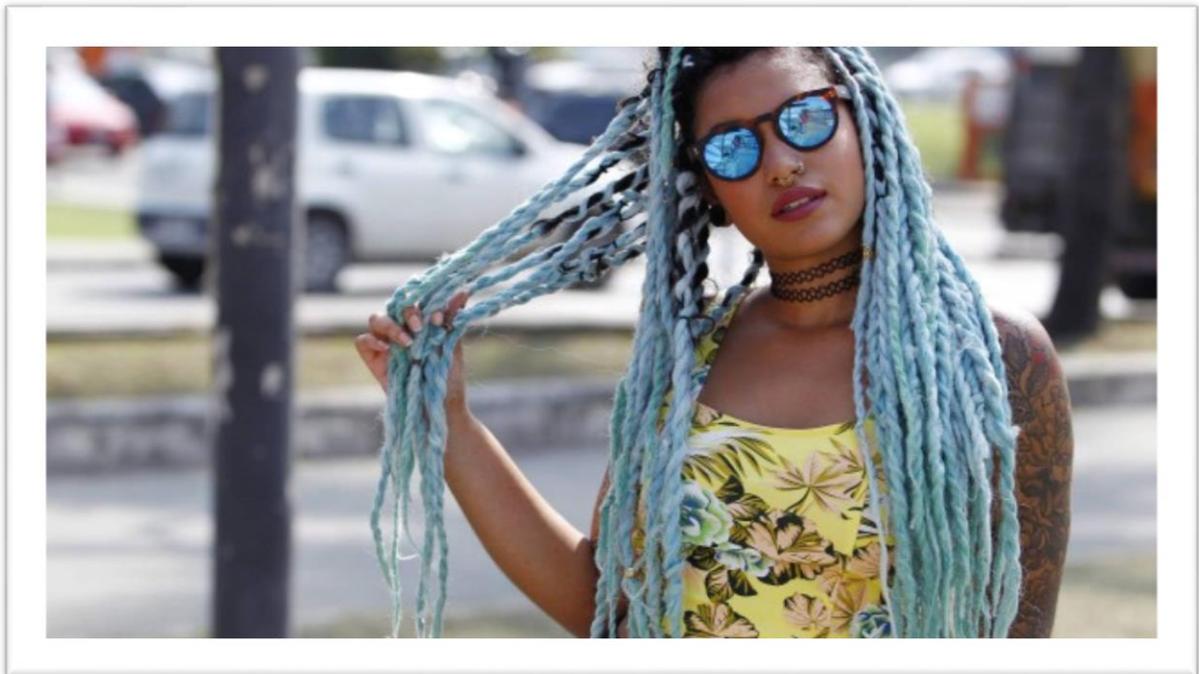


Figura 9 - Blogueira Thamara Laila. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015)

-Temos que criar moda e exaltar as nossas características. Mostrar que aqui também tem muita beleza. É para ter orgulho - diz. Para Tay, ter poder é aceitar quem você é. Sem medo. (Thamara Laila de Nova Iguaçu).

¹⁷ Blogueira Rayza Nicácio, que faz sucesso com seus cachos na internet.



Figura 10 - Blogueira Priscila Barbosa. (Fonte: Mazé Mixo, Jornal O GLOBO Baixada, 2015)

- Na adolescência somos muito levados pela moda. A referência era a chapinha, cabelo liso, lambido. Você entra no grupo e pronto – observa, ressaltando os questionamentos de mudança:
- Tinha medo de como as pessoas iam me ver no emprego, nas festas, nas reuniões. Assumir seu cabelo é fortalecer a sua personalidade. Deixei o medo e fui com tudo. (Priscila de Duque de Caxias).



Figura 1 - Blogueira Vanelli Brasil. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015)

- Lembro das mil vezes que saía correndo por causa da chuva. Eu era dependente de chapinha. Em boa parte, ele estava liso e preso. Chegou um momento que eu iria alisar para sempre ou assumiria os cachos. Escolhi a segunda opção.

Sorrindo, Vanelli continua:

- *Eu me reencontrei, e não pretendo alisar mais. Antes via o cabelo como acessório. Hoje vejo que é um complemento do meu ser. Eu me sinto mais confiante, mais bonita.* (Vanelli, moradora de Duque de Caxias, que serviu de inspiração para a irmã de 11 anos).



Figura 2- Leticia Lisboa. (Fonte: Thiago Freitas, Jornal O GLOBO Baixada, 2015)

- *Muita gente fala que é feio, trabalhoso. Precisamos manter e acreditar na nossa beleza. Mude sem medo e orgulhe-se.* (Leticia, sem medo de ser feliz, assume seu cabelo natural e dita moda com fios grisalhos).

Essas jovens mulheres negras são motivo de orgulho e respaldam, com suas falas essa dissertação. A satisfação e o poder de serem mulheres negras com seus cabelos crespos assumidos, o empoderamento que elas representam na Baixada Fluminense, são dados emblemáticos.

Capítulo 3 - Cabelo Crespo, mídia e aceitação: o caso do portal Geledés.

*Meu cabelo sem vestígios de lisura incomoda
 Não alisa nem se conforma
 Com os tais padrões não dialogo
 Imponho a minha diferença
 Minha marca de nascença
 Minha identidade.
 Preto no preto. Cristiane Sobral*

O terceiro capítulo se propõe a analisar os cabelos crespos representativos do povo negro, na discussão sobre os mesmos e a aceitação desses por meninas e mulheres negras, pela mídia, pelo sistema educacional e pela sociedade atual.

No primeiro momento, a proposta é relatar a história e os objetivos do Geledés - Instituto da Mulher Negra, e a importância social do Portal Geledés na defesa da cidadania e dos direitos humanos. As lutas dessa organização contra todas as formas de discriminação, sendo considerada uma ONG de Feminismo Negro do Brasil.

Na segunda parte, a ideia é refletir sobre as meninas negras na educação brasileira, para isso será realizada uma pesquisa qualitativa, no portal Geledés, dos casos de racismo sofrido por elas nas escolas, relacionados aos seus cabelos crespos e fenótipos negros, a interferência desses preconceitos na aprendizagem cotidiana. Refletindo o que os educadores, pais e órgãos governamentais de educação estão fazendo para ajudarem a desconstruir o racismo nas escolas, analisando a temática segundo os teóricos pesquisados nessa pesquisa.

Na sequência, o projeto é analisar algumas falas publicadas no Portal Geledés e sua relação com os autores estudados nesse trabalho, na tentativa de descobrir se as mulheres negras estão aceitando seus cabelos crespos e cacheados, e se essa postura representa uma mudança ideológica no sentido de afirmação e de empoderamento destas.

3.1 - O caso do Portal Geledés

"Menina, o mundo, a vida, tudo está aí! Nossa gente não tem conseguido quase nada. Todos aqueles que morreram sem se realizar, todos os negros escravizados de ontem, os supostamente livres de hoje, se libertam na vida de cada um de nós, que consegue viver, que consegue realizar. A sua vida, menina, não pode ser só sua. Muitos vão se libertar, vão se realizar por meio de você. Os gemidos estão sempre presentes. É preciso ter ouvidos, os olhos e o coração abertos."

(Becos da Memória - Conceição Evaristo)

O Portal do “Geledés” é um espaço que se propõem expressar publicamente as ações organizadas pelo “Geledés – Instituto da Mulher Negra”, no que se refere a defesa da cidadania e dos direitos humanos. Nesse espaço também celebram a contribuição de africanos\as, negros\as, e/ou afrodescendentes em suas mais variadas formas de expressões culturais, percebem que essas culturas constituem o patrimônio cultural de africanos\as e afrodescendentes de qualquer lugar do planeta.

O Portal busca representar o orgulho de pertencer às lutas delineadas por homens e mulheres africanos e afrodescendentes, do passado e do futuro, na construção e realização de seus sonhos de liberdade e igualdade.



Figura 3 - Logo Portal Geledés (2017)(fonte: <https://www.geledes.org.br>)

O Geledés - Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988, tendo sua sede no estado de São Paulo, estando prestes a fazer 30 anos. O Instituto é uma organização brasileira sem fins lucrativos, por entender que mulheres e negros padecem em desvantagens e discriminação no acesso às oportunidades em nossa sociedade, gerado pelo racismo e machismo hierarquizado, se propõem e se posicionam em defesa dos mesmos. A proposta é lutar contra todas as formas de discriminação que torna difícil a cidadania para “todos”, sejam elas: a lesbofobia, a homofobia, os preconceitos regionais, de credo, de opinião e de classe social. Se constituindo numa das maiores ONGs de feminismo negro do Brasil, organizando campanhas e ações significativas contra o racismo e o sexismo.

Segundo Luzia Gomes Ferreira (2004), o nome “Geledés” vem representar uma parte da obra de arte Africana, as Máscaras Geledés, palavra que originalmente indica uma sociedade secreta feminina religiosa que existe nas sociedades tradicionais yorubás, expressando a importância das mulheres sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem-estar da comunidade.

Como na África foram encontrados os primeiros vestígios do ser humano na terra, a Arte dos povos desse continente é considerada uma das mais antigas do mundo, tendo atributos peculiares, sendo considerada um bem coletivo útil e sagrado, apreciada por todos. Outro fator interessante é que a arte africana está intimamente ligada com a religiosidade. Nesse contexto, as Máscaras Africanas em geral são ligadas a rituais religiosos, de fertilidade da terra, de entretenimento e de guerras, são os homens geralmente que dançam mascarados, cobrindo todo o seu corpo. As máscaras são produzidas transcendendo o plano terrestre, tendo ligação com o sobrenatural, o divino. Para que essa ligação aconteça é preciso do corpo humano, este fará a intermediação entre o mundo físico e o não físico.

Essas Máscaras Africanas são expostas em museus de Artes e também usadas em rituais, entre eles a Sociedade Geledé. Essa Sociedade é composta e presidida apenas por mulheres com idade acima de quarenta anos. Seus rituais acontecem na Nigéria, numa região yorubá.

A Sociedade Geledé é composta por mulheres acima da idade da menopausa. Elas são consideradas Iya-mi, nossas mães. Como tal são temidas como aje (feiticeiras). As pragas duma mãe são as mais temidas nas sociedades Yorubá.

O poder das mulheres mais velhas na Sociedade Yorubá é essencialmente ligado a menopausa. A menstruação é concebida como o poder generativo da mulher. Nessa concepção, o sangue da menstruação leva todas as impurezas perigosas para fora da mulher. Quando a menstruação para, esse sangue é guardado dentro da mulher formando um reservatório de poder antigerativo e anti-conceptivo, ou seja, o poder de destruir, jogar pragas e fazer feitiços. (BRAZEAL, 2002 apud Ferreira, 2004).

A Sociedade Geledé é mais forte na região Ketu, entre o Benin e a Nigéria. Nota-se nessa sociedade a importância das mulheres, sua força benéfica, generosa e progenitora para essas comunidades. Valorizando o poder feminino ancestral, o temor das Geledés na comunidade Yorubá, seu prestígio e respeito.

A Sociedade Geledé Yorubá empresta seu nome ao Geledés - Instituto da Mulher Negra, que também se propõem ser dirigido por mulheres, defender os direitos femininos e lutar por condições melhores para as mulheres, principalmente para as negras que se encontram no último patamar da escala social brasileira.

Dentro dessa perspectiva, as áreas de atuação política e social do Geledés são as questões raciais, de gênero, e suas implicações com os direitos humanos, educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, com as pesquisas acadêmicas e as políticas públicas. Assim o Geledés desenvolve projetos próprios, e, outros, em parceria com organizações que também defendem os direitos de cidadania, que acompanham o Portal Geledés colaborando com o debate público no Brasil e no mundo.

Esses temas são debatidos de diversas maneiras, citaremos alguns projetos desenvolvidos pelo Geledés Instituto da Mulher Negra.

Na questão racial, unindo forças na luta dos movimentos negros para que sejam criminalizados o racismo e a discriminação racial nas suas diversas formas na sociedade brasileira, na defesa de políticas de ação afirmativa que contribuam para eliminar as desigualdades raciais e valorizar socialmente a população negra. O projeto SOS Racismo é um serviço de assistência jurídica gratuita que o Geledés oferece a pessoas vítimas de discriminação racial.

Nas questões de gênero, alinha-se com a agenda feminista, contra a violência doméstica e sexual que as mulheres são submetidas em nossa sociedade, pela igualdade entre os sexos no mercado de trabalho, pelos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto, contra os estigmas e modelos sociais que os meios de comunicação ditam sobre as mulheres.

O Projeto PLP 2.0 é um aplicativo criado para ajudar mulheres vítimas de violência, sendo um dos premiados pela OEA-CITEL (Inter - American Telecommunication Commission), juntamente com outros dois projetos de combate a violência contra Mulher, após vencer o 1º Desafio de Impacto Social Google Brasil em 2014, que por isso financiou a criação do aplicativo, sendo uma parceria do Geledés Instituto da Mulher Negra, de São Paulo e Themis Gênero e Justiça (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero) de Porto Alegre. Funcionando da seguinte forma: as mulheres em situação de violência procuram ajuda no sistema judiciário, concedendo a medida protetiva a elas, cadastra as mesmas com seus dados no aplicativo PLP 2.0. Assim em situação de emergência podem acionar o aplicativo, com apenas quatro toques no celular, de forma rápida, conectando a Segurança pública, as PLPs (Promotoras Legais Populares), amigos ou familiares.

Esse nome PLP 2.0 é uma referência ao Programa Promotoras Legais Populares que auxiliam mulheres vítimas de violência física ou psicológica há mais de 20 anos. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado do Brasil a utilizar oficialmente o aplicativo.

O Geledés criou também a pesquisa “*Mulheres Negras e violência doméstica: decodificando os números*”, realizada com o apoio do edital Fundo Sales sem Medo 2016, uma iniciativa do Instituto Avon e ELAS Fundo de Investimento Social. O e -BOOK-MULHERES NEGRAS e VIOLÊNCIA DOMÉSTICA decodificando os números – PDF, é uma produção que une a luta das mulheres negras por políticas públicas na prioridade por dados estatísticos sobre o feminicídio.



Figura 4 - e-Book (fonte:<https://www.geledes.org.br>)

O programa de Direitos Humanos do Geledés tem historicamente a perspectiva de visualizar a violação dos direitos humanos no Brasil pela exclusão racial e social, analisando modelos que violam direitos, dignidade humana, que configuram de maneira desproporcional no povo negro. A partir dessa visibilização, o Instituto Geledés se propõe desenvolver estratégias de enfrentamento, tais como: utilizar instrumentos jurídicos como ajuda a vítimas de racismo; capacitar lideranças comunitárias para o exercício dos direitos de cidadania; sistematizar e produzir conhecimentos e estratégias educativas que contribuam para o ingresso das mulheres negras na política, na defesa dos seus direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

O Projeto “Promotoras Legais Populares – PLPs - Capacitação de Lideranças femininas Comunitárias” tem por objetivo habilitar mulheres jovens e adultas da comunidade em direitos humanos e direitos das mulheres, dando informações, instrumentalizando e fortalecendo a busca da cidadania e o caminho para a conquista da justiça. Esses cursos contribuíram para revelar lideranças femininas que atualmente contribuem como educadoras, agentes de cidadania na solução de problemas vividos por inúmeras mulheres (separação, pedido de pensão alimentícia, violência doméstica, entre outros).

Em uma parceria do Geledés – Instituto da Mulher Negra com a Secretaria de Políticas foi criado o Projeto “Curso Promotoras Legais e Populares” (2015), no qual as mulheres da Prefeitura de Itaquaquecetuba, cidade de São Paulo, e da ONG Instituto de Cidadania Raízes, receberam cursos à distância com os temas: Violência contra as mulheres; Saúde integral das mulheres; Tráfico de pessoas; dentre outros temas direcionados aos direitos humanos das mulheres.

No que tange à Educação, parte-se do princípio que esta é um direito humano, e que compete ao estado brasileiro a garantia desse direito, e aos sistemas de ensino a efetivação adequada dessa educação a todas as pessoas, sendo essa uma obrigação nacional e internacional. Por isso, o Geledés pauta a sua ação para assegurar, proteger e expandir os direitos educativos de negros e negras. Dessa maneira, o Geledés atua em rede com os diversos setores da sociedade civil nacional, na defesa de uma educação pública de qualidade e por mais investimento no sistema educacional.

O Geledés desenvolve projetos que ajudem a implementação da lei 10.639\03, que colaborem com a formação de profissionais de educação e com publicação de materiais didáticos que ajudem no combate ao racismo e sexismo. Entre eles: o Concurso de Planos de Aula do Portal Geledés, aplicando a Lei 10.639\03, que tem o objetivo de incentivar os professores das escolas públicas do Brasil a inserir o ensino de cultura negra e sua diversidade nas atividades de sala de aula; O Projeto Rappers que foi desenvolvido de 1992 a 1998, organizado especificamente para a juventude negra com o objetivo de refletir sobre os preconceitos sofridos pela juventude rappers e a realização de palestras com bandas de rappers.

O Programa de comunicação do Geledés percebe a “comunicação” como um direito humano, vital para os movimentos sociais como um todo e para as mulheres negras em particular, sendo um instrumento de visibilidade, e estando intimamente ligado ao empoderamento. Sendo assim, o Geledés investe na capacitação de mulheres negras em comunicação, mídia, advocacy e na atuação dessas mulheres em rede, se constituindo numa estratégia para a formação em educomunicação e empoderamento de ativistas e instituições dos movimentos sociais.

Em relação a saúde, o Instituto Geledés realiza conexões políticas com os movimentos sociais e outras organizações não governamentais, na intenção de participar da elaboração e implementação de políticas públicas na área de saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos, que visem as necessidades e interesses de mulheres negras e da população negra em geral. Para isso, desenvolvem projetos e propõem a implementação do Plano Nacional de Saúde da População Negra, com a proposta de ver redução dos padrões superiores de morbidade e mortalidade da população negra.

O Geledés se encontra presente em diversas iniciativas da sociedade civil de “Monitoramento e Incidência em Políticas Públicas”, seja na esfera municipal, estadual ou federal, no intuito de promover a igualdade de gênero e raça. Internacionalmente, atua nas iniciativas da ONU, acompanha os trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; participa dos esforços de diversas organizações da sociedade civil das Américas pela aprovação da Convenção Interamericana de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O Geledés Instituto da Mulher Negra possui status consultivo na Organização dos Estados Americanos – OEA.

Eis alguns nomes importantes da História do Geledés, nesses 29 anos; iniciaremos por suas Presidentas: Maria Lúcia da Silva de 1988 a 1994, Sônia Marília do Nascimento de 1994 a 2000, Maria Aparecida da Silva 2000 a 2003, Solimar Carneiro 2003 a 2009, Nilza Iraci da Silva 2009 a 2014.

Atualmente, a nova diretoria do Geledés Instituto da Mulher Negra é composta por: Conselho Diretor: Presidenta: Maria Sylvia Aparecida de Oliveira, advogada; Juciara Almeida Souza, Vice-Presidenta, assistente social, Promotora Legal Popular de Geledés e Defensora Popular pela OAB-SP; Lilian dos Santos Ribeiros, gestora de RH e MBA em administração empresarial é a Secretária. Essa atual diretoria tem mandato até 30\04\ 2018.

Sueli Carneiro – Coordenadora Executiva e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, Filósofa, doutora em Educação, coordena a área de Direitos Humanos do Geledés, editora do Portal Geledés, coordenadora do Projeto PLP 2.0. Também é diretora vice-presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e ativista do Movimento Feminista e do Movimento Negro do Brasil.

Sendo considerada uma das principais autoras do feminismo negro do Brasil, defende as questões das mulheres negras. Autora de artigos sobre raça, gênero, direitos humanos, com publicações nacionais e internacionais, criou um programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico, com psicólogos e assistentes sociais para atender as mulheres. A Filósofa é autora da obra Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil (Selo Negro 2011), que faz parte da coleção Consciência em Debate.

Sônia Maríá do Nascimento – Programa Promotoras Legais Populares, é advogada, uma das fundadoras do Geledés, sendo presidenta desse instituto por dois mandatos seguidos. Coordenou os seguintes Projetos: SOS – Racismo de Assessoria Jurídica às Vítimas de Discriminação Racial de 1994 a 1998 e o projeto de Atendimento Psicossocial às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual;

Nilza Iraci da Silva - Presidenta e coordenadora de comunicação do Geledés, é comunicadora social, coordenadora da articulação de ONGs de Mulheres Negras, tem se dedicado desde 1988 em projetos que visam formar e capacitar mulheres negras em TICs, Comunicação, Mídia e Advocay. Tendo sido uma das brasileiras indicadas para o Prêmio Nobel da Paz, numa campanha em que mil mulheres foram indicadas para concorrer esse prêmio;

Suelaine Carneiro – Coordenadora do programa de Educação do geledés, é socióloga, sua ação tem como objetivo verificar e exigir a garantia do direito à educação pública de qualidade. Atua como Assessora da Relatoria do Direito Humano à Educação, projeto vinculado à Plataforma DHESCA (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais). Desenvolve projetos de formação de professores, de ação afirmativa, voltados para as questões raciais e de gênero em parceria com escolas, faculdades e universidades.

Solimar Carneiro – Coordenação Executiva, membro fundadora do Geledés, foi presidenta do instituto por seis anos e representante do Geledés no CASC – Conselho Acessor da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

Érica Pereira – Coordenadora Executiva – Administração e Finanças, gerente administrativa do Geledés.

Cleber Jericó da Silva – Atua no SOS Racismo de Geledés Instituto da Mulher Negra (2007), atende e orienta vítimas de racismo e injúria por conotação racial (Lei 7.716\89 e artigo 140§3º do Código Penal Brasileiro); Rodnei Jericó da Silva – Advogado – Direitos Humanos. Atual coordenador do projeto SOS Racismo, um programa que oferece assistência jurídica gratuita às vítimas de discriminação racial; Thereza Ferraz – colaboradora do Geledés, Psicóloga especializada em saúde Pública, orienta mulheres em situação de violência e em oficinas sobre autoestima nos cursos de Promotoras Legais Populares de Geledés, desde sua primeira turma; Otávio Augusto de Sena – Responsável pelas atualizações no Portal Geledés; Odemur Marangoni – Empreendedor, analista de sistemas e consultor do Portal Geledés.; Antônio Carlos “KK” dos Santos Filho – Web Designer do Portal Geledés; Adriana Graciano – Voluntária - trabalha como tradutora, intérprete e escreve críticas literárias para o Portal Geledés; Natalia de Sena – trabalha na atualização de conteúdo do Portal Geledés; Carlos Eugênio Marcondes – Voluntário – Pesquisador e tradutor.

Nas próximas páginas será realizado análises reflexivas de alguns temas veiculados no Portal Geledés, referentes aos temas “Meninas negras e o orgulho das madeixas” e “Mulheres negras redescobrimo os fios”.

3.2 - Meninas negras e o orgulho das madeixas

MEU CABELO É MEMÓRIA,

Ancestralidade, identidade e muuuito AMOR.

Aline Oliveira\ @nos do cabelo).

Refletindo sobre as crianças negras e seus cabelos, a primeira coisa que vem em mente é que pais nenhuns querem ver seus filhos e filhas sofrendo preconceitos raciais por sua estética e seus cabelos crespos, que devem ser aceitos como identidade dessas crianças. Por outro lado, as escolas, ao invés de coibirem o bullying, reprimem essa estética tentando uniformizar todas elas. As famílias precisam estar atentas e não aceitarem essas atitudes.

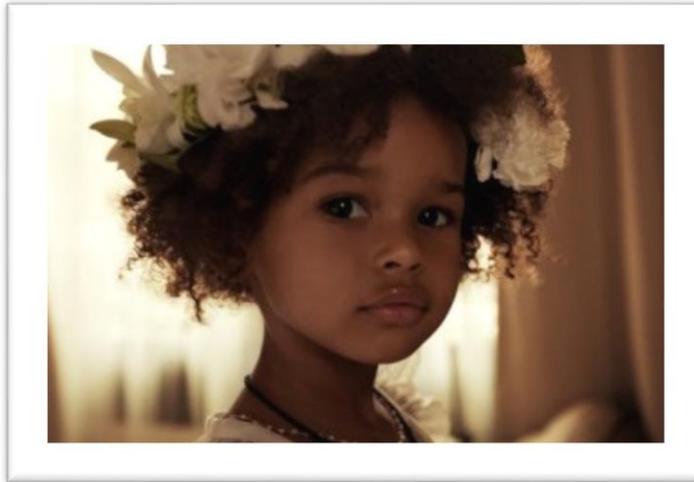


Figura 55 - Menina (fonte:<https://www.geledes.org.br> - 01/01/17)

A psicopedagoga Alessandra Bizeli Oliveira¹⁸ defende, na reportagem do Portal Geledés de 01/01/2017, “*Filhos que sofrem preconceito por ter cabelo crespo – veja o que fazer*”, por Jessica Moraes, que os pais precisam prestar atenção no que seus filhos estão passando nas escolas, e estar junto com a direção das mesmas buscando soluções. Quanto às escolas, essa profissional advoga:

“A escola é um ambiente que permite a convivência entre crianças de várias raças, culturas e níveis socioeconômicos, devendo dispor de projetos pedagógicos que visem o trabalho com a diversidade e o respeito, sem se tornar conivente com o preconceito silencioso. A mãe pode e deve cobrar um posicionamento da escola em relação a isso”.

Oliveira (2017) coloca que é na família que tem que acontecer a formação identitária, onde essas crianças aprendem a se aceitarem, se amando, respeitando a imagem que têm de si mesmas, e construindo sua autoestima. E os pais têm que servir de modelo e devem conversar com as crianças sobre preconceitos e como sobrepôr a eles na sociedade, colaborando para que os pequenos fiquem menos inclinados a serem influenciados pela mídia e aos padrões de beleza impostos pela sociedade contemporânea.

A psicopedagoga, inclusive, colabora com dicas práticas que possam evitar traumas futuros nas crianças negras. São elas:

- 1- Busque por escolas que possuem um projeto que trabalhe questões como diversidade, preconceito, racismo e que esteja de acordo com os valores da família;
- 2- Assista filmes, programas e fale de personagens importantes cultural e historicamente que se parecem com a criança;
- 3- Procure sempre servir de exemplo e modelo para a criança;

¹⁸ Alessandra Bizeli Oliveira Psicopedagoga e Psicanalista

4- Reforce a leitura de livros adequados para a idade que tratem de temas relacionados às diferenças, não apenas dos cabelos, mas as diferenças em geral que existem na sociedade;

5- Faça com que seu filho se sinta amado, aceito e valorizado como é!

Gomes e Malachias coadunam com Oliveira nesse debate defendendo que as famílias, sendo o primeiro grupo social, precisam estar alertas, fortalecendo as identidades étnico raciais das crianças. Porém, advogando que as escolas brasileiras deveriam, mas, em sua grande maioria, não estão trabalhando as questões raciais e sim referendando padrões estéticos que tentam uniformizar todas as diferenças existentes nesse grupo.

Em outra reportagem do Portal Geledés (25/11/16), lemos: *Mãe descreve racismo contra a filha e faz apelo emocionante: “triste por mim e por ela”*. Por Carla Nascimento, do Extra. A mãe da menina negra de 12 anos faz o seguinte relato: a filha chegou em casa triste, não sendo a primeira vez que isso aconteceu. Chorando muito, a menina precisou da colega para contar à mãe o que havia acontecido com ela na escola, em Nova Iguaçu, e no caminho para casa. A adolescente sofreu ameaça por parte de cinco colegas, sendo discriminada por seus cabelos crespos em atos racistas com deboche, xingamentos e intimidação. A mãe, assustada com a situação, fez um relato emocionada no seu perfil na rede apelando para que fatos como esse não aconteçam mais.

Defendeu que crianças negras merecem respeito, cor da pele e cabelo liso não representam o caráter de ninguém. Questionou, que quantos negros ainda precisam chegar em casa chorando para isso ter um fim, pedindo um basta dessa situação. Afirmando que não ia se calar, que já se calou muito, e não vai ficar quieta agora por que não pretende ver a filha sofrer de novo.

O Portal Geledés, cita a fala da mãe ao Extra, quando soube do ocorrido:

- Eu me vi nela. Quando era criança, me chamavam de neguinha do cabelo duro, cabelo de bombril, então quando vi o que ele tinha passado fiquei triste por ela e por mim. Ela sofre com racismo desde o maternal, quando tinha 2 ou 3 anos. Um dia, uma menina disse para outra amiguinha não brincar com a minha filha por que ela é preta.



Figura 6 - Caso de Racismo contra criança (fonte: <https://www.geledes.org.br> - 25/11/16)

Renata, mãe da adolescente em questão, argumenta que a filha precisa acreditar que é linda, que ela obteve quatro mil compartilhamentos e centenas de comentários de seu post na internet incentivando sua menina. Na espera que sua filha e outras meninas possam não mais passar por esses constrangimentos, se retraindo, se escondendo. Renata também revela que foi à escola reclamar e que as coordenadoras chamaram os alunos envolvidos para conversar, e adverte, se os alunos não forem punidos ela fará queixa na delegacia.

No momento, a preocupação primeira da mãe é o cuidado com a adolescente, que, pelo sucesso com a postagem, recebeu ofertas de sessões de fotos, entrevistas, presentes e muitos elogios, o que para a mãe representa meios de resgatar a autoestima da adolescente.

Malachias alia-se com o discurso da mãe Renata quanto ao chamamento preconceituoso dado aos cabelos crespos das meninas negras, indo mais longe, colocando que esses termos são ditos até por alguns profissionais das escolas.

Outro chamamento preconceituoso utilizado por agentes escolares, educadores e até mesmo pelos próprios familiares das crianças é “cabelo pixaim”. A definição deprecia o cabelo crespo, “encarapinhado” (tipo carapinha), característico dos negros, pelo fato de não ser naturalmente liso. Porém, essas pessoas desconhecem que, no Brasil, o emprego desses termos pode ser considerado racista e, portanto, criminoso. (Malachias, 2007, p.12)

Demonstrando assim, como os cabelos e os fenótipos negros são desrespeitados na educação escolar e na sociedade como um todo, entendendo que a escola é um espaço tenso, mas, que também se desenvolve a construção da identidade negra, mesmo que nem sempre sejam vista de maneira positiva.

Vivenciando outro debate ocorrido no Portal Geledés (29/03/17), no palavras de Preta: “*Tem racismo na escola sim. É só perguntar as crianças negras*”.



Figura 77 - Racismo na escola (fonte: <https://www.geledes.org.br> - 25/03/2017)

Será essa a escola que temos hoje em nosso país? Uma escola que não enxerga o monstro racista que tem dentro de si, a postagem dessa data coloca que sim, que a instituição escola é e sempre foi muito racista.

No período escolar, as crianças negras sofrem violências racistas que buscam desconstruir seus corpos negros, seus sonhos, sua vida a uma possibilidade de serem gente negra sem sucesso, que não chegará a lugar nenhum na sociedade. Os profissionais de educação foram formados em práticas sociais eurocêntricas, e não se capacitam em abordagens anti-racistas, valorizando as imagens de beleza e corpo europeizante, desconsiderando as crianças negras com seus fenótipos africano, reiterando os estereótipos racistas e transgredindo os direitos das crianças negras de desenvolverem suas potencialidades.

Segundo o Portal:

Professoras e professores tem menos afeto, paciência e insistência pedagógica quando se trata de crianças negras, não insistem no processo de aprendizagem porque trazem uma noção de negritude que é o negro burro, tem tanta certeza de que os lugares subalternos são o destino da população negra que ao se relacionarem com uma criança negra na escola já tem uma sentença: Não precisa ensinar, gente preta nunca chega lá.

Partem do princípio que esse povo que foi escravizado, que tem cabelo daquela marca de palha de aço..., não vão aprender mesmo, e esses alunos constroem seus silêncios, aprendem a não serem vistos, mas, em casos de indisciplina, são sempre os acusados, os suspeitos número um.

Nos contos infantis trabalhados nas escolas, enfatizam a pele branca e os lindos cabelos lisos de meninas e meninos, seus protagonistas; os negros, seus cabelos e sua cor, quando

mencionados, são em forma de desdém ou representando pessoas ou crianças desonestas, endiabradas ou incompetente. Como exemplo, o saci Pererê e o negrinho do Pastoreio.

Nos livros didáticos, a história se repete, personagens negras não retratam nem 20% das imagens contidas neles e, quando estão presentes, representam papéis subalternos estereotipados, com ilustrações normalmente animalizadas e deturpadas.

Assim, as práticas pedagógicas reproduzem os conteúdos racistas e impregnam as instituições educacionais, sendo traduzido nos sistemas de avaliação básica, onde fica caracterizado que crianças em mesma situação econômica, social e familiar, as negras, tendem a aprender menos que as brancas porque ganham menos atenção.

O Portal Geledés afirma:

Um país racista com extrema resistência em assumir-se como tal, produz um projeto pedagógico que dilacera a possibilidade de vivência de negritude desde o positivo, determina que as crianças negras estabeleçam uma relação de negação de sua identidade racial, estabelece um ideal de ego branco e inalcançável, viola os direitos das crianças negras e impacta o desenvolvimento de seu potencial. É preciso que pautemos isso. Que a escola se perceba uma instituição que é produzida por relações racistas, mas que também produz o racismo, ou fazemos isso ou continuaremos lidando a dor de ter que lidar com meninas e meninos negros, que na escola aprenderam a odiar seu nariz, sua boca e seu cabelo.

Silva (2015) harmoniza seu pensamento com a postagem do Portal Geledés (2017) quando se apercebem do sofrimento que a educação racista europeizante das escolas que desconsideram as potencialidades e singularidades das crianças negras. Reforçando que na alfabetização as crianças negras aprendem a língua do colonizador, a dos seus ancestrais é considerada inferior e a imposta vai ajuda-los a embranquecer.

Na desconstrução dos corpos e fenótipos negros, a escola fortalece o preconceito racial. Gomes analisa como essa experiência permanece guardada na memória dessas crianças:

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro. Nem sempre os professores e as professoras percebem que, por detrás da timidez e da recusa de participação de trabalhos em grupos, encontra-se um complexo de inferioridade construído, também, na relação do negro com a sua estética durante a sua trajetória social e escola. (2003, P.7).

Portanto, a autora citada acima considera que a falta de preparo dos professores para lidarem com as questões raciais, na sua formação acadêmica e no cotidiano escolar, contribuem para reforçar o estereótipo de que as crianças negras são ‘burras’, ‘não aprendem’; assim, as mesmas, no universo escolar, encontram duas alternativas: se isolam, silenciando, ou se tornam

indisciplinadas. Todos esses fatores contribuem para a baixa avaliação escolar. Nas estatísticas de avaliação escolar esse problema pode ser observado. O Ipea vem colaborar com esses dados:

Um dos indicadores selecionados é a taxa de analfabetismo, que vem caindo de maneira importante no Brasil nas últimas décadas, mas que ainda não atingiu os patamares ideais e, nesse caso, apresenta um diferencial racial importante: em 2015, entre as mulheres com 15 anos ou mais de idade brancas, somente 4,9% eram analfabetas; no caso das negras, este número era o dobro, 10,2%. Entre os homens, a distância é semelhante. (Ipea, 2017 p.2).

Fazer parte de um segmento étnico/racial estabelece as relações vividas nas escolas do Brasil, e isso é percebido nos momentos de avaliações, nas probabilidades de desempenho escolar e até mesmo nas relações estabelecidas nesse grupo. Isso explica a porcentagem diferenciada entre meninas negras e brancas na citação acima.

Munanga também entra nesse debate:

Os que pensam que a situação do negro no Brasil é apenas uma questão econômica, e não racista, não fazem esforço para entender como as práticas racistas impedem ao negro o acesso na participação e na ascensão econômica. (2012, p.19).

Unindo o pensamento de Munanga com a reportagem do Portal Geledés, entendemos o quanto o Brasil é um país racista, e no que se refere às desigualdades sociais a mesma continuará existindo se essa situação não for transformada.

Gomes (2002) em conformidade com esse fato citado, discute como o espaço escolar não representa os negros de forma positiva, estando sempre negativados ou inferiorizados nos livros pedagógicos, nas fábulas e lendas infantis, nos cartazes colados nas paredes das escolas, nas falas pronunciadas e nas diversas relações existentes nesse meio. Sem contar os cabelos das meninas negras que são sempre classificados como “ruim”, contribuindo para a certeza de que as escolas brasileiras, públicas ou privadas, são mesmo racistas.

Enfim, Nogueira (1998) junta-se a esses autores e ao debate do Portal para defender como as escolas e a sociedade brasileira desvalorizam as singularidades das crianças negras, do seu corpo, da sua cor, dos seus fenótipos, negativizando, excluindo, privando de condições humanas e sentenciando ao fracasso.

Será que essas escolas não estão olhando para si mesmas? Viviana Santiago no Palavra de Preta, vem propor o debate.



Figura 8 - Racismo na escola (Fonte: <https://www.geledes.org.br> - 07/04/2017)

“O desafio da escola no enfrentamento ao racismo é olhar para si mesma” (Portal Geledés, 07/04/17).

Santiago vem propor a discussão da escola como espaço de socialização. Para avaliar como crianças e adolescentes permanecem parte de seu dia nesses estabelecimentos e as pessoas que ali trabalham representam as que passarão mais tempo durante a semana com elas, sendo um dos espaços mais importantes de relações, de aprendizagens de conceitos e autoconceitos. Reconhecer a importância dos espaços escolares para a formação de meninos e meninas e propor o debate de como as escolas podem se alinhar com a luta antirracista.

Quando se fala da sala de aula, do recreio, da quadra de esportes, da sala da coordenação (mesmo que só para ouvir reclamações), do caminhar livremente pela escola, todos esses ambientes são repletos de dinâmicas educativas, onde as relações entre crianças, adolescentes e o mundo, estão sendo mediadas.

Dessa forma, uma prática discriminatória, intolerante com a diversidade racial e étnica, que valoriza rótulos preconceituosos, que evidencia um permanente conflito nas crianças negras, entre assumir ou negar sua negritude. A autora propõe os questionamentos: que cada profissional que trabalhe nas escolas reveja e busque suas expectativas com relação aos estudantes; que esperem e se importem da mesma forma com crianças brancas e negras; que expressem seu afeto independente de gênero, raça e classe social; que questionem, para quem as oportunidades de aperfeiçoamento escolar são oferecidas.

Se faz necessário entender as pluralidades étnicas existentes nesses ambientes da escola, valorizar cada singularidade ali representada e atuar nas diversas concepções ali reveladas. Santiago defende:

O currículo escolar antirracista é aquele que indo para além do eurocentrismo apresenta uma história humana que não posiciona apenas Europa como o centro do conhecimento, fazendo um epistemicídio com toda a contribuição dos povos negro e indígenas na história; mas que respeita o desenvolvimento de todos os povos e aponta para um conhecimento de África que possibilite as crianças entender que África não nasce com a escravidão nem ali se encerra, mas sim perceber uma África positiva, viva e com uma história interligada a própria história da humanidade. (Portal Geledés, 7/4/17).

O racismo existente nas escolas impede a construção da individualidade de todos os alunos, sendo desumano para as crianças e adolescentes negros, que crescem acreditando que são inferiores, e orientando as crianças brancas a se relacionarem pautadas em exercícios de dominação. Acreditando que é possível a escola se engajar numa luta antirracista, a autora defende:

O engajamento da escola na luta antirracista é possível, e exige a revisita de todos os seus espaços, dinâmicos e processos, exige que educadoras e educadores reconheçam o impacto da socialização racista na vida de crianças brancas e negras e que atuem de maneira a promover o afastamento dos estereótipos raciais incidindo para uma vivência de cidadania plena que permita a todas as pessoas na escola viverem plenamente sua humanidade e desenvolverem completamente seus potenciais.

Gomes vem contribuir com essas reflexões:

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdos. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las. (2003, p.4).

Reconhecendo as escolas como espaços ímpar de aprendizagens onde crianças e adolescentes passam a maior parte de seu tempo, as relações pessoais ali negociadas, interferem na construção das identidades desses sujeitos, o olhar singularizado para brancos e negros, para as culturas ali representadas, colaboram para valorização ou descriminalização dessas meninas e meninos. Contribuindo para que as crianças negras possam ter uma atitude de negação ou aceitação de sua negritude.

Por isso, esse currículo atual das escolas que só valoriza a cultura ocidental precisa ser revisto, Munanga coaduna com esse pensamento quando nos diz que a história do continente africano precisa estar nos currículos educacionais brasileiro, as crianças precisam saber que a África existia antes dos povos negros serem escravizados e que continua existindo enquanto continente desse planeta terra. Precisa se desmitificar que só existe uma cultura, a 'branca', só conhecendo a cultura e a história do povo negro africano é que ela será valorizada.

Considerando a dificuldade das escolas de falarem e construírem práticas antirracistas, Malachias harmoniza seu pensamento com Viviane Santiago, e defende:

Falar de racismo, discriminação e preconceito racial no Brasil não é algo tão simples, considerando a crença no mito da democracia racial, ainda presente na mentalidade

de muitos brasileiros. Falar de práticas racistas na escola também não é fácil, porque o tema obriga um olhar interiorizado de cada agente educativo, que precisa assumir suas limitações e dificuldades no relacionamento com a diferença. (2007, p.42).

As escritoras acreditam que é possível as escolas entrarem nessa luta, reformulando seus espaços, seus discursos, suas ações, verificando o impacto do racismo nas crianças negras, estimulando o afastamento dos estereótipos racistas, olhando para dentro de si mesmo, assumindo suas limitações e procurando construir meios de superá-las.

Gomes reforça o papel dos educadores e educadoras na construção de uma educação antirracista:

A escola tem um papel importante a cumprir nesse debate. Os (as) professores (as) não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais. Antes, devem cumprir o seu papel de educadores (as), construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula. Para tal é importante saber mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial. (2005, p.60).

No Brasil já existe a Lei Federal de 10.639/03 que determina o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas redes públicas e privadas, em todos os níveis de educação do país. No Portal Geledés, vamos encontrar questões que nos possibilitem refletir sobre as condições que esta Lei se encontra no sistema Educacional Brasileiro.

“Ensino de cultura africana é lei mas ainda precisa melhorar”- Portal Geledés, Por Agência USP, 26/02/2016.

Segundo o professor de Língua Portuguesa e Literatura que nos fala nessa reportagem, André de Godoy Bueno, autor da dissertação de mestrado Literaturas africanas e afro-brasileira no ensino fundamental II, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, em 2005, “Apesar de a Lei ter sido promulgada em 2003, ainda hoje encontramos universidades que não trabalham esse conteúdo na formação docente”. (Portal geledés – 02/2017). O pesquisador coloca que a Lei 10.639/03 ainda hoje encontra obstáculos para ser realmente efetivada, além da falta de formação dos docentes pelas universidades, sua efetivação nas escolas de educação básica e ensino médio depende de professores buscarem seus materiais didáticos; do preconceito por parte dos profissionais da educação, dos pais e de alunos; da falta de conhecimento da Lei e até falhas do poder público Federal, estadual e municipal ligados ao sistema educacional.

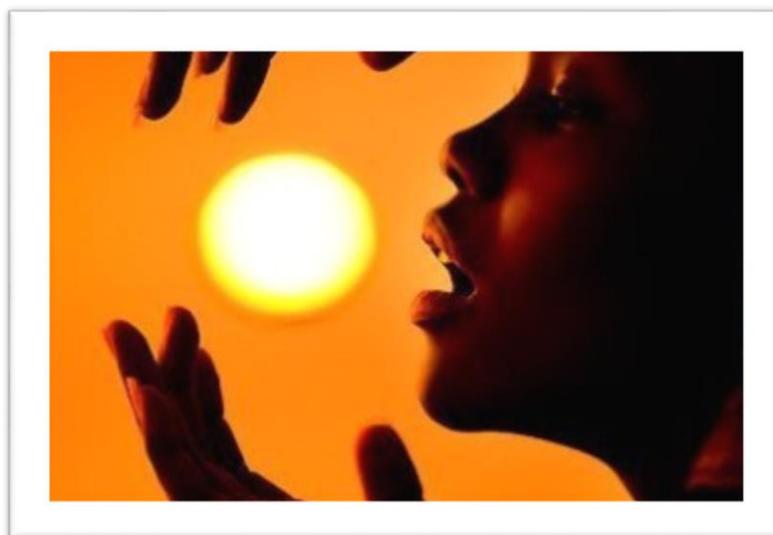


Figura 9 - Lei 10.639/03 (Fonte: <https://www.geledes.org.br> - 26/02/2016)

Segundo Bueno muitos alunos, pais e até docentes ainda são preconceituosos quanto à temática, achando que vão falar de religião. Mesmo a Lei sendo obrigatória, apenas alguns educadores aplicam em suas aulas, muitos por serem negros, outros por se identificarem com o tema, e outros não trabalham por falta de interesse ou falta de formação.

Para abordar o continente africano, o pesquisador sugere que seja trabalhado as diferenças dos 50 países independentes, suas histórias, culturas e literaturas diversas e diferenciadas. Propõe também que se trabalhe a colonização, e a aproximação do Brasil com outros países africanos que passaram pelo mesmo processo de escravidão. Outra opção é trabalhar com autores de países africanos de Língua Portuguesa, por exemplo, o moçambicano Mia Couto; o Angolano nascido em Portugal, José Luandino Vieira. Ou afro-brasileiros como Lima Barreto, indica também escritores contemporâneos como Cuti, pseudônimo do escritor Luiz Silva, defendendo que existem outros nomes que podem ser trabalhados pela escola.

A Lei federal é assim determinada pelo Ministério da Educação:

Nesse contexto, o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. (2005, p.7).

Após essa lei, acredita-se que as escolas possuem função primordial de construir uma pedagogia da diversidade, ensinando e aprendendo sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, ajudando a superar os preconceitos sobre os negros e negras, denunciando o racismo existente nas escolas e na sociedade brasileira, lutando pela implementação de ações afirmativas que contribuam para uma sociedade mais igualitária entre brancos (as) e negros (as).

Sobre essa questão Gomes (2003), Malachias (2007) e Bueno (2016) concordam. Os autores concordam que a Lei foi importantíssima, que o desafio está colocado desde 2005, resta agora a sociedade educacional compreender que mais que uma oportunidade, essa discussão sobre o ensino da história e cultura afro brasileira é um dever de todos que trabalham com educação e também dos que são responsáveis pela formação de professores de nível fundamental e médio.

Se os educadores brasileiros ainda não conhecem a Lei, não querem ou não sabem como trabalhar, se não têm interesse no assunto ou se ainda são preconceituosos quanto trabalharem com a temática, preocupados com a religiosidade africana, esse então é o maior desafio proposto, aos cursos de formação de professores, às universidades e aos Poderes Públicos de todas as esferas educacionais, que capacitem os educadores para que a Lei possa ser realmente cumprida.

Gomes então, defende:

O atual contexto de implementação da Lei 10.639 é um momento propício para a introdução no campo da formação de professores, quer seja inicial ou em serviço, de estudos e leituras sobre a relação corpo, cultura e identidade negra. O desafio está colocado. Resta agora entendermos que mais do que um desafio, a discussão sobre raça negra e educação, nos seus múltiplos desdobramentos, é um dever dos educadores e educadoras e também daqueles responsáveis pela condução dos processos de formação docente. (2003, p.10).

Talvez com essas práticas acontecendo nas escolas de educação básica nossas meninas possam ter orgulho de suas madeixas.

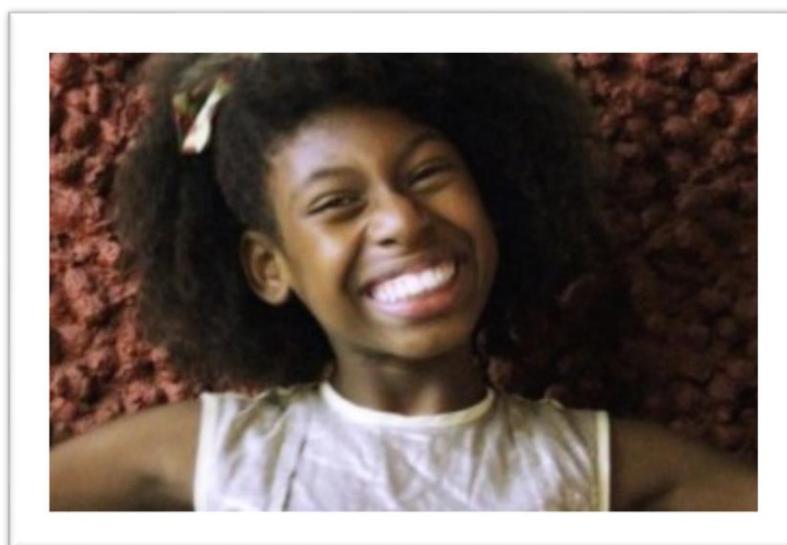


Figura 20 - MC Sofia, 11 anos: "Aceitem seu cabelo, sua cor" (Fonte: <https://www.geledes.org.br> - 21/10/2015)



Figura 101- “Faça Amor, Não Faça Chapinha” (Fonte: <https://www.geledes.org.br> - 09/12/2014)

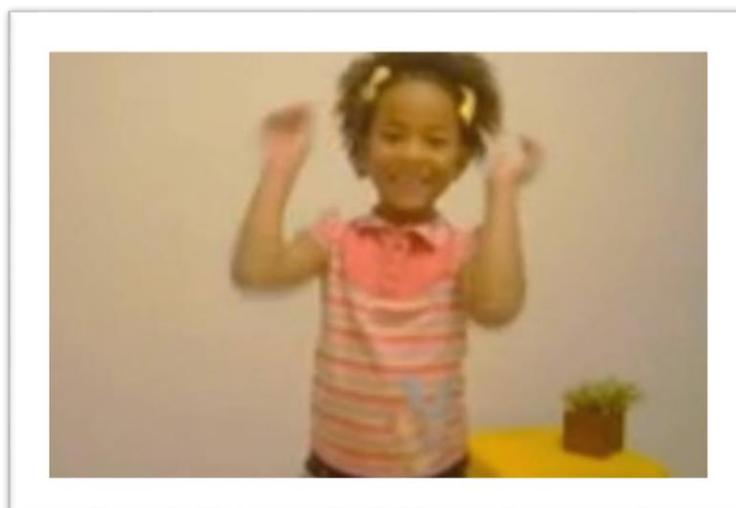


Figura 112 - “Amo meu cabelo”, Ana Carolina de 6 anos (Fonte: <https://www.geledes.org.br> - 30/01/2014)

Encontra-se também no Portal Geledés meninas negras que assumem o orgulho de sua cor, de seus cabelos, de seus fenótipos. MC Sofia faz sucesso com suas músicas negra e defende a aceitação pelas meninas de seus cabelos crespos, cantando em verso e prosa que elas são rainhas, são lindas, e que precisam se empoderar de sua beleza preta. No mesmo portal, como mostra a figura 20 dessa dissertação, as adolescentes com seus *blacks* defendem a representatividade de seus cabelos naturais para que tabus e preconceitos sejam quebrados e os crespos e cacheados sejam encorajados. Na figura 21, a menininha Ana Carolina, já defende seu amor pelo seu cabelo. Assim, temos representadas meninas negras mostrando seu orgulho por suas madeixas.

3.3- Mulheres Negras redescobrimo os fios

*Meu cabelo me trouxe liberdade e empoderamento.
Me sinto eu mesma
E não uma cópia de uma sociedade escravizada pelo
Padrão de beleza.
Hellen da Silva\ @ nos do cabelo.*

Algumas falas de empoderamento da Mulher Negra, retiradas do portal Geledés, para finalizar esse capítulo e fortalecer esse conceito: Tamara Franklin¹⁹, fala do seu trabalho:

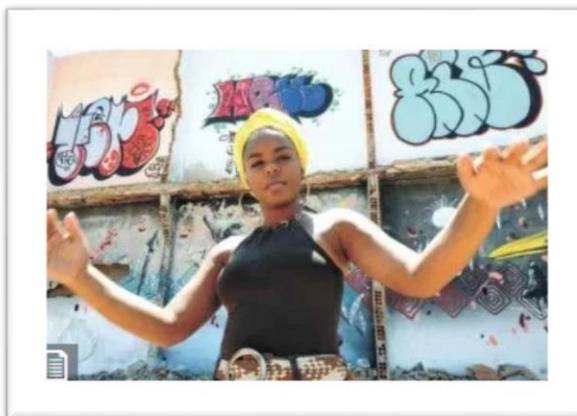


Figura 123: Tamara Franklin. (Fonte: <http://www.geledes.org.br>)

A cantora lembra que a mulher negra é permanentemente hostilizada pela sociedade, que não a vê como boa o bastante para um relacionamento ou cargo, mas promove a hipersexualização do seu corpo. “Além disso, a maioria é mãe solteira que tem que segurar a onda em casa com tudo. Ela que enterra seu filho. A maioria dos jovens mortos são negros. É ela que vai ser maltratada em clínicas quando for ganhar bebê. O maior índice de feminicídio e violência doméstica está entre nós”, acrescenta Tamara.

Assim a rapper vê a importância de pregar o empoderamento da mulher negra com sua música. E o projeto tem surtido efeito. Já se tornou comum meninas, com orgulho de seus blacks power, enviarem a ela vídeos cantando tipicamente brasileiro. “A melhor arma que a gente tem contra esse preconceito é se reconhecer como capaz e bonita. Sou negra e isso não me faz menor do que ninguém”, destaca. (Geledés, 09/01/2016).

Tamara Franklin narra um pouco do cotidiano violento que a maioria das mulheres negras da periferia e da baixada passam, e depois, reconhece o valor da música na construção do empoderamento, do pertencimento dos cabelos blacks, da consciência de ser bela e empoderada para as jovens negras.

Dessa forma a cantora concorda com Gomes (2011) quando estabelece o quanto é difícil para estas mulheres a aceitação da sua corporeidade, o quanto a sociedade legitima que as negras não são boas para relacionamentos duradouros (famílias), o quanto sua estética não colabora para fazerem parte de empregos que exigem boa aparência e o quanto esses conflitos ficam presentes na formação identitária dessas mulheres, entre assimilar os padrões estéticos

¹⁹ Tamara Franklin, mulher negra feminista que vem se destacando no hip-hop de Minas.

eurocêntricos exibidos ou se aceitar nos seus fenótipos que correspondem ao “real” da sua estética.

Quando se analisa o corpo da mulher negra na sociedade brasileira, percebe-se a objetificação, exploração e hipersexualização a que esse corpo é exposto, sendo considerado exótico, pecaminoso. A mulher seria “objeto sexual” ou “a boa de cama” não sendo valorizada para o matrimônio ou monogamia. Muitas vezes essas mulheres criam seus filhos sozinhas e “perdem” seus filhos para a violência urbana, exterminados pelo tráfico ou pelas forças de segurança.

Segundo dados pesquisados no Geledés (26/11/2014), na maternidade as negras também estão mais expostas a doenças e mortes que as brancas, realizando menos consultas de pré-natal, tendo menor orientação quanto a amamentação e ainda no século XXI sendo desconsideradas e vítimas do estereótipo da boa parideira, não tendo, na maioria das vezes, o mesmo cuidado necessário e dado às mulheres brancas no sistema público de saúde no momento do parto.

Na pesquisa realizada pelo Geledés, no *Mulheres Negras e Violência Doméstica: decodificando os números* (07/03/2017), foi analisado que as mulheres negras são as que sofrem mais com a violência, os dados informados pela pesquisa são:

Informações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) demonstram que em 2016 a situação das mulheres negras no campo da violência doméstica manteve a posição nos números de vitimização. Dados do primeiro semestre desse ano, referentes ao atendimento do Ligue 180, indicaram de um total de 555.634 ligações, quase 68 mil dos atendimentos eram relatos de violência, assim distribuídos:

- » Violência física (51,06%);
- » Violência psicológica (31,10%);
- » Violência moral (6,51%);
- » Cárcere privado (4,86%);
- » Violência sexual (4,3%);
- » Violência patrimonial (1,93%);
- » Tráfico de pessoas (0,24%).

Desse total, 59,71% das mulheres que ligaram denunciando a violência eram mulheres negras. Torna-se interessante observar que a maioria das denúncias foram feitas pela própria vítima, e que o Estado não tem conseguido impedir a violência doméstica e familiar.

Verifica-se que o feminino negro se encontra no último patamar da escala social, sendo a categoria social com menor índice de escolaridade, que trabalha por mais horas, sendo considerada a que sofre mais preconceitos racistas e sexistas, estando na escala social e econômica abaixo dos homens negros e das mulheres brancas. Lélia Gonzales (1984) reforça o quanto o racismo e o sexismo geram efeitos violentos na formação dessas mulheres.

Segundo o IPEA (2011), a entrada das mulheres negras no mercado de trabalho no sistema capitalista não promoveu a subdivisão dos cuidados entre os gêneros, mesmo que seja

em atividades remuneradas; o que se percebe é que as mulheres, principalmente as negras, na sua grande maioria, continuam exercendo serviços sociais e domésticos, sem carteira assinada e tendo baixos rendimentos.

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – 2011, p.31) analisa sobre a distribuição de renda no Brasil:

[...] Entre os 10% mais ricos, a participação da população negra, ainda que bastante inferior à branca, passou de cerca de 15%, em 1995, para aproximadamente 24% em 2009. Ainda assim, a distribuição racial da riqueza é incontestável, e a população negra segue sub-representada entre os mais ricos e sobre-representada entre os mais pobres: em 2009, no primeiro décimo da distribuição (10% mais pobres da população), os negros correspondiam a 72%.

Esses dados contribuem para referendar a desigualdade econômica e social que negros e negras se encontram na sociedade brasileira atual.

Dessa forma, Tamara Franklin defende seu cabelo crespo, seu black power, sua música negra, o hip hop, como caminhos assumidos para a mudança social, fortalecendo a representatividade negra na arte, na música e na valorização dos cabelos crespos.

Clemente advoga sobre a estética negra:

A população saiu às ruas, com os cabelos Black Powers, trançados, ao natural, mostrando o orgulho de ser negro. Essa estética é um reflexo às origens diaspóricas como um dos principais movimentos de resistência à exclusão da população negra. (2010, p.8).

Deixando evidente que os cabelos naturais representam o orgulho de ser negro, de pertencer a ancestralidade africana, sendo um dos primordiais elementos de resistência à dominação branca.

O depoimento da médica Mirna Moreira²⁰, jovem negra da periferia do Rio de Janeiro, também é muito interessante:



Figura 134: Mirna Moreira. (Fonte: <http://www.geledes.org.br>)

²⁰ Mirna Moreira, 22anos, é estudante de medicina da UERJ- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é mulher, preta, da periferia e tem muito orgulho disso.

“Quando você mora na favela, é mulher preta, e você quer chegar num determinado lugar, você precisa planejar, porque se não você perde muito tempo batendo cabeça, e a gente não tem nem tempo, nem dinheiro, para ficar na experimentação.

Lembro que quando me perguntavam o que eu queria cursar e eu falava medicina, tinha gente que virava e falava: ‘ah, mas você quer isso mesmo? Você não tem cara de médica’. Uma vez numa aula no pré vestibular, um professor entrou em algum tema de redação, que eu não lembro qual foi, e falou: ‘olha pro lado e me diz quantos negros tem nessa sala. Foi aquele momento que todos os olhares da sala se viraram pra mim.’

O meu maior acerto foi ter assumido minha estética enquanto mulher negra antes de entrar nesse espaço da universidade, eu entendi que é muito importante estar ali porque existe a questão da representatividade, que se estende para fora da academia também. Quando eu visto meu jaleco branco e subo o Morro dos Macacos representando a instituição UERJ, como fiz em uma ação sobre sexualidade na adolescência numa escola pública, e as meninas negras dessa escola pedem para tirar fotos comigo, elogiam meu cabelo crespo, e de alguma forma me veem como referência, eu só tenho mais certeza disso.

No dia dessa ação na escola eu voltei no mesmo ônibus que uma aluna, e quando eu descii no mesmo ponto que ela aqui no Complexo, ela perguntou: o que você tá fazendo aqui?

Ela não esperava que eu descesse aqui na favela. Eu chorei muito. Isso me marcou demais, até porque eu nunca tive uma representação física e próxima que eu pudesse me espelhar nesse campo profissional, essa mulher, negra, médica. Sabe?

Por isso, principalmente nos espaços acadêmicos, eu faço questão de afirmar que sou do Complexo do Lins. Esse lugar faz parte da minha identidade. Sei da onde eu vim, quem me ajudou a chegar até aqui, e não foi nenhum médico de formação, foi minha mãe que trabalhou como diarista por muitos anos, meu pai que já trabalhou como pedreiro, e que sempre priorizaram meus estudos. Eu sei quem são os pretos que construíram a base pra que hoje eu esteja aqui”. (Portal Geledés, 13/07/2016).

Nesse depoimento, a doutora dá uma aula de empoderamento, declarando como é importante a representatividade, e sendo exemplo para que outras jovens negras cheguem às universidades, sem precisarem perder a raiz de seus cabelos.

Mirna Moreira esclarece que as desigualdades de gênero e raça marcam o acesso, a permanência, o curso e o desempenho do feminino negro nas escolas e no ensino superior, local que se mantém elitizado e discriminador dessa parcela com maior vulnerabilidade social.

Ipea com seus dados estatísticos, vem fortalecer essa análise:

Se examinarmos a escolaridade das pessoas adultas, salta aos olhos também o diferencial de cor/raça. Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando ao nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se. Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. (2017, p.2)

Mesmo com o aumento considerado de 3,3% para 12% do número da população negra no nível superior, ainda assim está longe da igualdade entre brancos e negros nas universidades brasileiras. Analisando com os autores estudados, que se negros e negras estão atualmente chegando nas universidades, alguns fatores são observados: primeiro, que chegam em sua

maioria nas Universidades particulares; segundo, que os cursos escolhidos em sua grande maioria são as licenciaturas; terceiro que, para que esse acesso fosse um pouco ampliado, foi necessário acontecer algumas políticas públicas.

Segundo pesquisa do Jornal O Globo (18/08/2016):

De acordo com o estudo, de 2003 para 2014, o percentual de estudantes pretos nas universidades federais passou de 5,9% para 9,8%. Entre os alunos que se declaram pardos, o avanço foi maior, de 28,3% para 37,7%. Em movimento inverso, o percentual de alunos que se dizem brancos nas salas de aula dessas instituições de ensino recuou de 59,4%, em 2003, para 45,6% em 2014.

Essa pesquisa do Jornal O Globo vem esclarecer alguns pontos: primeiramente, que apesar de pequeno, o número de estudantes negros na universidade pública brasileira realmente teve um aumento; Segundo a presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) Ângela Paiva Cruz, essa pesquisa aponta para o fato das universidades federais não precisarem ser naturalmente um ensino de elite, argumento que justificava o fim da gratuidade do ensino superior, apontando o aumento do percentual de alunos pobres que ingressaram nessa modalidade de ensino; outro fator decisivo foi o sucesso de políticas de acesso e cotas.

Para o nosso estudo sobre as mulheres negras, é plausível ressaltar a fala da presidente da Andifes nessa reportagem:

- Hoje, podemos dizer que a cara da universidade é a cara da sociedade brasileira, a universidade hoje tem maioria feminina e maior presença popular e negra, e num futuro imediato apontamos maior diversidade étnica no mercado de trabalho em funções mais bem remuneradas.

Esses dados tornam o nosso trabalho mais interessante quando nos apresentam os dados que as mulheres representam 52% das estudantes nas universidades federais e que as negras estão chegando com força, coragem, com seus cabelos crespos e seus fenótipos nesses campos universitários. Se tornando representativas para as novas gerações das periferias e conquistando outras fontes de trabalho.

Apresentamos, agora, “O Encrespa Piauí²¹”, um projeto que tem o objetivo de empoderar e valorizar a estética negra. Amara Brandão, uma das organizadoras desse projeto, é quem colabora com o seu depoimento, por Raquel Melo (Portal Geledés, 24/02/17)



Figura 145: Amara Brandão (Fonte:<http://www.geledes.org.br>)

“Durante muitos anos, as mulheres negras tiveram que se adequar aos padrões eurocêntricos pré-estabelecidos, na expectativa de serem aceitas na sociedade. O mercado não tinha a intenção de investir em produtos para pele negra ou cabelo crespo e cacheado. Todo produto lançado para as negras era com intuito de construir uma imagem que se aproximasse do padrão de pessoas brancas. O cabelo alisado era visto como arrumado, embranquecendo assim as características do corpo negro”, explica. O Encrespa Piauí também trabalha com a valorização da estética negra como forma de resistência. “Nossa luta é coletiva, nunca é só por nós individualmente. O empoderamento é trabalhado através da valorização da estética negra como forma de resistência, resgatando assim a identidade e autoestima. Essa valorização é importante para que meninas e meninos, mulheres e homens, deixem de ver sua negritude como algo negativo, aceitando suas identidades através das referências negras e dos debates que ocorrem durante os eventos”, conclui Amara Brandão.

Amara Brandão fala da luta coletiva, que trabalha com a estética negra como forma de resistência, da busca pela identidade negra e, conseqüentemente, da autoestima. O projeto acontece no Piauí, anualmente, tendo desmembramento durante o decorrer do ano, onde acontecem oficinas, Cine Debates, palestras, debates, rodas de conversas. A proposta do grupo “Encrespa Piauí”, é construir no coletivo o empoderamento de mulheres e homens negros.

²¹ Encrespa Piauí, é um projeto que visa fortalecer o empoderamento de pessoas com cabelos crespos e cacheados.

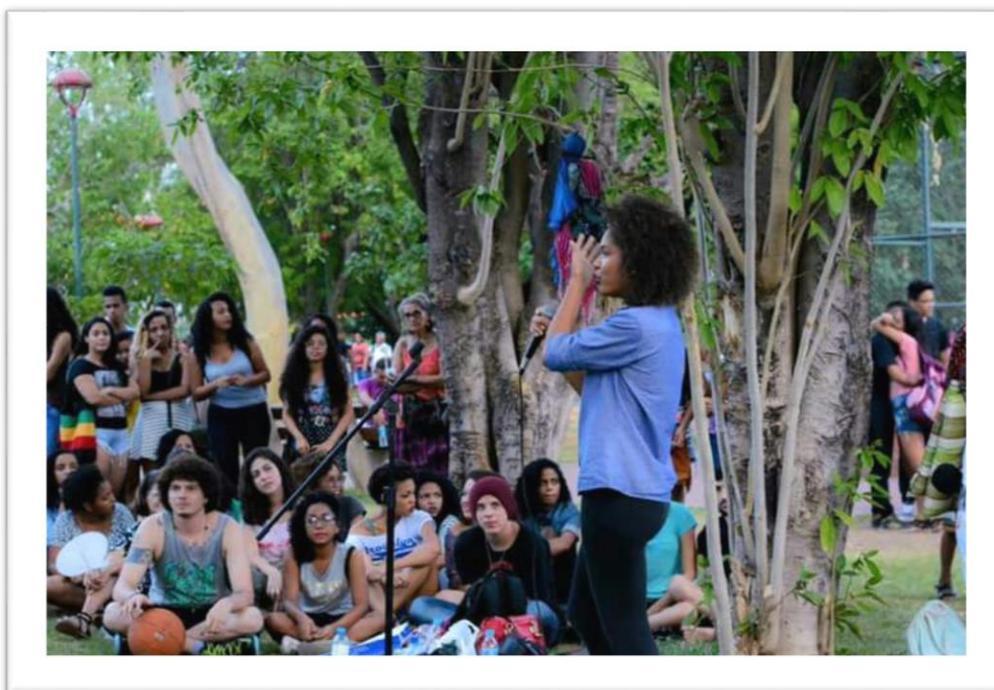


Figura 156: Amara Brandão
 (Fonte: https://www.instagram.com/brandao.amara)

Brandão harmoniza seus pensamentos com Silva (2015), quando analisam o padrão de beleza eurocêntrico que se encontra enraizado na sociedade brasileira atual e que não coadunam com os fenótipos das mulheres negras. Gomes (2006) também entra no debate colocando como os cabelos crespos e a cor da pele negra são estigmatizados de forma negativa, principalmente quando se trata da beleza feminina, contribuindo para exclusão racial e social dessa parcela da população.

A proposta seria então embranquecer-se, alisar os cabelos para chegar mais perto do conceito ideal de beleza branca, o próprio mercado estético só difundia a ideia de produtos que alisavam os cabelos.

Hooks (2005) e Santana (2014) colocam que alisar os cabelos é um conflito de resistência e acomodação aos padrões vigente, se tornando estratégias desse feminino negro para melhorarem sua autoestima, se sentindo belas e aceitadas nesse padrão europeu defendido pela nossa sociedade. Justificando que assim os cabelos ficam mais fáceis de pentear, dando menos trabalho no cotidiano, sendo mais aceitos no mercado de trabalho.

Dessa forma ao mesmo tempo que alisar os cabelos é uma forma de acomodação à sociedade contemporânea, é também resistência a todo processo de dominação vivido por essas mulheres.

Brandão fala da luta coletiva do Encrespa Piauí para valorização da estética negra como forma de resistência. Para Hooks (2005) e Santana (2014), assumir os cabelos crespos também é um ato de resistência. Dessa forma, o empoderamento se constrói através da

valorização dos fenótipos negros e dos cabelos crespos resgatando a autoestima e a identidade das mulheres negras e os coletivos negras constituem locais importantíssimos de valorização, de resgate, de resistência, de tomada de consciência e de posicionamento social.

Quando as negras começam a assumir seus cabelos crespos, seus blacks e seus cachos, emergem os salões de beleza étnicos, os vídeos na internet, as empresas de cosméticos, com o intuito de colaborar com esse público no trato com seus cabelos. Há várias empresas de cosméticos com esse objetivo, destacaremos duas:

Beleza Natural: uma fábrica de autoestima.

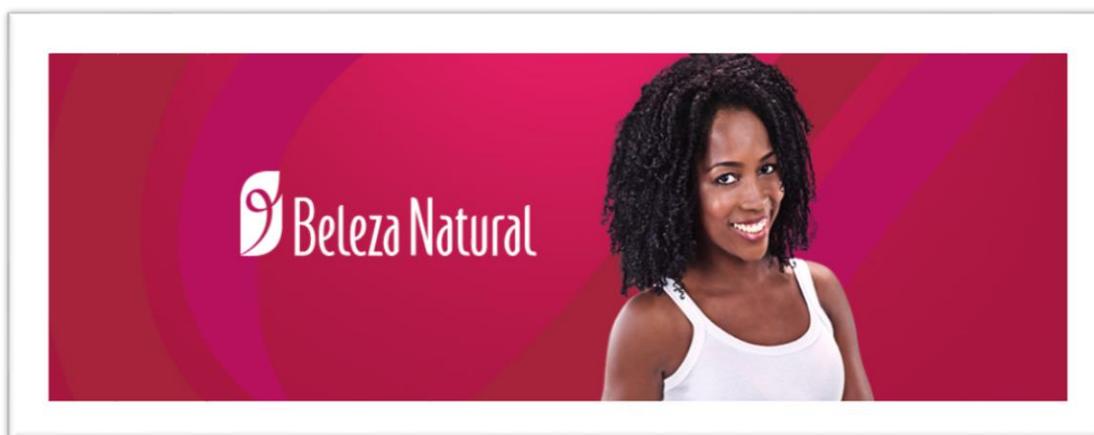


Figura 167 - Beleza Natural (Fonte:<http://www.belezanatural.com.br>)

Essa empresa se coloca como a maior rede especializada em cabelos crespos e cacheados, declarando que conquistou o mercado brasileiro com serviços e produtos inovadores. Zica Assis, mulher negra, ex-babá e faxineira, declara que amava seu black power e que foi obrigada a alisar seus cabelos para conseguir arrumar um emprego. Não aceitou esse alisamento, resolveu estudar para se tornar cabelereira, levou 10 anos pesquisando uma forma de tratar seus cabelos sem perder a originalidade dos fios. Tornando-se assim uma especialidade em fios crespos, cacheados e ondulados. Criando então a empresa Beleza Natural, juntamente com seus sócios Leila Velez, Jair Conde e Rogerio Assis.

Iniciando-se em 1993 num fundo de quintal na zona norte carioca, expandiu-se, desde então, por Jacarepaguá, Duque de Caxias e outros municípios do Rio de Janeiro, e por Vitória (ES); em 2004, inaugura uma fábrica própria: a Cor Brasil Cosméticos; em 2005, entra para o grupo de ONG internacional de estímulo ao empreendedorismo de alto impacto; no ano de 2011, inaugura sua primeira unidade na formação BN ideal no Espírito Santo em parceria com a Universidade de Columbia (Nova York); em 2013, Zica é eleita pela revista Forbes na lista das dez mulheres mais poderosas do Brasil, nesse ano também é criada a linha bn. Cachos em parceria com a Universidade de Brasília (UnB); No ano de 2014, Leila Velez é reconhecida

como a Jovem Líder Global, pelo Fórum Econômico Mundial de Davos; Em 2015 o Beleza Natural lança seu primeiro livro contando sua trajetória e nesse ano de 2017 começa a expansão internacional em Nova Iorque.

O sonho dessas meninas negras brasileiras é tornar a empresa Beleza Natural em uma multinacional da beleza em todo o mundo.

Outro exemplo de empreendedorismo é a MAKEDA cosméticos



Figura 28 - MAKEDA Cosméticos (Fonte: <http://www.makedacosmeticos.com.br>)

Essa empresa se coloca como uma marca brasileira criada para a necessidade do público carente no cuidado com os cabelos crespos e cacheados. Surgiu da experiência da mulher negra Sandra Silva que, depois de trabalhar como doméstica, costureira e segurança, foi com suas duas filhas trabalhar em uma empresa de cosméticos afro americana; nessa empresa conheceram esse novo mercado e se especializaram em cabelos crespos. Criaram, então, o seu próprio salão, o Instituto de beleza Arte Axé, onde atenderam mais de trinta mil pessoas, estudaram e se especializaram.

A proposta do Projeto Makeda é:

Missão: estimular na reconstrução de uma identidade positiva através dos cuidados da saúde e cuidados dos cabelos.

Visão: Se expandir mundialmente como Ubuntu - humanidade para com os outros.

Crença: Somos todos um!

Quando uma das filhas de Sandra Silva, Sheila Makeda, resolveu assumir seu cabelo crespo natural, encontrando suas raízes, passou por dificuldades na aquisição de produtos para o seu cabelo, por isso foi estudar. Seu objetivo era ajudar no resgate das raízes negras, culturalmente e cotidianamente. Criou então a empresa Makeda Cosméticos, junto com a experiência de sua irmã em desenvolvimento de produtos cosméticos Hair Care. Iniciaram apenas dois produtos Ativador de Cachos Argan e o Umidificador Hidratante Argan, em 2012, os dois produtos foram bem aceitos pelos clientes.

Ao longo desse estudo foi possível perceber que a luta entre sexo, raça e classe está longe de ser derrotada, mas, ao estudar todo o processo das mulheres negras escravizadas nesse país, sua resistência sempre presente, e encontrar nos dias atuais mulheres quebrando tabus, liberando seus corpos na música, na dança, nas artes, buscando as universidades para se tornarem doutoras, se organizando em coletivos para se empoderarem e empoderar outras mulheres, participando de coletivo com mulheres brancas mostrando suas reivindicações e lutando por elas, criando salões étnicos que valorizem seus cabelos crespos e suas estéticas, aceitando seus cabelos livres, leves e soltos como parte importante de sua beleza e identidade, assim se percebe que este é o caminho a ser seguido, caminho árduo, mas necessário até que todas as mulheres negras se tornem empoderadas.

Considerações Finais

Os cabelos crespos e cacheados constituem fator fundamental na estética das mulheres negras e na sua construção identitária. Avaliar os fios crespos como condição importante na tomada de posição da negritude feminina, não é defendê-lo como o único meio de se chegar a essa consciência, que nem sempre vem da aceitação das madeixas, mas valorizar a sua importância nessa jornada.

Entender a história de discriminação e racismo pelo qual passou o povo negro na história da humanidade, e como essa segregação está enraizada na sociedade atual, faz parte da consciência de que o feminino negro se encontra em última escala das desigualdades sociais, considerando as questões raciais como fator preponderante dessas desigualdades. Perceber o quanto é doloroso para negras e negros serem silenciados por terem a cor preta e os fenótipos negros, é acreditar que o racismo e os preconceitos precisam ser combatidos com veemência, e que essa realidade representa a ideologia de dominantes e dominados, opressores e oprimidos.

Verifica-se que as características físicas de um grupo de pessoas não determinam sua cultura, mas no caso do povo negro essa situação é diferenciada, pois suas características, seus fenótipos, sua cor, representam preconceitos quanto a sua ancestralidade, que são negativadas, coisificadas, excluídas e destituídas de condições humanas. Ao corpo negro ainda se fortalece a ideia desprovida de autenticidade de que é inferior intelectualmente, que tem propensão a trabalhos pesados, sua sensualidade é julgada exacerbada, seu cabelo é considerado sujo, fedorento, desarrumado, descuidado.

Essa sociedade valoriza a beleza branca, os cabelos lisos, as mulheres de raça caucasianas como a única perfeita, a universal, e que, em contrapartida, desconhece toda a graça das africanas e afrodescendentes, que estão sempre na defensiva precisando provar sua beleza, sua formosura ou se escondendo, se silenciando. Dessa forma, os cabelos vão ganhando conceitos sociais: o liso é considerado bonito, bom, limpo, os crespos são feios, ruins, sujos. As meninas negras passam por todo tipo de xingamentos quanto ao seu cabelo, que são de bombril, pixaim, picumã entre outros nomes, e o pior é que è nas escolas de ensino básico que esses preconceitos são mais presentes.

Para que possam conviver com a realidade das escolas, essas adolescentes encontram algumas opções, se isolam, se revoltam, tornando-se indisciplinadas e com baixo rendimento escolar, assimilam a cultura das brancas, que no caso dos cabelos é o alisamento dos fios, ou resistem e aceitam seus crespos. As escolas em seus currículos privilegiam o ensino do colonizador, em seus livros didáticos e de história, seus contos, nos murais pendurados em suas

paredes, nos seus textos trabalhados, nos vultos históricos reverenciados os brancos estão sempre presentes, e os negros sempre em posições de subalternidade, como escravizados ou exercendo tarefas de subordinação.

Sendo a escola um local de convivência de diferentes raças, culturas e classes sociais, deveria estar aberta a construir projetos que dessem conta dessa diversidade. Ao invés disso, muitas delas reprimem a estética negra buscando uniformizar todas as crianças segundo os padrões ocidentais estabelecidos na sociedade brasileira.

Esta dissertação fez uma pesquisa ao portal geledés coadunando com os estudos teóricos de Gomes e Malachias, analisando se as questões raciais estão sendo debatidas nas escolas brasileiras. Percebe-se, nessa consulta, que muitos pais de meninas/adolescentes negras denunciam os preconceitos sofridos por seus filhos no sistema escolar, como deboches, xingamentos e até intimidações.

As escolas com seus professores formados em práticas sociais eurocêntricas, sem capacitação em abordagens antirracistas, valorizam a beleza branca como ideal e desconsideram as crianças negras apostando no seu insucesso.

As instituições escolares não percebem o “monstro” racista que nelas habitam, pois são produzidas por relações racistas. Só apresentando o seu papel discriminador, ao invés de buscar soluções para que meninas negras não sofram e não passem a odiar seu nariz, sua boca, sua cor preta e seus cabelos crespos.

Este debate busca soluções possíveis para que as escolas respeitem as diferenças e valorizem as crianças negras com seus fenótipos e sua ancestralidade. Que cada educador reveja suas expectativas com relação aos alunos/alunas; que expressem seu afeto igualmente, independente de ser menino /menina, branco/preto; que entenda as diferentes pluralidades étnicas existentes e que valorize cada uma na sua singularidade; que reconheça que precisa deixar de ser preconceituoso; que valorize o continente africano e suas contribuições para o povo negro; que reconheça o impacto do racismo na vida das crianças; que atue na tentativa de afastar os estereótipos racistas, desenvolvendo igualmente os potenciais dos educandos, que construa com seus pares novas formas pedagógicas que deem conta dessas soluções propostas e outras que possam estar surgindo e contribuindo.

A lei 10.639/03 precisa realmente ser efetivada nas escolas, necessita ter formação docente nas universidades e nas unidades escolares para o trabalho com a Lei citada. O poder público educacional precisa contribuir para que a lei seja realmente efetivada. Contribuindo dessa forma para que os sistemas escolares e seus educadores estejam combatendo o racismo em seus espaços.

Somente a parceria entre profissionais da educação, familiares e Instituições Educacionais poderão contribuir para que meninas negras possam estar construindo o orgulho de suas madeixas.

Se torna importante ressaltar que as mulheres negras carregam marcas em seus corpos de sofrimentos, privações, silenciamentos, mas também, de resistência, de luta, ancestralidade. Após o sistema escravista, as mesmas precisaram se moldar às novas linguagens impostas para sobreviverem. Dessa forma, suas identidades vão se constituindo a partir da hegemonia branca, mas não em consonância com ela.

Na aceitação dos seus fios crespos, os mesmos se constituem como linguagem, sendo denúncia, resistência, informando as relações sociais, sendo criativo, ousado, estiloso, servindo como expressão do ser negra, e propondo mudanças na educação, na mídia, na identidade pessoal do feminino negro. Dessa forma, que essa categoria vai se empoderando quando sua estética se torna símbolo de afirmação.

Munanga reflete que a recuperação da negritude se inicia pela aceitação dos atributos físicos, dessa maneira o povo negro, nas suas expressões corporais, seus passos, suas danças, seus ritmos, demonstram suas lutas contra os que tentaram inviabilizar, silenciar e desqualificar sua valiosa ancestralidade. Assim como nos aponta Tamara Franklim (Portal Geledés, 01/16), ao afirmar a forma violenta que mulheres negras vivem na atualidade, e o valor que a música assume na sua construção pessoal.

A crueldade presente na saúde, sendo ainda hoje vítima do clichê estereotipado de “boa parideira”, padecendo dos maiores índices de violência doméstica, estando sempre representada entre os mais pobres do Brasil. A cantora informa que a música negra é um caminho para a mudança social, que as negras estão nas ruas, com seus “blacks”, mostrando o orgulho de ser negra. E provando que as Artes são um caminho para a promoção da emancipação desse feminino negro.

Mirna Moreira (Portal Geledés, 07/16) jovem negra, estudante de medicina da UERJ, defende a importância da representatividade para outras moças, e o quanto ela como aluna do curso de medicina, moradora da periferia, é exemplo positivo para que outras negras possam estar almejando esse patamar e defende a aceitação dos seus cabelos crespos como colaborador para a representação de “negros” na universidade. Afirma a educanda que as desigualdades de gênero e raça determinam profundamente o ingresso, a continuidade, a escolha da carreira a ser seguida e o desempenho de jovens mulheres negras nas universidades. Este nosso estudo apresenta algumas estatísticas que ressaltam a fala de Moreira. Segundo Ângela Paiva Cruz

presidente da Andifes (jornal o Globo, 2016), o percentual de negros no ensino superior, mesmo que sutilmente, está aumentando, nas universidades hoje temos a maioria feminina e apresenta maior presença popular e negra.

Amara Brandão (Portal Geledés, 02/17) representa o Projeto Encrespa Piauí, analisa que as lutas dos movimentos coletivos negros no Brasil, como no projeto por ela representado, trabalham com a estética negra como forma de resistência, buscando valorizar e resgatar a autoestima e conseqüentemente construindo consciência crítica que levará automaticamente a uma mudança de posicionamento na sociedade.

Esses coletivos negros constituem locais de empoderamento pessoal e contribuem também para empoderar outras mulheres/homens negros. No Brasil existem variados movimentos com esses objetivos, o Geledés - Instituto da Mulher Negra e o seu portal; o Encrespa Piauí; o Blogueiras Negras; O Movimento Negro Unificado e tantos outros que precisam ser estudados, fortalecidos e enaltecidos.

Essa realidade desigual no Brasil somente poderá ser mudada se as/os negras/negros tomarem consciência da realidade histórica, econômica e social sustentando a sua negritude. Dessa maneira, o empoderamento estético, com mais negros ocupando os bancos das universidades, gerando novas narrativas, se fortalecendo nas artes e nos coletivos, conquistando os espaços de poder e se comprometendo a romper com a lógica opressora do sistema capitalista. Construindo uma sociedade que respeite seus fenótipos, sua cor preta, seus cabelos crespos e cacheados e mais do que isso, que respeite sua história, seu corpo, sua identidade, sua negritude.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Janys. Os desafios de ser mulher negra no Brasil. Caderno de resoluções e contribuições. / 1º Encontro Nacional do Movimento Mulheres em Luta. Published on oct 27, 2013. Postado em 24/07/2015.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- ALENCAR, Juliana. Diário de São Paulo. 19\11\2008. Acessado em 10\02\2016.
- ALMEIDA, Lady Christina de. Protagonismo e Autonomia de Mulheres Negras, a Experiência das Organizações: Geledés e Criola. Fazendo Gênero 9 – Diáspora, Diversidade, Deslocamento. www.fazendogenero.ufsc//.br 26de agosto, 2010. Acessado em 05/06/2017.
- ALVES, Branca Moreira. O que é feminismo/ Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy. – São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. (Coleção primeiros passos; 20).
- ALVES, Luciana. O branco nas relações raciais construídas na escola. / Marília Pinto de Carvalho (org.) – Campinas, SP: Papirus, 2012 – (Coleção Papirus Educação).
- ARAÚJO, José Zito. A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo – SENAC – 2000.
- BAHKTIN, M. [1029]. Marxismo e filosofia da Linguagem. 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BARBOSA, M. R., Matos, P. M., & Costa, M. E. (2011). Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 24-34
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARVALHO, Marília Pinto de. Avaliação escolar, gênero e raça / Campinas, SP: Papirus, 2009 – (Coleção Papirus Educação).
- _____. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais / São Paulo: Xamã, 1999.
- CLEMENTE, Aline Ferraz. Trança Afro: A Cultura do Cabelo Subalterno. Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação, São Paulo, 2010. USP. Disponível em: <http://200.144.190.194/celacc/ojs/index.php/blacc/article/view/247>. Acesso em 10/05/2017.
- COSTA, Ana Alice: Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Salvador. UFBA – NEIM, 2011.
- COUTINHO Lídia Miranda e QUARTIERO, Elisa Maria. O Merchandising social em Malhação: estratégias sócio educativas para adolescentes. *Revista Educação em Questão*. Natal, v.39, nº 25, p. 84 – 107\ set. dez 2010.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 1999.
- DEL PRIORE, M, Histórias do Cotidiano. São Paulo. Contexto. 2001.
- _____. Corpo a corpo com a mulher: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: SENAC São Paulo. 10. Ed. 2000.
- _____. História das crianças no Brasil / 7. Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.
- DIAS, Luciana Rosa; Cabelos crespos, gênero e raça: práticas pedagógicas de combate ao racismo na educação infantil. In: Mulheres e desigualdades de gênero/ organizadoras Marília Pinto de Carvalho, Regina Pahium Pinto – São Paulo: Contexto, 2008. – (Série justiça e desenvolvimento/ IFP – FCC).
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Ministério da Educação. SEPP/SECAD/INEP, 2005.

- ECO, U. 2004. História da Beleza. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro. Record.
- FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas\ Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. ISBN 978-85-232-0483-9. Tradução de: Peau noire, masques blancs
- FAUX, Dorothy Schefer (et all). Beleza do século. São Paulo: Cosac & Naify, Edições, 2000;
- FELIX, Sayara de Brito. Cabelo bom. Cabelo ruim: A construção da identidade afrodescendente na sala de aula. Revista Africa e Africanidade – Ano 3, nº11, nov\2010 – ISSN-1983-2254 www.africaeafrikanidades.com.br
- FERRARO, Alceu Ravanello. Escolarização no Brasil: articulando as perspectivas de gênero, raça e classe social. Educação e pesquisa, V. 36, N. 2, p. 505-526, mai/ agos. 2010.
- FERREIRA, Luzia Gomes. As Máscaras Africanas e suas múltiplas faces. Anais Eletrônicos - II Encontro Estadual de História – ANPUH- BA, v. II, p. 01-07-2014. www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/
- FOUCAULT, M. (1994). História da sexualidade II. O cuidado de si. Lisboa: Relógio D'água. _____. (2002). Microfísica do poder (17ª Edição). Rio de Janeiro: Ed. Graal. (Edição original de 1979).
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracistas: caminhos abertos pela lei federal nº. 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- _____. Corpo e Cabelo como ícones de Construção da Beleza e da Identidade Negra nos Salões Étnicos de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2002.
- _____. Corpo e cabelo como símbolo da identidade negra\ Body and hair as symbols of black identity. [www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-Content/uploads _2012\10\corpo-cabelo-como-simbolos-da-identidade-negra.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-Content/uploads/_2012\10\corpo-cabelo-como-simbolos-da-identidade-negra.pdf)
- _____. Dossiê: O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política e Sociedade - doi: 10.5007\2175-7984, 2011 v.10 n-18 p.133.
- _____. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da Identidade negra. Autêntica, 2006.
- _____. Trajetórias Escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução estereótipos ou ressignificação cultural? In: SCIELO – Revista Brasileira de Educação. Nº 21, Rio de Janeiro. Set/ Dez 2002. Acessado em 20/07/2015.
- _____. Educação, identidade negra e formação de professores\as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: SCIELO – Revista Educação e Pesquisa. Vol. 29, nº 1, São Paulo. Jan/ Jun 2003. Acessado em 20/07/2015.
- GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Revista Estudos Sociais. Hoje, Brasília: ANPOCS, p.233-224, 1984 [LINKS]
- _____. Entrevista – Jornal MNU (Movimento Negro Unificado), n19, p.8-9- maio, junho, julho. 1991. [LINKS]
- _____. Nota do Artigo: Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira e Educação. Agosto, 2003.
- HALL, Stuart. Da Diáspora: identidade e mediações culturais. Org. Liv. Sovic. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- _____. ”Raça, o significante flutuante”. Revista Z cultural (PACC – UFRJ), Ano VIII, n.2, 2013. Disponível em revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante. Acesso em: 05/06/2017.
- HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y artista de Cuba, janeiro – fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/alisando-o-nosso-cabelo-por-bell-hooks/> Acesso em: 19/06/2017.

- IANELLI, Adriana Machado, NOVAES, Joana Vilhena. A dimensão simbólica do corpo e o fenômeno social da corpolatria. DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal de Tocantins, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 176-189, jan. 2016. ISSN 2359-3652. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1714>>. Acesso em: 09 abr. 2017. doi: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2015v2n1p176>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA et Assembléia Legislativa. Retrato das desigualdades gênero e raça. 4. Ed Brasília: Ipea, 2011. [Com a participação de: ONU – Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR)]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>.
- _____. Retrato das desigualdades de gênero e raça, análise de indicadores com base no Pnad – 1995 a 2015 retrato-das-desigualdades-de-genero-e-raca.pdf
- JESUS, Camila Moreira de. BRANQUITUDE X BRANQUIDADE: Uma análise conceitual do ser branco. III EBE CULT/ III Encontro Baiano de Estudos e Cultura. Disponível em: www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-analise-conceitual-do-ser-branco-.pdf. Acesso em 20/06/2017.
- JORNAL O GLOBO - EXTRA – Baixada – Sábado 14 de novembro de 2015, páginas 7 e 8.
- JORNAL O Globo, Caderno Ela, Sábado, 04/07/2015.
- JORNAL O GLOBO, Por Leticia Fernandes/ Paula Ferreira – 18/08/2016. <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cresce-indice-de-alunos-negros-de-baixa-rendas-faculdades-federais-19944601#ixzz4nqSKoH7ds> stest.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.
- LE BRETON, D. A Sociologia do Corpo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. Antropologia do corpo e modernidade\ David Le Breton; tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes.- 3.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MALACHIAS, Rosângela. Cabelo Bom. Cabelo Ruim. Coleção Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola. Org. Gislene Aparecida dos Santos. 1ª ed. São Paulo. Ministério da Educação\ 2007 – vol. 04.
- MATOS, Thayza Alves e Manbrigades, Naoni Magalhães. As relações de Poder e o Padrão de beleza na contemporaneidade. Anais do I Encontro Programa Institucional de Bolsas de Incentivo à Docência (PIBID), Junho de 2013.
- MATTOS, Ivanildes G. Estética Afirmativa: Corpo Negro e Educação Física. Salvador, BA: EDUNEB, 2009.
- MINELLA, Luzinete Simões. Papéis sexuais e hierarquias de gênero na história social sobre a infância no Brasil. In: Caderno Pagu [on line] 2006, n. 26, poder de polícia. 289.327.ISSN – 1809 – 4449. <http://dsc.doi.org/10.1590/50104-83332006000100013>. Acessado em 21/07/2015.
- MIRANDA, M. Aparecida. A beleza negra na subjetividade das Meninas. “Um caminho para as Mariaszinhas”: Considerações psicanalíticas. São Paulo, 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo.
- MOTA, M. D. de B. De Vênus a Kate Moss: Reflexões sobre o corpo, beleza e relações de gênero. 2006. Disponível em: www.fido.palermo.ed/sevicios_dyc/encuentro2007/02_ auspicios_publicaciones/ actas_diseno/articulos_pdf/ A0009.pdf.html. Acesso em 21/01/2017.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. Revista VSP, São Paulo, N. 18, p. 46-57, Dez/Fev 2005-2006.
- _____. Negritude: usos e sentidos\ Kabengele Munanga. – 3ªed.- Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012- (Coleção Cultura Negra e Identidade).

- NANAKA, Humberto Massahiro. Dissertação de Mestrado: O Jovem Brasileiro de Classe Média e a Série Malhação: Juventude, Cultura e Modernidade. UFMT Instituto de Linguagens. I.L. – Cuiabá – 2007. Arquivo de dissertação – Faed – Udesc.
- NOGUEIRA, Isildinha B. “O Corpo da Mulher Negra”. 1998. Disponível em: <http://www.geocities.com/hotSprings/Villa/3170/IsildinhaNogueira.htm>. Acesso em 05/06/2017.
- PAIM, M. C. C. & Strey, M. N. (2004). Corpos em metamorphose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na actualidade. [versão online]. Revista Digital Buenos Aires, 79. Acesso em 26 de janeiro, 2016, em <http://www.efdeportes.com/efd133/cultura-de-tempo-livre-do-trabalhador.htm>
- PEREIRA, Lília Campos. A Construção da Identidade da Mulher Negra no Brasil. Comunicaciones em Humanidades, XV Congresso Internacional de Humanidades, Palabra y Cultura em América Latina: Herencias y desafios. Santiago de Chile. 17,18 y 19 de octubre, 2012.
- PERROT, M. 2005. As Mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC.
_____. Minha história das mulheres / Michelle Perrot; [tradução Angela M. S. Côrrea].- 2-ed., 2ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2015.
- PONTES, Enoe Lopes e ALEXANDRINO, Marcela. Malhação reproduz preconceito ao limitar papéis de atores negros. 02\01\2012. ABAN – Agência Baiana de Notícias.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana Maia e Grossi, M.P. (orgs). Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.
- REZENDE, Andreia Botelho de e Carvalho, Marília Pinto de. Formas de ser menino negro: Articulações entre gênero, raça e educação escolar. /Diferenças e desigualdades na escola. / Marília Pinto de Carvalho (org). – Campinas, SP: Papyrus, 2012 – (Coleção Papyrus Educação).
- RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores no Brasil / História das crianças no Brasil / organizadora Priore, Mary Del. 7. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2013.
- ROCHA, Emerson Ferreira. COR E DOR MORAL sobre o racismo na “Ralé”. Ralé brasileira: quem é e como vive\ Jessé Souza; colaboradores: André Grilo...[et al] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SANTANA, Bianca. / Mulher, Cabelo e Mídia. Revista Comunicare – Dossiê Feminino. Artigo – Volume 14 – nº1 – 1º Semestre de 2014.
- SANTOS, Alessandra Rufino – Artigo: Contribuições Epistemológicas do Pensamento Complexo para a Compreensão da Pesquisa Social. Alessandra Rufino Santos. TEXTOS & DEBATES, Boa Vista, n.20, p.81-99, jan. \jun. 2013.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Mulher e realidade: mulher e educação. Porto Alegre, V. 16, Nº. 2, Jul/Dez de 1990.
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracistas: caminhos abertos pela lei federal nº. 10.639/03. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- SEVCENKO, n. 1995. O Renascimento: São Paulo: Atual, p.26.
- SILVA, Aline. O uso do cabelo natural como ato político. 21\11\2014. – blogueirasnegras.org/2014/11/21/o-uso-do-cabelo-natural-como-ato-politico/ acessado em 15\02\2016.
- SILVA, Joyce Gonçalves da. Corporidade e Identidade, o corpo negro com espaço de significação. CONINTER 3 – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Salvador – BA: VC Sal, 8 a 10 de outubro de 2014, ISSN 2316.266X, n.3, v.17, p.263.275.
_____. “Nós também somos belas” – A Construção Social do Corpo e da Beleza em Mulheres Negras. Dissertação de Mestrado/ CEFET/ RJ/ Dez.2015.
- SOUSA, Cirlene Cristina de. Juventude e escola: a interseção entre Malhação e o cotidiano dos jovens. UFMG – junho de 2007.

- SOUZA, Ana Carmita Bezerra de. O Currículo cultural da série malhação: Desvelando aspectos pedagógicos endereçados à juventude. Universidade Federal do Ceará – Fortaleza 2007. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3322>. Acessado em 5\02\2016.
- SOUZA, Aureci de Fátima da Costa. O Percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos: uma análise discursiva\ Aureci de Fátima da Costa Souza. – Campinas, S. P. [s.n.], 2004. Orientador: Eni P. Orlandi. Dissertação de Mestrado- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos de Linguagem.
- SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive\ Jessé Souza; colaboradores: André Grilo...[et al] – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social\ Neusa Santos Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal – 1983. Coleção Tendências; Impresso no Brasil\ 1990.
- TILIO, Rogério (Unigranrio), Doutor em Letras. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. ISSN- 1678-3182. Reflexões acerca do Conceito de Identidade. Vol. VIII- nº XXIX – ab\jun – 2009. Acessado em 10\11\2016 e 15\03\2017.
- TUCHERMAN, I. (2004). Breve história do corpo e de seus monstros. Lisboa: Veja
- ZORZAN, Fernanda Saldanha; CHAGAS, Arnaldo Toni Sousa das. Espelho, Espelho meu, existe alguém mais bela do que eu?: Uma reflexão sobre o valor do corpo na atualidade e a construção da subjetividade feminina. **Barbaroni**, Santa Cruz do Sul, n:34, p.161-187, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782011000100010&ing=pt&nrm=iso>.acessos em 20\01\2017.

Web Grafia

- BELEZA NATURAL: Bonito é ser você. www.belezanatural.com.br/ Acessado em 02/06/2017.
- BLOGUEIRAS NEGRAS: o padrão de beleza negra ideal. Blog. <http://blogueirasnegras.org/>. Acessado em 02/11/2015
- GELEDÉS <http://www.geledes.org.br/e-preciso-ser-negro-alem-da-estetica#ixzz3qlwga9l5>. Acessado em variadas datas de 2015, 2016 e 2017.
- MAKEDA Cosméticos: www.makedacosméticos.com.br/quemsomos. Acessado em 02/07/2017.
- WIKIPÉDIA Corpolatria. Disponível em: < <https://pt.wikipedia.org/wiki/corpolatria>> Acesso em 03/01/2017.